



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

VITOR HUGO TEIXEIRA ARAÚJO

**MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO PARA A JUSTIÇA SOCIAL NA
ARQUIVOLOGIA: O guia para usuários/as de arquivos como instrumento de
interferências transformadoras**

JOÃO PESSOA

2024

VITOR HUGO TEIXEIRA ARAÚJO

**MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO PARA A JUSTIÇA SOCIAL NA
ARQUIVOLOGIA: O guia para usuários/as de arquivos como instrumento de
interferências transformadoras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização, Representação e Tecnologias da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves.

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663m Araújo, Vitor Hugo Teixeira.

Mediação implícita da informação para a justiça social na arquivologia : o guia para usuários/as de arquivos como instrumento de interferências transformadoras / Vitor Hugo Teixeira Araújo. - João Pessoa, 2024.

116 f. : il.

Orientação: Gracy Kelli Martins Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Mediação implícita da informação. 3. Representação da informação. 4. Descrição arquivística. 5. Justiça social na Arquivologia. 6. Epistemologias do Sul. I. Gonçalves, Gracy Kelli Martins. II. Título.

UFPB/BC

CDU 02(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 315

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do(a) Mestrando(a) **VITOR HUGO TEIXEIRA ARAÚJO** como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Mestre(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Organização, Representação, e Tecnologias da Informação.

Ao décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro (19/09/2024), às dez horas, reuniu-se, no formato híbrido (presencial/remoto), no Miniauditório 1 do bloco da pós-graduação do CCSA/UFPB e Sala virtual do Google Meet, a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o candidato ao Grau de Mestre em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o mestrando **VITOR HUGO TEIXEIRA ARAÚJO**. A banca examinadora foi composta pelas professoras: Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora), Dra. Gisele Rocha Cortes – PPGCI/UFPB (Examinadora interna), Dra. Natalia Duque Cardona – Universidad de Antioquia/ Colômbia (Examinadora Externa), Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula – PPGDARQ/UFPB/UEPB (Suplente externa). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves, presidenta da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO PARA A JUSTIÇA SOCIAL NA ARQUIVOLOGIA: O guia de usuários/as do arquivo como instrumento de interferências transformadoras**. Após a apresentação, o candidato foi arguido na forma regimental pelas examinadoras. Respondidas todas as arguições, a Professora Gracy Kelli Martins Gonçalves, Presidenta da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

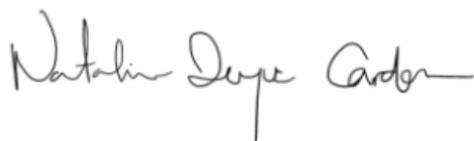
Observações da Banca: A banca fez observações pontuais que serão acatadas e revisadas na versão final para depósito.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professora Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves, Presidenta da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada digitalmente por mim e pelas participantes da banca.

João Pessoa, 19 de setembro de 2024.

Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Presidente(a)/Orientador(a) – PPGCI/UFPB

Profa. Dra. Gisele Rocha Cortes
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB



Dra. Natalia Duque Cardona
Examinador(a) Externo(a) – Universidad de
Antioquia / Colômbia

Dra. Izabel França de Lima
Suplente Interno(a) – PPGCI/UFPB

Dra. Ana Cláudia Cruz Córdoba
Suplente Externo(a) –
PPGDARQ/UFPB/UEPB

Vitor Hugo Teixeira Araújo
Mestrando – PPGCI/UFPB

*A Rubbens Carinhoso, meu
companheiro de jornada, pela
fidelidade inexplicável.*

*E a todas as pessoas que não
tiveram a chance de conhecer o
potencial dos arquivos para
transmutar seus conhecimentos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, pelo apoio, incentivo, compreensão e paciência, sem os quais nada seria possível. Em especial, agradeço à minha doce mãe, Ana Paula da Costa Teixeira, cujo amor e cuidado incondicionais me fazem incluir, aqui, a seguinte reflexão: Paulo Freire – reconhecido patrono da educação brasileira –, considera fundamental diminuirmos a distância entre o que dizemos e o que fazemos, de tal forma que, num dado momento, a nossa fala seja a nossa prática. Nesse contexto, diante da conclusão desta investigação que almeja, em última instância, a valorização e inclusão de sujeitos invisibilizados, penso que esse seja o melhor momento e lugar para reconhecer a influência da minha mãe em toda a minha trajetória: sem fazer tanto uso das palavras e praticamente sem sermões, ela sempre reproduziu a máxima de Freire. Como exemplos, na nossa infância em São José dos Cordeiros-PB, o cenário de inúmeras dificuldades que enfrentávamos em nossa família não nos impedia de ter uma mãe generosa a outras famílias, dedicando-se voluntariamente às louváveis ações da Pastoral da Criança; fez do mesmo modo ao se dedicar ao Programa Alfabetização Solidária, onde pude acompanhar sua atenção a tantos idosos até então anonimizados, que tinham na sua doação de tempo a única esperança em alguma justiça social; e não fez diferente quando exerceu as duas primeiras gestões do Conselho Tutelar daquele município, em que estendia a todas as crianças e adolescentes necessitadas/os, a assistência que tão bem nos dava em nosso lar. Portanto, minha mãe, parafraseando Paulo Freire, lanço ao Universo: Que eu consiga diminuir, cada dia mais, a distância entre minha prática e os seus sublimes ensinamentos, pois é assim que saberei que estarei sendo necessário a este mundo.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por abrigar as condições necessárias à realização da pesquisa.

Agradeço aos/às servidores/as técnico-administrativos/as do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), pela presteza e dedicação diária no serviço à comunidade. Em especial, agradeço aos servidores João Soares de Oliveira e Mateus Lima de Araújo.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), pelo fomento à investigação através da concessão de bolsa de estudo.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas), por sua atuação em favor de uma universidade mais inclusiva e comprometida com os grupos subalternizados.

Agradeço ao Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq), por se manter na vanguarda das discussões e ações que oportunizam o desenvolvimento de políticas arquivísticas na Paraíba e no Brasil.

Agradeço à Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB), pelo protagonismo nas discussões e ações para o desenvolvimento econômico, sociocultural e político da nossa profissão.

Agradeço ao Fórum Nacional das Associações de Arquivologia (FNArq), pelo espaço privilegiado de articulação em favor da visibilidade dos/as arquivistas.

Agradeço ao Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CMTGCC), por estabelecer, entre suas prioridades, a luta pela institucionalização do Arquivo Público Municipal de João Pessoa (APMJP).

Agradeço ao Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (FEDPCB), por reconhecer e incluir o patrimônio documental em sua agenda de atuação.

Agradeço à Profa. Dra. Gracy Kelli Martins, pela orientação da pesquisa, desde o planejamento até a sua conclusão.

Agradeço às professoras Dra. Natália Duque Cardona e Dra. Gisele Rocha Côrtes, que compuseram a banca examinadora, pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento e finalização do estudo.

Agradeço a cada amigo/a que torceu por mim e intercedeu junto à sua espiritualidade em meu favor. Agradeço, especialmente, a: Albanísia Oliveira dos Santos, Alexandra Carneiro Mattos, Allini Paulini Nascimento Silva Chagas, Ana Andréa Vieira de Castro, Ana Cristina Coutinho Flôr, Ana Isabel de Souza Leão Andrade, Antônio Amorim Neto, Andrea Xavier de Albuquerque de Souza, Aurora Maia Dantas, Carla Maria de Almeida, Cláudia Marques Paiva, Cristiane Alves Beserra, Diogo da Silva Fernandes, Eliete Correia dos Santos, Flávia de Araújo Telmo, Flávia Maria Almeida Oliveira, Geysianne Felipe do Nascimento, Irene da Silva Fernandes, Ítalo Teixeira Chaves, Jefferson Higino da Silva, João Paulo Alves Cavalcanti, Joseane Farias de Souza, Julianne Teixeira e Silva, Karla Cristiane de Oliveira Marcone, Kethlyn Queiroz Lourenço, Laudecir Lima Pereira, Laura Helena

Baracuhy Amorim, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Luciana Ferreira de Lima, Renato Nascimento de Oliveira Brito, Rosilene Agapito da Silva Larena, Valdir Efun Lourenço de Lima de Santa Rita e Walterleide Andrade de Souza Golzio.

Agradeço ao povo brasileiro, por promover, em 2022, pela primeira vez após a redemocratização do país pela superação da ditadura civil-militar de 1964, a não reeleição de um presidente, possibilitando que o Brasil fosse reconduzido à sua ameaçada condição de civilidade.

E agradeço ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por perseverar em seu sonho de melhorar o Brasil, proporcionando que tanta gente também possa sonhar.

“Não seria possível, então, uma ciência sem dignidade. E dignidade humana implica justiça social.”

(García Gutiérrez, 2006, p. 108).

RESUMO

Instituições arquivísticas carregam a responsabilidade social de garantir acesso aos documentos por meio de instrumentos de pesquisa, que representam o conteúdo desses registros. Nessa conjuntura, o guia para usuários/as de arquivos é uma ferramenta que, além de informar, pode ser utilizada para difundir o arquivo perante as comunidades. No entanto, considera-se problemático que essa ferramenta não receba, dos/as arquivistas, a atenção merecida, como forma de promover a mediação da informação no Sul global. Isso posto, uma vez que se busca interferir nesse cenário, as ações têm seu sentido ampliado se apoiadas por Epistemologias do Sul – que denunciam a supressão de saberes pela norma dominante e, defendendo a justiça social como um instrumento para o reconhecimento de desigualdades sistêmicas e estruturais, oferecem alternativas em benefício da pluralidade de vozes dentro dos arquivos. Com base nisso, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: Como o guia para usuários/as de arquivos, a partir da representação e da mediação implícita da informação, pode ser explorado pelos/as arquivistas em favor da justiça social no Sul global? Desse modo, tem-se como objetivo geral: Propor, à luz das Epistemologias do Sul, estratégias de mediação implícita da informação em favor da justiça social por meio do guia para usuários/as de arquivos. Como objetivos específicos, busca-se: Contextualizar as Epistemologias do Sul no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia; Discutir a mediação da informação no contexto da Arquivologia, especialmente no desempenho da descrição arquivística no Brasil; Fortalecer os estudos de representação da informação no contexto da Arquivologia como prática de mediação implícita da informação, por meio do guia para usuários/as de arquivos e; Debater a justiça social na Arquivologia, especificamente nos processos de mediação implícita da informação por meio do guia para usuários/as de arquivos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica, descritiva, qualitativa e bibliográfica-documental, que examinou, por meio da análise de conteúdo, a produção teórica sobre os temas centrais abordados, sem recorte temporal. Os resultados demonstram que, embora as discussões contemporâneas ampliem os objetivos dos arquivos em torno de interesses sociais, a baixa incidência de pesquisas envolvendo a mediação da informação e a justiça social nesses equipamentos compromete o desenvolvimento de políticas que poderiam contribuir para o seu reposicionamento na sociedade, seja através de investimentos em sua estruturação, seja no incentivo à sua apropriação pelos sujeitos. Assim, alicerçada numa perspectiva intercultural, anticolonial e contra hegemônica, a pesquisa apresenta formas atualizadas de mediação implícita da informação por meio do guia, atestando que a implementação plena desse instrumento não se resume à sua rigorosa elaboração através de critérios de descrição arquivística, mas deve incluir estratégias de planejamento, implantação, divulgação e avaliação que, juntas, favoreçam justiça social. Conclui-se que o alcance de um feito emancipatório por meio do guia exigirá, dos/as arquivistas, certa flexibilização da atuação, passando a conceber como prioritárias determinadas condutas até então não atribuídas à sua responsabilidade. Incentiva-se essa flexibilização, uma vez que ela não torna o trabalho menos arquivístico: antes, possibilita expandir a compreensão do que vem a ser a Arquivologia, ajudando a constituir, enquanto responsabilidade de todos/as, uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Mediação implícita da informação; representação da informação; descrição arquivística; justiça social na Arquivologia; epistemologias do Sul.

ABSTRACT

Archival institutions bear the social responsibility of ensuring access to documents through finding aids, which represent the content of these records. In this context, the user guide for archives serves not only to inform but also to promote the archive within communities. However, it is considered problematic that this tool often does not receive the deserved attention from archivists, hindering its potential to mediate information in the Global South. Therefore, intervening in this scenario, actions are enhanced by Southern Epistemologies – which critique the suppression of knowledge by dominant norms and advocate for social justice as a tool to recognize systemic and structural inequalities, offering alternatives to amplify diverse voices within archives. Based on this, the following research question is established: How can the user guide for archives, through implicit representation and mediation of information, be leveraged by archivists to promote social justice in the Global South? Thus, the general objective is to propose strategies, informed by Southern Epistemologies, for implicit mediation of information in favor of social justice through the user guide for archives. Specific objectives include: contextualizing Southern Epistemologies within the fields of Information Science and Archival Studies; discussing information mediation in Archival Studies, particularly in archival description practices in Brazil; strengthening discussions on information representation within Archival Studies as a practice of implicit information mediation; and debating social justice within Archival Studies, specifically in processes of implicit information mediation through the user guide for archives. Methodologically, this study is a basic, descriptive, qualitative, and bibliographic-documentary research that analyzes theoretical production on the research themes without temporal constraints, through content analysis. Results demonstrate that while contemporary discussions broaden archival objectives towards social interests, the limited research on information mediation and social justice within these institutions hampers policy development that could enhance their societal role, whether through structural investments or fostering community engagement. Thus, grounded in an intercultural, anticolonial, and counter-hegemonic perspective, the study proposes updated forms of implicit information mediation through the user guide, emphasizing that its full implementation transcends rigorous archival description criteria to include planning, implementation, dissemination, and evaluation strategies that collectively advance the struggle for social justice. The study concludes that achieving emancipatory outcomes through the user guide requires archivists to flexibly expand their scope of action, prioritizing certain responsibilities previously not attributed to their role. This flexibility does not diminish their archival duties but expands the understanding of Archival Studies, contributing to a more just society as a shared responsibility.

Keywords: Implicit information mediation; information representation; archival description; social justice in Archival Science; epistemologies of the South.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPB -	Associação de Arquivistas da Paraíba
BDTD -	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Benancib -	Base de Dados dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
Brapci -	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
Cagepa -	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSA -	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CI -	Ciência da Informação
CIA -	Conselho Internacional de Arquivos
CMTGCC -	Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção de João Pessoa
CND -	Comitê de Normas de Descrição
DBTA -	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
Enancib	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FEDPCB -	Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro
FNArq -	Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil
GEArq -	Grupo de Estudos Arquivísticos
GeMinas -	Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença
IFES -	Instituições Federais de Ensino Superior
ISAAR (CPF) -	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISDIAH -	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico

NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
ORIC -	Organização e Representação da Informação e do Conhecimento
PPGCI -	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
SNA -	Semana Nacional de Arquivos
SOC -	Sistema de Organização do Conhecimento
UFPB -	Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Principais aspectos metodológicos da pesquisa**
- Figura 2 - Etapas da análise de conteúdo**
- Figura 3 - América Invertida, de Joaquín Torres-García**
- Figura 4 - Epistemologias do Sul para a Ciência da Informação, com destaque para os marcos analíticos selecionados para compor a pesquisa**
- Figura 5 - Processo de mediação da informação**
- Figura 6 - Dimensões da mediação da informação para o alcance do protagonismo social**
- Figura 7 - Processo de transformação da protoinformação em informação**
- Figura 8 - Funções arquivísticas**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Etapas da pesquisa bibliográfica**
- Quadro 2 - Atividades de mediação implícita da informação**
- Quadro 3 - Tipos de instrumento de pesquisa de acordo com os níveis de descrição arquivística**
- Quadro 4 - Princípios, tendências e significados acerca da mediação implícita da informação**
- Quadro 5 - Princípios, tendências e significados acerca representação da informação em arquivos**
- Quadro 6 - Princípios, tendências e significados acerca justiça social em arquivos**
- Quadro 7 - Princípios, tendências e significados acerca dos estudos e práticas decoloniais e anticoloniais na Arquivologia**
- Quadro 8 - Estratégias de mediação implícita da informação na divulgação do guia para usuários/as de arquivos**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 PERCURSO METODOLÓGICO	24
2.1 Caracterização da pesquisa.....	24
2.2 Procedimentos técnicos.....	26
2.3 Procedimentos de análise dos dados.....	28
3 EPISTEMOLOGIAS DO SUL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA: o paradigma intercultural-anticolonial e o arquivo enquanto dispositivo cultural	33
4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA: dimensões para o alcance do protagonismo social	41
4.1 Mediação implícita da informação e a não neutralidade no desenvolvimento do protagonismo em equipamentos informacionais.....	47
4.2 Mediação da informação através das funções arquivísticas: problematizando a atuação do/a arquivista para a autonomia do Sul global.....	52
4.3 Representação da informação na Ciência da Informação e na Arquivologia: a mediação exercida através dos instrumentos de pesquisa.....	59
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
5.1 Relações entre representação e mediação da informação à luz da justiça social.....	66
5.2 Princípios, tendências e significados: conclusões obtidas pela análise de conteúdo.....	73
5.3 O guia para usuários/as de arquivos na luta pela justiça social: intervenções para a autonomia do Sul global.....	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS.....	90
ANEXOS.....	100

1 INTRODUÇÃO

[...] há quem pense, acredite e pratique no dia a dia, que a epistemologia dessas disciplinas [as ciências da informação], além de um exercício teórico, deve responder, além de uma consistência conceitual, à realidade social do campo; em outros termos: ser útil para os fenômenos, problemas e situações que as disciplinas científicas enfrentam através do trabalho profissional de quem as estuda e exerce, inclusive de quem as ativa e as milita, porque sim, há quem acredite que exercer uma profissão não é apenas uma questão de exercer uma profissão, mas de transformar, sonhar, tensionar, ativar e propor futuros possíveis (Duque-Cardona, 2024).

A Ciência da Informação (CI), como área do conhecimento que nasce a partir da confluência de diferentes ramos do saber, tem como vocação a transição histórica entre paradigmas, que ocorre mediante determinações diversas em meio aos diferentes contextos socioculturais em que atua. Inicialmente, na década de 1960, mediante o cenário da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética (isto é, num contexto que abrange a América do Norte, a Europa e a Ásia), o paradigma físico estabelece uma CI positivista, cujas preocupações se limitam à recuperação da informação por meio de sistemas, através dos quais um objeto físico é transmitido de um/a emissor/a a um/a receptor/a (Capurro, 2003).

No entanto, diversas transformações tecnológicas e sociais – dentre as quais podem-se destacar: a expansão da internet e dos computadores na vida cotidiana das pessoas e instituições; o surgimento de diferentes mídias (sonora, escrita, imagética, audiovisual...) e; a conseqüente criação de novas unidades de medida para a informação (*megabyte, gigabyte, [...] zettabyte...*) – reivindicaram que os estudos em CI considerassem as múltiplas especificidades da atuação dos sujeitos em relação à informação (Araújo, 2018). A partir dessas e de outras modificações, a presença do sujeito informacional ganha destaque.

Entre as décadas de 1970 e 1980, tal ênfase se reflete no surgimento do paradigma cognitivo – uma segunda maneira de estudar a informação, concebendo-a como processo e não como coisa –, em que se passou a considerar os aspectos semânticos e subjetivos que caracterizam a informação como o produto da interação entre dados e conhecimento. Depois, no período da virada do século, o advento do paradigma social atestou a importância de se levar em consideração o

conhecimento compartilhado pelas comunidades em seus diferentes domínios, isto é, a constituição social dos processos informacionais (Capurro, 2003; Araújo, 2018).

Na atualidade, avançam os estudos que visam o estabelecimento de um outro paradigma, o **intercultural-anticolonial**, que é dedicado ao reconhecimento de iniciativas que valorizem o “conhecimento local, localizado, contextualizado e em sintonia com a história e a memória latino-americana” (Duque-Cardona, 2023, p. 64). Para Duque-Cardona, tal redirecionamento da CI, fundamental para a solução de problemas que envolvem o uso da informação pelos povos de territórios historicamente explorados e oprimidos, deve ser feito sem descartar os demais paradigmas, mas propondo um olhar diferenciado – um alargamento das reflexões epistemológicas, que promova a abordagem de outros saberes, conforme preconizado pelas Epistemologias do Sul.

Inicialmente nomeado apenas como “paradigma intercultural”, o termo passou por uma atualização por sua autora, Natália Duque Cardona, após o seu reconhecimento, a partir do trabalho de Silvia Rivera Cusicanqui, de que as práticas de resistência à colônia - anticoloniais - são anteriores à academia e à inflexão “decolonial”, que dela provém. Para Duque-Cardona, “[...] em nenhum caso, a academia deve ostentar e validar [ou invalidar], em seus conceitos elevados, questões que já acontecem no mundo social, mas sim aprender, crescer e dialogar com elas”. Propõe-se, pois, agora, o “paradigma intercultural-anticolonial da Ciência da Informação” (Duque-Cardona, 2024, online).

De modo semelhante à CI, a Arquivologia – que se relaciona com a CI desde o seu surgimento – tem seu desenvolvimento marcado pela ruptura entre dois paradigmas: o custodial, que, de modo tecnicista, empreende seus esforços à custódia e à preservação dos sistemas de informação; e o pós-custodial, que confere uma natureza científica e informacional à área, encarando o sujeito como agente ativo no processo de interação com a informação (Ribeiro, 2010). De acordo com a autora, no paradigma custodial, a concepção de mediação encarada pelo/a arquivista é “passiva e até contrária ao utilizador, porquanto a prioridade estava na guarda do património cultural incorporado e acumulado e não no acesso ou na difusão plena” (Ribeiro, 2010, p. 65).

Dito isso, a presente pesquisa reconhece a relevância de cada paradigma para o desenvolvimento da CI e da Arquivologia. No entanto, sem descartar os conhecimentos promovidos por cada um deles, o que aqui se pretende é contribuir,

mediante uma perspectiva pós-custodial dos arquivos, para evidenciar a abordagem intercultural-anticolonial dos estudos em informação, conforme explanado adiante.

Na contemporaneidade, os avanços legais, tecnológicos e sociais que contribuem para subsidiar o acesso a informações mantidas em arquivos, aliados à relevância da ampliação do alcance desses dispositivos para fins de fortalecimento das identidades e da cidadania, despertam, mais do que nunca, para a necessidade do intercâmbio entre diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, no que tange aos instrumentos e às práticas através dos quais os sujeitos podem se apropriar das informações, a CI e a Arquivologia – ambas interdisciplinares por natureza –, têm empreendido um crescente diálogo em benefício mútuo. Para Araújo (2011), enquanto a CI forneceu à Arquivologia o cenário ideal para a discussão de suas bases teóricas, a Arquivologia favoreceu a CI com o seu legado de técnicas e conceitos acerca dos documentos, além de ideias sobre temas como memória, patrimônio, organicidade e historicidade dos registros.

Nessa conjuntura, o **guia para usuários/as de arquivos**¹ é um instrumento de pesquisa abrangente que, diferentemente dos demais instrumentos de pesquisa arquivísticos, pode ser utilizado também como ferramenta para difundir o próprio arquivo perante a comunidade, despertando interesses e necessidades informacionais a mais pessoas (Teixeira, 2019)². Isso se torna possível mediante um esforço para expandir a forma como se compreende a sua finalidade, resumida em

¹ Ressalta-se que, na literatura arquivística, o que aqui denominamos de “guia para usuários/as de arquivos” é mencionado apenas como “guia do arquivo” (podendo ser encontradas, ainda, as formas “guia do acervo”, “guia de fundos” e “guia de fontes”). Em vista disso, justifica-se a escolha do termo “guia de usuários/as de arquivos” mediante a compreensão de que, efetivamente, esse instrumento é utilizado não para guiar os arquivos, mas sim as pessoas que tencionam a sua exploração para satisfazer necessidades informacionais. Assim, a expressão “para usuários/as” é incluída para enfatizar a centralidade dos sujeitos nesta investigação. Esclarece-se, ainda, que tal posicionamento recebe influência do pensador quilombola Nêgo Bispo, quando faz o seguinte relato: “[...] O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. [...] logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos ‘precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa’ [...] Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também. [...] É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Santos, 2023, p. 12, 13).

² Para os fins desta investigação, considera-se instrumento de pesquisa arquivístico todo “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (Arquivo Nacional, 2005, p. 102). Exemplos: guia, inventário, catálogo, índice, entre outros. Enquanto o guia fornece uma visão panorâmica do acervo, os demais instrumentos se detêm a uma descrição pormenorizada dos objetos que compõem os conjuntos documentais, auxiliando os sujeitos em consultas específicas às unidades de descrição – estas, por sua vez, tidas como o documento ou o conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratados como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada (Arquivo Nacional, 2013, p. 17).

[...] propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático (Bellotto, 2004, p. 191).

Apesar do potencial apresentado pelo guia, enquanto produto da atividade de representação da informação, para promover o acesso e a apropriação de informações em arquivos e para popularizar essas instituições perante o público, nota-se que são incipientes as publicações que abordam essa ferramenta. Na literatura arquivística brasileira, o guia para usuários/as de arquivos é notadamente abordado apenas em algumas obras “clássicas” lançadas num curto intervalo de tempo durante a virada do século XX para o XXI, e depois é praticamente esquecido enquanto tema de pesquisa. Em publicações brasileiras, a abordagem do guia está presente no livro *Arquivos permanentes: tratamento documental*, de Heloísa Liberalli Bellotto (2004); no livro *Arquivo: teoria e prática*, de Marilena Leite Paes (1997); e no livro *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*, de André Porto Ancona Lopez (2002) – que reúnem orientações para a elaboração de guias, inventários, catálogos, e foram utilizados em pesquisa anterior (Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Arquivologia - 2019) para embasar a elaboração do *Guia para Usuários do Arquivo Técnico da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa)*, um protótipo que ainda deverá ser lançado oficialmente (Anexo 1).

Diante da necessidade de refletir e planejar possibilidades reais de ampliação e diversificação do público dos arquivos, é preciso reconhecer que muitos deles – sobretudo, os chamados arquivos comunitários – não possuem as condições tecnológicas, estruturais, orçamentárias e de pessoal necessárias para a obtenção e a operacionalização de ferramentas tecnológicas modernas, como o *ICA-AtoM* – um software livre multilíngue que significa “Acesso à Memória”, baseado nos padrões do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e que oferece uma série de recursos de descrição de acervos, podendo ser adotado por vários tipos de instituições (AtoM, 2022). Além disso, para Duff (2016, p. 171), “[...] a promessa de acesso universal ao material arquivístico não se concretizará a não ser que haja arquivistas disponíveis para ajudar na mediação entre usuários e o que eles buscam [...]”. Isso reforça a necessidade de encarar os arquivos enquanto organizações sociais cujos conteúdos

não devem permanecer restritos a uma pequena parcela de sujeitos que lidam diretamente com a documentação.

Em busca de uma abertura dos arquivos para favorecer o exercício da cidadania enquanto instrumentos de inclusão social e de emancipação dos sujeitos, tem-se que admiti-los como verdadeiros dispositivos culturais – o que, de acordo com Pinho (2013), é uma forma de colaborar com a elaboração de políticas para promover o acesso e a divulgação de bens e artefatos culturais, oferecendo aos sujeitos maiores oportunidades para desenvolver suas potencialidades culturais. Do mesmo modo, há que se pensar em como delinear alternativas para que esses dispositivos favoreçam a promoção da justiça social, uma vez que “faz parte da responsabilidade social do arquivista promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso” (Tognoli; Rocha, 2021, p. 5).

Tognoli (2022) destaca a urgência de um repensar ético do/a arquivista para suprir as demandas contemporâneas da sociedade diante de uma ressignificação do poder dos arquivos. Para a autora, a sociedade “[...] tem buscado, agora também nos arquivos, encontrar meios para que a justiça social possa acontecer – ainda que saibamos que ela será sempre um ideal a ser alcançado – em sua plenitude” (Tognoli, 2022, p. 2). Em pesquisa anterior, Tognoli e Rocha (2021) indicaram que o tema da justiça social não tem sido observado na literatura científica da Arquivologia no Brasil. Além disso, ao discutir teoricamente a aplicação da justiça social nos estudos da Arquivologia em âmbito internacional por meio de uma revisão de literatura, os/as autores/as observam que, entre 2000 e 2018, esse conceito tem extrapolado as discussões voltadas apenas à igualdade econômica entre as pessoas, passando a demonstrar uma preocupação com questões como igualdade racial e de gênero e com comunidades marginalizadas – oportunizando, então, a sua compreensão enquanto instrumento para o reconhecimento de outras desigualdades sistêmicas e estruturais.

Fundamentado no que foi exposto até aqui e apoiando-se na necessidade de reformulação de práticas arquivísticas para atender a transformações sociais e promover um direcionamento voltado às necessidades informacionais dos sujeitos (Brandão; Lima, 2016), estabelece-se a seguinte questão da pesquisa: **Como o guia para usuários/as de arquivos, a partir da representação e da mediação da informação, pode ser explorado pelos/as arquivistas em favor da justiça**

social no Sul global?

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral: **Propor, à luz das Epistemologias do Sul, estratégias de mediação implícita da informação em favor da justiça social por meio do guia para usuários/as de arquivos.** Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Contextualizar as Epistemologias do Sul no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia;
2. Discutir a mediação da informação no contexto da Arquivologia, especialmente no desempenho da descrição arquivística no Brasil;
3. Fortalecer os estudos de representação da informação no contexto da Arquivologia como prática de mediação implícita da informação, por meio do guia para usuários/as de arquivos;
4. Debater a justiça social na Arquivologia, especificamente nos processos de mediação implícita da informação por meio do guia para usuários/as de arquivos.

Cientificamente, a pesquisa se justifica pela necessidade de uma discussão teórica que estabeleça, em nome da popularização dos arquivos, a adoção de marcos metodológicos que impliquem uma abordagem alternativa ao método tradicional. Nesse sentido, acredita-se que a promoção de uma correlação entre a mediação e a representação da informação sob o prisma da justiça social, juntamente com o entendimento do arquivo como um dispositivo cultural, representa uma contribuição para o desenvolvimento de uma articulação entre Arquivologia e CI comprometidas com aspirações identificadas desde o Sul global.

Socialmente, acredita-se nos impactos da pesquisa por ela oferecer uma alternativa relativamente simples, que visa promover uma transformação no arquivo em favor do protagonismo social de diferentes grupos. Através da atuação dos/as arquivistas, a implementação do guia pode fomentar o enfoque da instituição nas comunidades, estimulando o crescimento do interesse pelos acervos e fomentando a apropriação³ de informações – acervos estes que, não raramente, são explorados apenas em contextos burocráticos e formais e nos limites das finalidades das próprias instituições mantenedoras dos arquivos.

Além disso, a pesquisa também se justifica profissionalmente, a partir da

³ Apropriação esta que, conforme o entendimento de Santos Neto e Bortolin (2019), só ocorre a partir do momento em que o sujeito atribui significados às informações.

formação do pesquisador como arquivista e de sua compreensão da dimensão política da Arquivologia, que o faz tencionar, por meio do incentivo aos seus pares, uma abordagem emancipatória das dinâmicas informacionais, que estimule a justiça epistêmica na área como estratégia para a autonomia da profissão do Sul global.

Sob o ponto de vista pessoal, a pesquisa se justifica pelo anseio deste pesquisador em contribuir, através da mediação da informação, para a justiça social, num movimento que se vislumbra mediante uma permanente e complexa tomada de consciência sobre determinações sociais que moldam a sua existência em um sistema capitalista-segregacionista – se, por um lado, ele usufrui dos inúmeros privilégios que são ofertados pela sociedade ao homem cis branco, por outro lado, ele lida com os efeitos da sobreposição dos marcadores classe social e orientação sexual. Nesse percurso, o ativismo arquivístico é compreendido como uma forma de resistência e militância política, que se traduz em realização pessoal à medida em que suas vivências são partilhadas com a comunidade.

Posto isso, passa-se à organização deste trabalho, que está estruturado em seis seções: Esta introdução contextualiza o tema, delineando o objeto da pesquisa, propondo a sua problematização, elencando os objetivos e defendendo as justificativas; a seção 2 apresenta o percurso metodológico da pesquisa, descrevendo-a quanto à sua natureza, ao objeto, à abordagem da realidade e aos procedimentos técnicos de coleta e análise dos dados; a seção 3 contextualiza as Epistemologias do Sul no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia, enfatizando a imprescindibilidade do paradigma intercultural-anticolonial; a seção 4 discute a mediação e a representação da informação no contexto da Arquivologia, especialmente no desempenho da descrição arquivística como atividade de mediação implícita por meio dos instrumentos de pesquisa no contexto brasileiro; a seção 5 apresenta e discute os resultados, debatendo a justiça social nos processos de mediação implícita da informação na Arquivologia, sintetizando as principais conclusões da análise empregada e propondo, finalmente, interferências conscientes e transformadoras por meio do guia para usuários/as de arquivos; por fim, a seção 6 reúne as considerações finais da pesquisa, recapitulando os principais resultados, propondo novos caminhos e anunciando possíveis desdobramentos para o tema.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Todo objeto de estudo pode ser concebido de forma interdisciplinar, com os quais são necessários modelos de abordagem múltipla, para poder descrever adequadamente a sua complexidade (Cabré, 2009, p. 14, tradução nossa).

Ao considerar a pesquisa científica como um artefato intelectual construído a partir de questionamentos e motivações internas e externas, as trilhas metodológicas aqui delineadas apresentam o caminho possível para compreender as nuances entre o cruzamento conceitual das temáticas **representação da informação e mediação da informação**, numa construção interdisciplinar entre Arquivologia e CI, com miradas estratégicas em busca da promoção da justiça social.

2.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à caracterização da pesquisa, o primeiro aspecto a se destacar é a sua **natureza básica**. Gil (2010) explica que esse tipo de pesquisa busca preencher uma lacuna existente no conhecimento, sem que seja incluída uma aplicação prática imediata. O autor ainda destaca que pesquisas básicas também podem vir a sanar problemas de modo aplicado, pelo que existiria uma certa simbiose entre as pesquisas básicas e aplicadas. Desse modo, como a presente investigação seguiu, sobretudo, pressupostos teóricos, nota-se que, por tais motivos, esta é a sua natureza. Contudo, assim como pontuado por Gil (2010), admitem-se e incentivam-se, por meio dos resultados, futuras aplicações ou resoluções práticas nos contextos da Arquivologia e da CI, nos âmbitos das instituições científicas e arquivísticas.

A partir dos objetivos geral e específicos estabelecidos, tem-se que a principal característica da pesquisa é o seu caráter **exploratório e descritivo**. À primeira vista, o estudo se caracteriza como exploratório por trazer proximidade do pesquisador com a temática, ao passo que reúne informações preliminares sobre o objeto (Bufrem; Alves, 2020). Isso se dá, sobretudo, devido à escassez de trabalhos que versam sobre a mediação implícita da informação no campo da

Arquivologia⁴, em especial voltada aos guias para usuários/as de arquivos. No âmbito da caracterização descritiva, Triviños (1987) comenta que esse tipo de pesquisa preza pela descrição dos fenômenos e da realidade. O autor destaca a importância de a pessoa pesquisadora possuir conhecimentos prévios sobre o que se pretende pesquisar. Acerca desse aspecto, destaca-se a expertise deste pesquisador nos âmbitos profissional, acadêmico e político sobre instituições arquivísticas. Isso se dá em face, sobretudo: à sua graduação em Arquivologia; ao exercício da atividade profissional em arquivos no estado da Paraíba; e, à sua atuação como membro da diretoria da Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB). Assim, o teor descritivo ocorre, em especial, por traçar estratégias para uma efetiva mediação da informação em arquivos, considerando-se a inexistência de neutralidade, uma vez que se busca, deliberadamente, subverter teorias fundadas na dominação⁵.

Considerando o que foi apresentado até aqui, delineou-se uma **abordagem qualitativa** para a pesquisa, pois ela é menos formal e possibilitou uma oscilação entre observação, reflexão e interpretação, ao passo que a análise evoluiu (Gil, 2010). Uma vez que os principais dados possuem caráter subjetivo e são obtidos por meio da leitura e reflexão da literatura científica, delineá-la como qualitativa possibilitou uma maior liberdade ao pesquisador (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Desse modo, essa abordagem favoreceu a estruturação dos dados em categorias analíticas, oportunizando uma relativa flexibilidade na interpretação dos resultados.

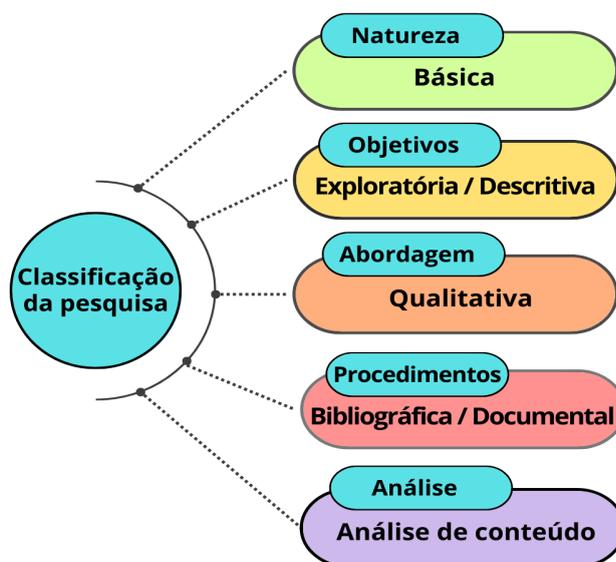
Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação fundamentou-se na **pesquisa bibliográfica e documental**, a partir de fontes de informações científicas, e utilizou como método de análise de dados a **análise de conteúdo** (ambos os aspectos metodológicos serão aprofundados nas subseções seguintes).

A partir das características supracitadas, a figura 1, a seguir, representa graficamente os principais marcos metodológicos da pesquisa.

⁴ Para ilustrar esse cenário, uma pesquisa realizada em 2024 na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) identificou que, embora constasse um total de 44 artigos sobre mediação e Arquivologia, nenhum deles abordava especificamente sobre a mediação implícita da informação.

⁵ Sobre esse aspecto, é válido retomar a máxima de Freire (2014, p. 51) na obra *Pedagogia do Oprimido*, quando o autor faz a seguinte provocação: “Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: a sua base ideológica é inclusiva ou excludente?”.

Figura 1 – Principais aspectos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Evidenciados os principais aspectos metodológicos do estudo, abordam-se, a seguir, os procedimentos técnicos utilizados para a coleta dos dados.

2.2 Procedimentos técnicos

Conforme abordado, quanto aos procedimentos técnicos escolhidos pela investigação para a coleta de dados, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Enquanto a primeira “procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas [...]” (Martins; Theóphilo, 2016, p. 52) – perpassando etapas como leitura, interpretação de texto e sua análise crítica, para uma posterior construção do conhecimento (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022) –, a segunda visou incluir na análise, nesse caso específico, a observação de guias para usuários/as de arquivos disponíveis na internet, bem como normas de descrição arquivística e demais instrumentos indicados para subsidiar a sua elaboração.

Desse modo, para as etapas da pesquisa bibliográfica e documental, considerou-se o que foi apresentado por Gil (2010). Tais etapas são descritas a seguir, por meio do quadro 1.

Quadro 1 - Etapas da pesquisa bibliográfica

ETAPAS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	
Escolha do tema	Os principais temas que integram a pesquisa são mediação da informação e representação da informação , no âmbito da CI e da Arquivologia.
Levantamento bibliográfico preliminar	Para aprofundamento da temática escolhida, as disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foram fundamentais para fortalecer, inicialmente, o conhecimento das temáticas, além de auxiliarem no processo de formulação da problemática. Inclusive, a partir do conteúdo das disciplinas, foi possível acrescentar um novo prisma teórico: os arquivos como dispositivos culturais em benefício da justiça social . Além disso, a biblioteca setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), as bases de dados, os portais de periódicos e os repositórios institucionais foram importantes para os levantamentos preliminares.
Formulação do problema	Com base na temática escolhida na primeira etapa, no curso das disciplinas do PPGCI e no levantamento bibliográfico, surgiu a seguinte questão de partida, já apresentada na introdução: Como o guia para usuários/as de arquivos, a partir da representação e da mediação da informação, pode ser explorado pelos/as arquivistas em favor da justiça social no Sul global?
Elaboração do plano provisório de assunto	Com base na problemática, o plano envolveu duas principais temáticas, sendo elas a mediação da informação – a qual se desdobrou em: mediação implícita da informação; mediação implícita da informação na Arquivologia; e a prática mediadora à luz da justiça social. O outro tema foi a representação da informação , que se desdobrou em: representação da informação arquivística (incluindo a descrição de documentos) e representação da informação à luz da justiça social – além de abordar as relações entre a representação e a mediação da informação em arquivos.
Identificação das fontes	As principais fontes utilizadas para essa pesquisa estão situadas no campo temático da CI, sendo elas: periódicos científicos, teses e dissertações, anais de eventos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Enancib) e livros acadêmicos, além de materiais de referências, como guias para usuários/as de arquivos e normas de descrição arquivística disponíveis na internet.
Localização das fontes	A maior parte do material utilizado está disponível <i>on-line</i> . Contudo, também serviram como base de estudo os livros das bibliotecas da UFPB, assim como outros materiais adquiridos pelo pesquisador.

	Quanto às fontes <i>on-line</i> , foram utilizadas as seguintes bases de dados: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), a base de dados do Enancib (Benancib), o Repositório Institucional da UFPB, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o catálogo de publicações da editora Nyota. Nesse processo, uma delimitação temporal não foi adotada, tendo em vista a escassez de publicações sobre a temática e a preocupação em recuperar aquilo que havia disponível.
Leitura do material	No tocante a esta etapa, inicialmente foi realizada uma leitura exploratória para identificar se havia, de fato, pertinência das obras escolhidas previamente para compor a pesquisa. Essa atividade foi fundamental para a construção do referencial teórico e o aprofundamento da leitura analítica e interpretativa, realizada posteriormente.
Fichamento	A partir das obras selecionadas, foram elaborados fichamentos, para facilitar o processo de análise de conteúdo, esta que oportunizou conclusões importantes sobre os temas envolvidos.
Redação do texto	Por fim, foi redigida a versão final da dissertação, prezando-se pelos aspectos formais da língua portuguesa e de normalização acadêmica, buscando-se alcançar o devido rigor científico, sem perder de vista o necessário impacto social objetivado.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gil (2010).

Uma vez evidenciados os procedimentos técnicos de coleta dos dados, passa-se, agora, a detalhar as ações empreendidas para a sua análise.

2.3 Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados, foi adotada a análise de conteúdo – um conjunto de técnicas de análise de comunicações proposto por Laurence Bardin (2016), dividido em três etapas principais: **pré análise**; **exploração do material e; tratamento dos resultados, inferência e interpretação** – conforme ilustrado a seguir (figura 2).

Figura 2 – Etapas da análise de conteúdo



Fonte: Elaboração própria, com base em Bardin (2016).

A primeira etapa, definida por Bardin (2016) como pré-análise, visou a organização e a sistematização das ideias iniciais. Ademais, essa etapa deve permitir flexibilidade, mas sem perder a precisão. Nesta etapa em que ocorre a escolha do material a ser analisado, formulam-se hipóteses e objetivos e a criação de indicadores. Nesse ínterim, realizou-se a **leitura flutuante**, para conhecer os principais tópicos e assuntos de cada documento.

Para a construção do *corpus* analítico, foram consideradas as regras **homogeneidade** e a **pertinência**, em que a primeira considera a decisão de elementos precisos para criação de categorias e a segunda aborda a pertinência dos documentos e sua adequação à pesquisa e aos objetivos propostos (Bardin, 2016). Essa compreensão foi fundamental para guiar a escolha dos materiais que compõem o estudo.

A etapa seguinte, que consistiu na **exploração do material**, envolveu a aplicação de decisões tomadas na pré-análise, que contemplem o *corpus* da pesquisa. Nesta etapa, notou-se a evidência dos principais temas, os quais se converteram nas categorias analíticas: **mediação implícita da informação; representação da informação em arquivos; justiça social em arquivos e estudos e práticas decolônias e anticolonias na Arquivologia**. Concatenar unidades de registro e suas conseqüentes unidades de significado, vinculadas a estas categorias, permitiu alcançar o objetivo geral, de traçar estratégias

mediadoras no tocante às instituições e acervos arquivísticos por meio da exploração do guia para usuários/as de arquivos.

Por fim, a terceira etapa da análise de conteúdo envolveu o **tratamento dos resultados**, onde houve a transformação dos dados brutos em dados falantes, isto é, a literatura analisada passou a mostrar seu direcionamento para o cerne da resolução do problema delineado inicialmente, oportunizando ao pesquisador/analista realizar inferências sobre o tema estudado, o que Bardin (2016) salienta que constitui a principal característica da análise de conteúdo. Para a autora,

[...] Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como o detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (Bardin, 2016, p. 45).

Para tanto, considerando-se os objetivos da análise propostos para esta pesquisa, percebeu-se que a justiça social, enquanto marco extrateórico, deveria estar presente em todo o processo. Tal posicionamento teórico-metodológico guiou as etapas da pesquisa bibliográfica e documental, bem como as demais fontes que foram analisadas no *corpus* do estudo.

Em vistas disso, o marco teórico, compreendido pelos processos de mediação e representação da informação, foi alinhado a preceitos da justiça social, servindo como base para compreensão e fundamentação das interpretações que geraram os resultados – que, em última análise, poderão ser adotadas para contemplar a inclusão de grupos subalternizados nos arquivos. Salienta-se que esse marco fundamenta tanto aspectos teóricos quanto empíricos desenvolvidos em múltiplos contextos, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Isso posto, embora a pesquisa centralize seu prisma na Arquivologia, também considerou, em alguns momentos, práticas realizadas em outros tipos de equipamentos informacionais (como as bibliotecas), uma vez que tais práticas pudessem contribuir com o objetivo da investigação.

Para a consecução almejada, apoiou-se e apostou-se na atuação política que é percebida como inerente à profissão arquivista:

Quando o arquivista experimenta esse processo de (re)construção de si, do seu trabalho e do meio, transformando-se e contribuindo para que os demais sujeitos também se transformem, está agindo como um ser político e passa a lutar e a assegurar que todos podem ser sujeitos políticos que agem sobre a realidade, não apenas lutando e assegurando o cumprimento e o exercício de direitos, mas também debatendo e atuando propositivamente nas suas formulações, o que representa uma contribuição para o desenvolvimento do protagonismo social (Santos; Sousa; Gomes, 2022, p. 293).

O delineamento e fundamentação teórica das categorias (mediação implícita da informação, representação da informação, justiça social e estudos e práticas decolônias e anticoloniais) funcionaram, portanto, como alicerces para uma efetiva análise de conteúdo da temática proposta. De acordo com Bardin (2016, p. 201), a análise por categorias

[...] Funciona por operações de desmembramento do texto e unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples.

Essa etapa fundamentou a correlação dos temas com a descrição arquivística desempenhada no contexto brasileiro, oportunizando, finalmente, proposituras no que se refere à implementação de guias para usuários/as de arquivos. Com base nisso, torna-se oportuno ressaltar que as inferências aplicadas percorreram a generalidade, por não se tratar de um caso ou ambiente específico. A respeito da complexidade experimentada nesse processo, apoia-se em Araújo (2018, p. 8), ao pontuar que a CI, na atualidade,

[...] é mais atenta à complexidade dos fenômenos estudados, buscando ver a imbricação entre documentos (ou registros de conhecimento), mediações (tecnológicas, institucionais) e saberes (culturas, memórias, conhecimentos coletivos), e tal atenção se desdobra num conjunto de perspectivas e teorias desenvolvidas recentemente e que evidenciam a vitalidade e a dinamicidade de um campo comprometido com a compreensão dos problemas vivenciados no presente.

Em conformidade com essa aposta, alinha-se o paradigma intercultural-anticolonial da CI.

3 EPISTEMOLOGIAS DO SUL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA: o paradigma intercultural-anticolonial e o arquivo enquanto dispositivo cultural

De acordo com Santos e Meneses (2009), nos últimos séculos, dominou uma epistemologia científica que eliminou da reflexão o contexto cultural e político da produção e do uso do conhecimento. Com isso, em vista do interesse de contribuir para modificar esse processo, destaca-se o teor exploratório desta pesquisa (Triviños, 1987), ao se buscar o cruzamento de diferentes teorias para estabelecer novos conhecimentos no âmbito da pesquisa em CI.

Reconhecer a pesquisa como artefato intelectual envolve o esforço para se livrar de amarras dicotômicas e cartesianas e considerar as múltiplas formas que permeiam o processo de construção metodológica da pesquisa. Para Araújo (2018, p. 7),

A ciência da informação que se faz, hoje, é muito diferente daquela de cinco décadas atrás. Ainda que propostas de estudo parecidas com aquelas de sua época fundacional permaneçam, elas coexistem com diversas outras maneiras de se estudar a informação, sobretudo (mas não só) porque o desenvolvimento das tecnologias solucionou uma série de problemas, mas trouxe muitos outros, relativos às questões humanas (sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas) de como nós, seres humanos, no século XXI, produzimos, fazemos circular, disseminamos, organizamos, preservamos, usamos e nos apropriamos dos registros de conhecimento produzidos, bem como intervimos, criando instituições, serviços e produtos, nos fluxos informacionais.

Assim, situar a pesquisa no paradigma intercultural-anticolonial da CI e relacionar os temas da mediação e da representação da informação em arquivos com a perspectiva dos dispositivos culturais, em favor da justiça social, consiste em uma valorização de um diálogo horizontal entre diferentes conhecimentos, incluindo outros tipos que resistem, num movimento que Santos e Meneses (2009) denominam como “ecologia de saberes”. Para os autores, “[...] a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e nos seus impactos noutras práticas sociais [...]” (Santos; Meneses, 2009, p. 7).

Segundo, para a sua proponente, Natália Duque-Cardona (2020; 2023; 2024), o paradigma intercultural-anticolonial da CI considera a busca de um diálogo com o

trabalho realizado fora da universidade, descentralizado de uma única forma de produção do conhecimento, e que se articula de modo inter e transdisciplinar. Sem invalidar os paradigmas propostos por Capurro (2003), o novo paradigma propõe caminhos epistemológicos que buscam responder a princípios de justiça epistêmica, tais como: reconhecer o conhecimento não científico como antecedente do científico, sem a necessidade de que ele seja validado pelas universidades; reconhecer os membros das comunidades possuidoras desses saberes como sujeitos do conhecimento e; incluir outros quadros teóricos e filosóficos nas Ciências da Informação, a partir de epistemologias e filosofias do Sul global. No que diz respeito ao papel da CI nesse processo, merece destaque o esforço pelo diálogo entre teoria e prática, que proporcione a colaboração dos sujeitos e de suas comunidades, oportunizando a elaboração coletiva de metodologias “com um olhar comprometido com os contextos sociais locais” (Almeida; Santos, 2023, p. 19).

Tendo em vista que as normas, diretrizes e modelos para a organização de informações são mantidos e apoiados por entidades de origem anglo-saxônica e que a participação de atores de diferentes origens é baixa, a consequência é que esses padrões refletem a visão de mundo de seus criadores. Impera-se, portanto, considerar que a compreensão do mundo é muito mais ampla do que a compreensão ocidental do mundo, e que essa diversidade deve ser incentivada e transformada por meio da teoria e da prática, e não monopolizada por uma teoria geral (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2021). Compactuando com essa visão, Santos (2022) pontua que não se deve descartar o conhecimento deixado pelo colonizador, mas utilizar de seletividade nas informações.

Em consonância, a obra "A América Invertida", de Joaquín Torres-García, de 1943, desafia a visão eurocêntrica ao reverter o mapa da América do Sul, oferecendo uma nova perspectiva, que destaca a autonomia e a identidade latino-americana. Conforme ilustrado na figura 3, a seguir, o artista apresenta o mapa da América do Sul de cabeça para baixo, com o Uruguai, seu país natal, marcado e situado próximo ao centro da composição. Essa peça ilustra um artigo escrito por Torres-García no qual ele defende a fundação da *Escuela del Sur*, propondo que a América Latina desenvolva seus próprios caminhos culturais e artísticos, afastando-se de influências da Europa e dos Estados Unidos.

Figura 3 - América Invertida, de Joaquín Torres-García



Fonte: Torres-Garcia (1944).

Em contrapartida, ao buscarem evidenciar, a partir de uma análise crítica da literatura, reflexões acerca de como as instituições arquivísticas podem potencializar o desenvolvimento do protagonismo social, Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 282) ressaltam a necessidade de se compreender que “[...] historicamente, a instituição arquivística representou um lugar, uma posição e contou sobre a memória pautada em discurso oficial”. Nesse sentido, compreende-se que os esforços assumidos por arquivistas para ampliar a mediação em arquivos podem ter seu sentido ampliado quando apoiados em intervenções propostas pelas Epistemologias do Sul, que, ao denunciarem a supressão dos saberes praticada pela norma epistemológica dominante (Santos; Meneses, 2009), oferecem uma alternativa em benefício da pluralidade de vozes em resistência contra a opressão dentro dos arquivos.

Efetivamente, a opressão no ambiente arquivístico é constatada, por exemplo, quando apenas uma parcela da população compreende sua utilidade, possui acesso às informações e domina os meios necessários para fazer uso dos acervos, enquanto, na outra ponta, sujeitos pertencentes a grupos marginalizados não possuem nem mesmo a oportunidade de descobrir como os arquivos podem ser aliados na exigência de direitos sociais ao Estado. Em essência, desconhecem o poder velado dos acervos para transmutar seus conhecimentos. Em vista disso, contestar os modelos epistemológicos vigentes para propor novas formas de encarar a produção e o compartilhamento da informação caracteriza-se como uma alternativa para modificar essa realidade e promover a justiça social, concebida como uma

[...] visão de que todo ser humano tem valor incalculável e equivalente, [e tem] direito a compartilhar padrões de liberdade, igualdade e respeito. Esses padrões também se aplicam a formações sociais mais amplas, como comunidades e grupos culturais. Violações a tais padrões devem ser reconhecidas e confrontadas (Wallace, 2021, p. 31).

Por meio dessa visão, o escopo da justiça social se distribui na busca de: reconhecimento humano total; participação plena e igualitária; redistribuição justa e equitativa de poder e benefícios; e, reconhecimento e reparação de desigualdades históricas (Duff, 2023). Essa busca pode ser equiparada ao que Nêgo Bispo (2023) designa como **confluência**:

[...] a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida (Santos, 2023, p. 15).

Assim, a justiça social também favorece o desenvolvimento do protagonismo social, já que ele é marcado por “[...] uma conduta, uma postura, um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana, nas suas diversas dimensões [...]” e inclui uma dimensão cultural, “[...] compreendendo-se cultura como produção humana, na qual se inclui o objeto informação” (Gomes, 2019, p. 12). Diante disso, importa refletir o papel dos arquivos enquanto dispositivos culturais, para a promoção da justiça social e do protagonismo, pois ele “representa,

em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente” (Gomes, 2019, p. 11).

Pinto (2013, s. p. 22) denomina dispositivos culturais “[...] as instâncias que podem exigir mediações. Tais dispositivos podem ter caráter institucional, como museus, bibliotecas ou livrarias, ou caráter de unidade física, como livros, CDs, revistas ou jornais”. Foucault (1979), por sua vez, vai mais além:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244, tradução própria).

Nesse viés, reconhecer os arquivos como dispositivos culturais e relacioná-los às demais questões supracitadas oportuniza o delineamento de ações mais abrangentes pelos/as arquivistas, que podem extrapolar os limites de uma atuação institucionalizada voltada estritamente ao acesso à informação ao objetivar dar voz a grupos historicamente excluídos e minorizados socialmente.

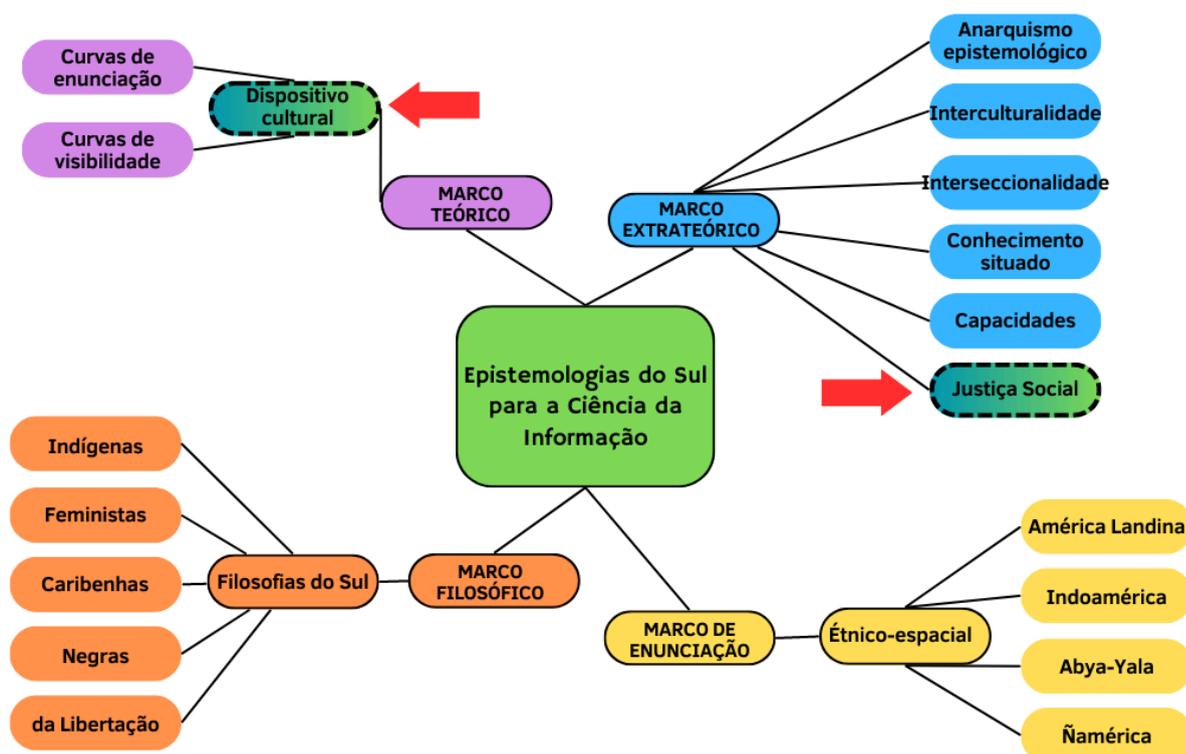
O que um dispositivo de ação cultural deve propor é uma política cultural que ascenda sua própria cultura para além dos muros dessa periferia ‘silenciosa’. É uma espécie de guerrilha, porque os povos silenciados não podem apenas reproduzir o pensamento alheio, assim como também não devem aceitar a condição de marginalizados, porque assim suas vozes serão sufocadas, perpetuando estruturas repressivas de pensamento [...] (Pinto, 2013, s. p. 28).

Nesse escopo, as Epistemologias do Sul para a CI consideram quatro marcos analíticos para delinear a prática científica: marco teórico, marco extrateórico, marco filosófico e marco étnico-espacial. Cada um desses campos abrange diversas categorias conceituais, que podem ser adotadas de maneira combinada, considerando-se os objetivos delineados por cada investigação ou ação⁶.

⁶ Ressalta-se que essa noção geral sobre as Epistemologias do Sul no contexto da CI, bem como os marcos teórico, extrateórico, filosófico e de enunciação (figura 4), foi assimilada não a partir de uma leitura específica, mas sim através das reflexões e discussões provocadas a partir de uma literatura ampla e diversa, que foi vivenciada na disciplina *Epistemologias do Sul para a Ciência da Informação*, oferecida como Tópico Especial no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no semestre letivo 2023.1, e ministrada pela professora

São epistemologias do Sul porque “utilizam referentes epistêmicos do Sul global, o que não implica que excluam importantes referentes do ocidente, fundamentais para a compreensão da sociedade” (Duque-Cardona, 2022, p. 13, tradução própria). Assim, para a presente pesquisa, em consonância com os pressupostos das Epistemologias do Sul e sob a ótica do paradigma intercultural-anticolonial da CI, optou-se pela abordagem dos arquivos enquanto dispositivos culturais (marco teórico) em benefício da justiça social (marco extrateórico), conforme destacado pela figura 4, a seguir:

Figura 4 – Epistemologias do Sul para a Ciência da Informação, com destaque para os marcos analíticos selecionados para compor a pesquisa



Fonte: Elaboração própria, com base em Duque-Cardona (2023), durante a vivência na disciplina Epistemologias do Sul para a Ciência da Informação.

Ao problematizar a necessidade de revisitar a constituição científica da Biblioteconomia para delinear uma proposta teórica e filosófica comprometida com as aspirações identificadas desde o Sul global, Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2021) recorrem a Fonet-Betancourt (2009), quando este propõe uma filosofia intercultural: as discussões e propostas por ele levantadas não são universais, mas sim contextualizadas na América Latina e no Caribe, buscando alternativas que apoiem a Biblioteconomia e a Ciência da Informação nesse território, especificamente.

Outrossim, somente com a busca do estabelecimento contínuo de um olhar situado, em comparação ao panorama global, é possível desenvolver uma ciência comprometida com as demandas que se apresentam no entorno das instituições acadêmicas de cada lugar. Conforme em Fonet-Betancourt (2009), não se trata de uma proposta para a academia, mas sim para a construção de pontes entre, de um lado, uma disciplina que se estabeleceu sob um modelo científico e, do outro, as sociedades e a cultura onde ela está situada. É sobre constituir uma ciência **com** os sujeitos, não sobre desenhá-la **para** eles. Em suma, é sobre a famosa máxima atribuída a Bech (1998), de que deve-se pensar globalmente e agir localmente.

Sob uma visão generalista, pode parecer absurda a ideia do desenvolvimento de um programa de pesquisa cujas teorias são delimitadas de modo situacional, em detrimento daquele anseio subjetiva e permanentemente incentivado a cada sujeito pesquisador, para que busque sempre a universalidade de suas postulações. Isto é, como se o correto fosse pensar que *quanto mais as minhas ideias forem aplicáveis ao resto do mundo, mais eu serei aceito, respeitado e seguido*. No entanto, levando-se em consideração o comprometimento que cada sujeito deve assumir para com as necessidades particulares de cada comunidade – ou seja, com a redistribuição do conhecimento –, torna-se justificável a escolha política por uma teoria situada, que vise atender a problemas bem delimitados pela perspectiva de uma justiça epistêmica. Ademais, talvez esta seja a maneira mais válida e digna de se agir para que o fazer científico alcance a devida validação pela sociedade – o que tem se revelado um grande desafio, conforme evidenciado nos últimos anos, em contextos de pandemia, desinformação, (in)competência informacional e digital, negacionismo científico, entre outros.

Assim, o paradigma intercultural-anticolonial, formulado por Duque-Cardona (2020; 2023; 2024), exprime sua imprescindibilidade ao propor o uso da informação

como forma de decolonizar o conhecimento, articulando, para isso, um diálogo com o trabalho realizado fora das universidades (Duque-Cardona, 2024).

4 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E NA ARQUIVOLOGIA: dimensões para o alcance do protagonismo social

A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo (Almeida Júnior, 2009, p. 93).

Almeida Júnior (2015) – para quem a informação é aplicada como sustentação ideológica no esforço pela perpetuação de um sistema social, político, econômico, cultural – denuncia que o serviço de referência desempenhado pelos equipamentos informacionais nunca dispôs de bases teóricas para sustentar tanto as atividades de seu escopo quanto as discussões e reflexões sobre o tema. No âmbito dos arquivos, o serviço de referência é definido como:

1 Conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário quanto aos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução.

2 Unidade administrativa responsável pelo serviço de referência (1) (Arquivo Nacional, 2005, p. 143).

Para o autor, as pessoas que se preocupam com o assunto limitam-se ao uso de “quase metodologias” para orientar a sua atuação, o que fez requerer olhares diferenciados que pudessem transcender a ideia de uma necessidade informacional alicerçada somente na oferta de materiais para consulta.

Diante desse cenário, a mediação da informação surge como uma proposta de teorização para sustentar novas e necessárias reflexões pelos/as profissionais, para além das atividades a eles/as atribuídas até então. Através desse diálogo, o autor define a mediação da informação como

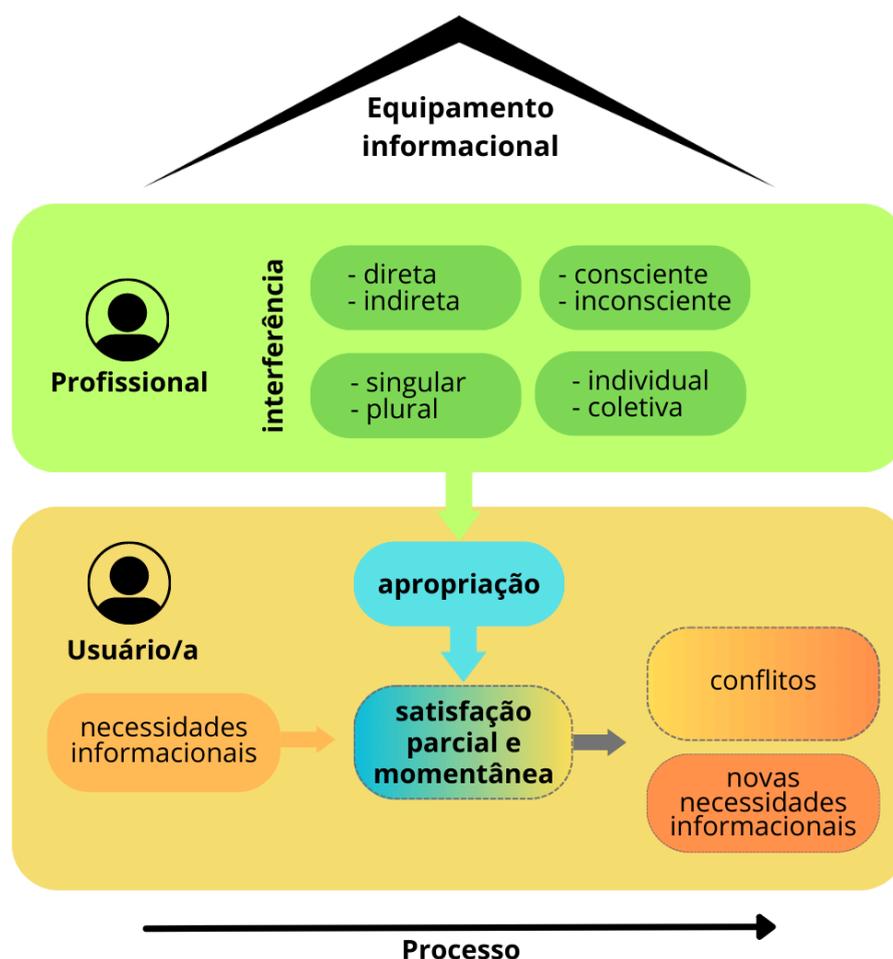
[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 15).

Desse modo, a teorização proposta valoriza a dialética nas dinâmicas informacionais entre profissional e usuário/a, porquanto as ações de interferência

realizadas pelo/a primeiro/a devem ser delineadas em diálogo com o/a segundo/a. Isto é, impera-se pensar em estratégias para que estes sujeitos possam também contribuir, perante o acervo, com o que será disseminado, evidenciado. A mediação da informação, enquanto prática teorizada pela CI, fundamenta-se nesta dialética – a pessoa mediadora também se modifica no processo de apropriação da informação e se transforma a partir dos contatos, das interações com as participantes da ação.

Como se pode notar, o conceito proposto por Almeida Júnior (2015) para atender às dinâmicas da mediação da informação envolve diversos fatores. Com isso, como uma tentativa de destacar a interferência do/a profissional no processo de apropriação das informações pelo/a usuário/a, propõe-se o diagrama expresso na figura 5, a seguir:

Figura 5 – Processo de mediação da informação



Fonte: Elaboração própria, com base em Almeida Júnior (2015).

Santos Neto e Almeida Júnior (2020) retratam o avanço dos estudos sobre a

mediação da informação na CI ao pesquisarem a sua institucionalização. Segundo os autores, a mediação da informação, enquanto disciplina, foi ofertada pela primeira vez nos anos 2000, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Salientam a existência de disciplinas sobre mediação da informação tanto em cursos de graduação quanto na pós-graduação.

A mediação da informação também é discutida com proeminência no cenário nacional da pós-graduação em CI, por meio do Grupo de Trabalho 03, intitulado “Mediação, Circulação e Apropriação da Informação”, do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Enancib). É nesse ambiente dialógico que diferentes grupos de pesquisadores interagem para avançar nos estudos de mediação (Santos Neto; Almeida Júnior, 2020). Com base nisso, entende-se que

A mediação como disciplina do campo da CI se constitui e se institucionaliza no Brasil na medida em que compõe o corpo das demais disciplinas que legitimam à CI, com seus objetos, leis, métodos, teorias etc. Ao mesmo tempo, ela, como disciplina, lida com embates e lutas de poder no contexto científico, em busca cada vez maior por seu reconhecimento social e científico (Santos Neto; Almeida Júnior, 2020, p. 17).

Como mencionado anteriormente, a mediação da informação está presente na CI brasileira desde os anos 2000 e os avanços neste campo de estudo são constantes, os quais refletem transformações sociais em diferentes conjecturas, com destaque para aquelas ligadas à tecnologia. Fachin (2013, p. 35) comenta que “[...] a mediação, depois das tecnologias, ficou voltada para públicos, grupos, gêneros, ou seja, mais específica para cada segmento de usuário, conforme as necessidades de cada um”.

Chama a atenção como a autora menciona que a mediação da informação pode ser potencializada a partir das tecnologias digitais, uma vez que os sujeitos, assim como os dispositivos informacionais, passam a ocupar lugares tanto físicos quanto virtuais. Identificar essa potencialidade é importante no contexto científico para o avanço das pesquisas em múltiplos prismas. Não obstante, é fundamental que o/a profissional consiga vislumbrar novas formas de mediar a informação e interagir com os demais sujeitos informacionais. Isto pois, “[...] a informação precisa de cada um de nós e de nosso coletivo para existir, mesmo que não de maneira concreta. A informação não existe ‘*per se*’” (Almeida Júnior, 2015, p. 12).

Na perspectiva da mediação direta – com a presença dos sujeitos –, um dos fundamentos que se fazem presentes é o acolhimento – embora ele também esteja incluído em determinadas ações de mediação indireta, tais como a preparação do ambiente e o próprio planejamento das ações mediadoras. Um dos teóricos que se debruça sobre esse aspecto é Prado (2020, p. 9, grifo próprio), onde ressalta que

Envolvido por este **compromisso de acolhimento** ao usuário, o bibliotecário tem condições de possibilitar o desenvolvimento de múltiplas oportunidades para **manifestar explicitamente os valores de empatia e respeito** com as diversidades sociais. Com isto, são viabilizadas as condições propícias para se construir os elos afetivos desencadeados por meio de ações profissionais em que se impera o vínculo social pela recuperação e assimilação da informação. Assim, estima-se que o envolvimento profissional com o usuário gere uma relação recíproca e caracterizada por noções de familiaridade mútua em que o bibliotecário **respeita as subjetividades do usuário** e este igualmente entenda a importância social da mediação da informação.

O autor salienta a pessoa bibliotecária enquanto agente mediadora e a biblioteca enquanto dispositivo informacional possível para o desenvolvimento do acolhimento na mediação da informação. Julga-se importante acrescentar que tais ações também se aplicam aos/às arquivistas no ambiente dos arquivos. Pode-se exemplificar e justificar este acréscimo a partir de Almeida Júnior (2015), quando, ao atualizar o conceito de mediação da informação inicialmente proposto em 2009, substitui a nomenclatura “bibliotecário” para “profissional da informação”, ao reconhecer a possibilidade de múltiplos agentes mediadores envolvidos nos diversos tipos de equipamentos informacionais.

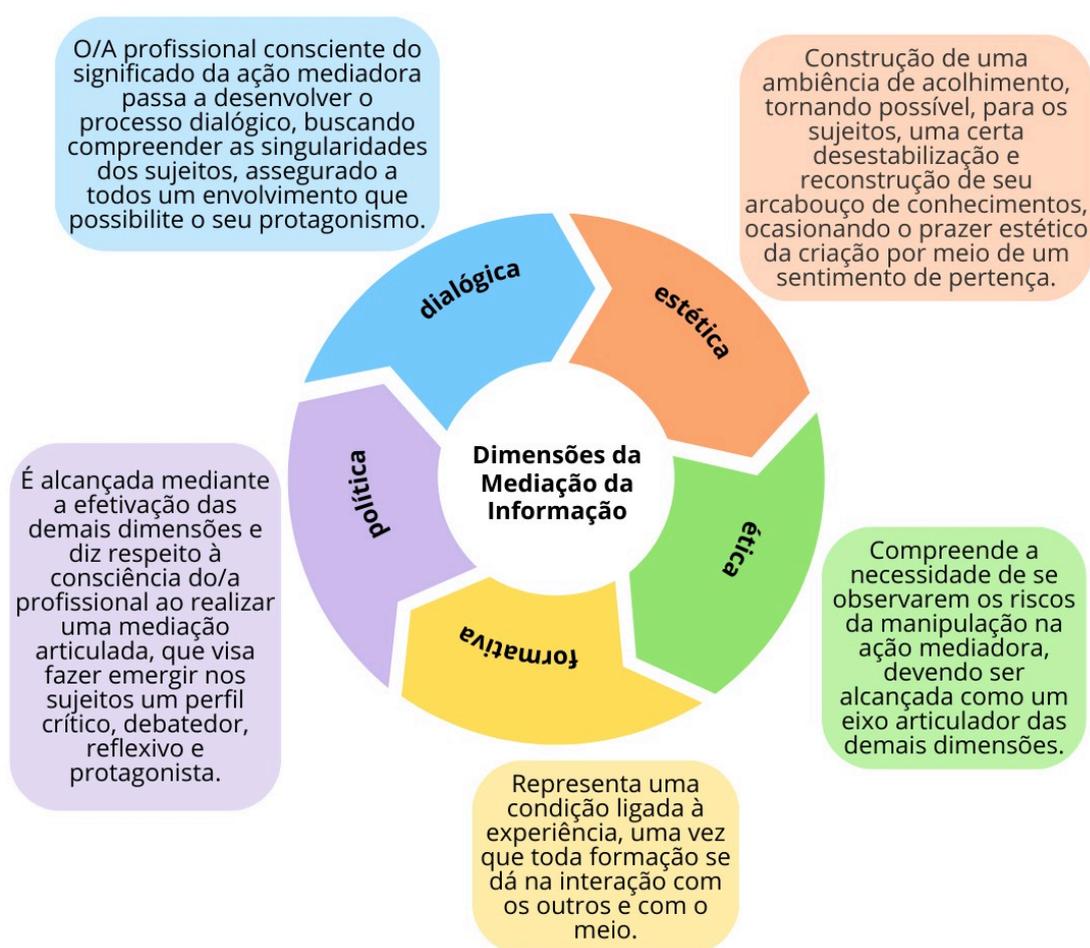
Outra perspectiva para a compreensão da mediação da informação diz respeito à mediação implícita, que “ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários.” (Almeida Júnior, 2009, p. 92). É salutar frisar a separação feita por Almeida Júnior (2009; 2015) entre explícita (direta) e implícita (indireta), em que, no primeiro caso, a interferência do profissional da informação é realizada com a presença – física ou virtual – do/a usuário/a, enquanto, no segundo caso, não há essa presença (embora se considere o sujeito e suas possíveis necessidades de informação em todo o processo de mediação da informação). Nesse sentido,

[...] destaca-se o esforço do mediador em, na medida do possível,

ser transigente, despindo-se de preconceitos e trabalhando para valorizar as diversidades, sejam elas de natureza cultural, social, religiosa, filosófica, política ou de gênero. Assim, ser mediador é tomar para si o compromisso de participar, de forma ética, da vida escolar, acadêmica, política e social, para que possa modificar a maneira de ser e estar no mundo (Santos Neto; Bortolin, 2019, p. 4).

O avanço nas discussões sobre a Mediação da Informação se reflete, também, no surgimento de outros constructos conceituais. Destaca-se, nesse viés, o estabelecimento de cinco dimensões da mediação da informação (figura 6, abaixo) pela pesquisadora Henriette Gomes (2014; 2019; 2020) – cujas contribuições têm sido reconhecidas como indispensáveis para a abordagem desse tema.

Figura 6 – Dimensões da mediação da informação para o alcance do protagonismo social



Fonte: Elaboração própria, com base em Gomes (2014; 2019; 2020).

Segundo Gomes (2019; 2020) as cinco dimensões da mediação da informação (dialógica, estética, formativa, ética e política) agem mutuamente no contexto socioinformacional e cultural. Juntas, elas oportunizam o desenvolvimento do protagonismo social. De modo complementar, Almeida, Farias e Farias (2020) ressaltam a necessidade do empoderamento para o alcance do protagonismo social. Em sua perspectiva, nota-se que

[...] o empoderamento **ocorre em diferentes lugares e espaços**, e os sujeitos com suas ações, interferem na vida pessoal e coletiva, possibilitando que o empoderamento não se torne um processo de natureza individual e sim fortemente relacionado com a alteridade (Almeida; Farias; Farias; 2020, p. 7, grifo próprio).

Berth (2018), apresenta uma perspectiva não neoliberal sobre o conceito de empoderamento, alertando que ele não deve ser reduzido a uma simples questão de escolha individual ou de acesso a recursos, como propõe a perspectiva neoliberal. A autora argumenta que o empoderamento deve ser entendido como um processo coletivo e político, que envolve a luta contra as estruturas de opressão e a construção de alternativas mais justas e igualitárias. Ela também destaca a importância de considerar as diferenças e as desigualdades entre os indivíduos e os grupos, e de não reduzir o empoderamento a uma simples questão de "inclusão" ou "participação" nos sistemas existentes.

De acordo com Gomes (2019), o protagonismo se manifesta apenas quando alguém decide agir. Os protagonistas lideram ações, enfrentam desafios que ameaçam o bem coletivo e se envolvem em batalhas para promover um mundo que beneficie a todos. Ser protagonista, em sua perspectiva, significa ser um agente social ativo, que participa e responde às interações com outros indivíduos, mesmo que estes não estejam diretamente envolvidos na cena da ação. Em suas palavras, “o protagonista é aquele que age, que reage, que se ergue, que se coloca em relação aos interesses do coletivo” (Gomes, 2019, p. 13).

Isso posto, ao assumir o empoderamento entre os seus propósitos (Gomes, 2019; 2020), a mediação da informação deve tornar-se consciente de que a “distinção entre interferência e manipulação é muito tênue” (Almeida Júnior, 2015, p. 21). Logo, ela deve ser pautada pela ética do/a agente mediador/a em todo o processo, seja com os sujeitos, e também na ausência destes, quando desempenhada de modo indireto.

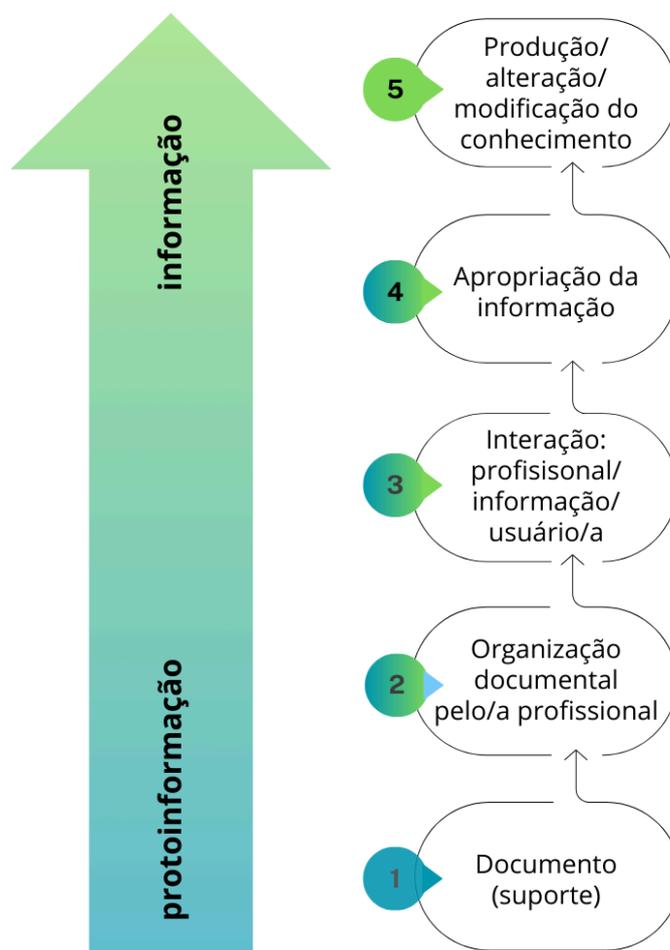
Com isso, a subseção a seguir aprofunda as discussões sobre a mediação da informação, com foco na mediação implícita.

4.1 Mediação implícita da informação e a não neutralidade no desenvolvimento do protagonismo em equipamentos informacionais

Seguindo o percurso teórico sobre mediação da informação, com foco na mediação implícita, há que se enfatizar que mediar a informação é um processo desenvolvido em diferentes momentos da atuação do profissional da informação (Almeida Júnior, 2015), seja em contato com os sujeitos ou nas demais nuances que envolvem a gestão de um dispositivo informacional. Ferreira e Almeida Júnior (2013) pontuam que a mediação implícita se estabelece, entre outros aspectos, nos processos, produtos e instrumentos da organização e tratamento documental, apresentando-se como uma ferramenta que prepara a "protoinformação"⁷, visando a sua transformação em uma informação no âmbito da relação do/a arquivista com os sujeitos – de onde é possível constatar a progressão ilustrada na figura 7, a seguir:

⁷ O enfoque nos/as usuários/as dos equipamentos informacionais (arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação), dimensiona a mediação da informação, de forma a contemplar todo o escopo do processo informacional - desde o suporte onde a informação está registrada até a sua relação com os sujeitos, passando pelos procedimentos técnicos dos profissionais da informação. Nesse processo, a informação ainda não está "completa", está em fase "embrionária" – por isso, caracterizada como "protoinformação", já que antecede a sua relação e apropriação pelos sujeitos (Almeida Júnior, 2007, p. 34).

Figura 7 - Processo de transformação da protoinformação em informação



Fonte: Elaboração própria, com base em Ferreira e Almeida Júnior (2013).

Os/as autores/as exemplificam algumas formas de mediação implícita na organização documental arquivística, por meio das atividades de identificação, classificação, ordenação e descrição documental. Explicam, ainda, que, como nessas atividades é realizada uma mediação que envolve o documento, a informação nele registrada e o processamento técnico, o foco nos sujeitos ainda não é diretamente ambicionado nesta etapa:

[...] Dado que a informação não existe a priori e se constrói, em um processo, desde sua produção até sua apropriação (consciente ou inconsciente), os equipamentos informacionais e os profissionais da informação trabalham com uma informação latente, uma “quase-informação”, uma “talvez informação” [...] (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Assim, trabalhar com a protoinformação – adjetivada como “informação-ainda-não-latente” (p. 163) – é o que caracteriza a mediação implícita.

Ao compreender ações de interferência, a mediação da informação consciente apresenta um potencial transformador na vida dos sujeitos, à medida em que a informação se converte em conhecimentos que podem ser utilizados para mudanças em vários níveis e esferas de suas vidas. Em vista disso, embora Gomes (2020) enfatize que a mediação da informação seja um conceito interacionista, Almeida Júnior e Santos Neto (2014) já chamavam a atenção que essa interação vai além do momento que ocorre um contato diretamente com o sujeito. Os autores apontam que “[...] para que haja o acesso, é necessário que as informações e os documentos sejam organizados e tratados da melhor maneira” (Almeida Júnior; Santos Neto, 2014, p. 99).

Ademais, em outra pesquisa (2017), os mesmos autores declaram que o escopo da mediação se articula a uma ação de interferência marcada pela intencionalidade da ação, mesmo que ela não seja consciente. Isto é, a ação mediadora inclui aspectos ideológicos, o que refuta a concepção de neutralidade. A mediação implícita é, seguramente, uma forma de interferência tanto quanto a mediação explícita, embora a primeira não seja tão reconhecida, por não estar diretamente relacionada à interação entre o profissional da informação e os demais sujeitos informacionais. Com isso, tem-se que a organização das informações e sua composição em instrumentos de pesquisa arquivísticos, por exemplo, consiste em um exemplo de mediação implícita, uma vez que não há presença direta dos/as usuários/as.

Já para Santos Neto e Almeida Júnior (2017), há um desafio que atravessa questões complexas acerca do/a profissional da informação: é quando ele/a não reconhece o seu papel de interferência em realizar a mediação implícita. Os/as profissionais “[...] não têm claro que interferem o tempo inteiro em seus processos e práticas informacionais” (Santos Neto; Almeida Júnior, 2017, p. 261). Essa falta de compreensão crítica reverbera na própria mediação implícita, que não pode ser compreendida como algo desvinculado do fim almejado, isto é, a apropriação das informações pelos sujeitos. Esta apropriação, por sua vez,

[...] ocorre no momento em que o usuário atribui significado(s) à informação, sendo, portanto, um ato pessoal e singular do

indivíduo, que ocorre num contexto que é social. Vale destacar que a apropriação da informação se renova à medida que o conhecimento do indivíduo se amplia e suas leituras de mundo se diversificam (Santos Neto; Bortolin, 2019, p. 3).

Almeida Júnior (2015, p. 14) reitera que “[...] a armazenagem, a organização, o emprego de técnicas documentárias, ou seja, ações voltadas para possibilitar a recuperação da informação, também não são isentas, imparciais”. Logo, é imprescindível que o profissional da informação empreenda uma visão crítica ao realizar a mediação, com ou sem a presença dos demais sujeitos informacionais.

A mediação implícita da informação também tem um potencial para mobilização social, combate a estigmas e preconceitos no âmbito informacional e tecnológico. Vislumbra-se tal afirmação em práticas investigadas por Fideles e Gomes (2022) a partir do estudo sobre folksonomia, envolvendo a *hashtag* Vidas Negras Importam (#VidasNegrasImportam). Segundo as autoras:

[...] a folksonomia pode **auxiliar** na construção de diferentes instrumentos utilizados na **mediação implícita da informação, da indexação aos tesouros, das taxonomias às ontologias**. Por conseguinte, poderá influir nos modelos de serviço de referência, mediação explícita da informação. O caso específico da *hashtag* #VidasNegrasImportam ainda contribui para a denominada reparação taxonômica, na medida em que considera a voz de quem historicamente é silenciado na nossa sociedade até mesmo nas normas e diretrizes da Biblioteconomia e Ciência da Informação (Fideles; Gomes, 2022, p. 9, grifo próprio).

Tal visão mostra como a mediação tem um papel crítico e que pode atravessar realidades, desde que se permita reconhecer as diferenças que envolvem as construções sociais e identitárias. Isso mostra, ainda, que a mediação implícita também está ocorrendo em ambientes digitais, como as mídias sociais, o que evidencia uma possibilidade para ações de mediação implícita envolvendo aspectos contemporâneos, como representação e folksonomia.

O quadro 2, a seguir, permite visualizar algumas formas de como a mediação implícita se desenvolve na CI. As principais categorias se relacionam à gestão e representação da informação, conforme identificado por Gomes, Reis e Jesus (2022).

Quadro 2 - Atividades de mediação implícita da informação

CATEGORIA	ATIVIDADES
ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	Representação temática e descritiva da informação para organização e indexação dos conteúdos (classificação, catalogação e indexação).
	Criação de instrumentos/dispositivos para divulgação e disponibilização dos itens informacionais e seus conteúdos.
	Produção de catálogos, bases de dados, repositórios.
	Outros produtos informacionais, capazes de oportunizar a identificação, a localização e a recuperação da informação.
AÇÕES DE GESTÃO	Avaliação dos contextos e demandas, planejamento, implantação, avaliação (envolvendo a autoavaliação) da mediação da informação realizada.
	Observação e análise dos cenários para identificação e reflexão acerca dos riscos e possibilidades de sua superação.
	Planejamento e realização de formações junto aos/às mediadores/as da informação.
	Realização e adoção de estudos de usuários/as e de suas necessidades.
PREPARAÇÃO FÍSICA DO ACERVO E DO AMBIENTE	Promoção da qualidade da ambiência do encontro com a informação.

Fonte: Elaboração própria, com base em Gomes, Reis e Jesus (2022).

No tocante à representação da informação temática, primeira atividade descrita no quadro 2, acima, Redigolo e Silva (2017, p. 64) salientam que as preocupações do/a profissional com processos dessa natureza “demonstram a mediação implícita ao processamento documentário, pois está imbuída à necessidade de disseminação e recuperação da informação”.

Em complemento, preparar um ambiente acolhedor é uma tarefa fundamental para a prática da mediação explícita e implícita da informação. Isso significa que o dispositivo informacional precisa estar bem organizado e ser convidativo para os sujeitos se sentirem à vontade para dialogar com o/a profissional, além de permitir conhecer as informações ali salvaguardadas. Prado (2023, p. 16) assevera que a receptividade no ambiente informacional “é sempre mediada pela experiência

sensorial com a participação, consciente ou não, direta ou não, de agentes externos ao indivíduo, mas em contato efetivo para gerar apropriações de sentido”. Com base nisso, sugere-se que a ambiência tem um papel importante para a apropriação, caracterizando um esforço que antecede a presença dos sujeitos.

Considerando essa discussão preliminar sobre a mediação implícita da informação, busca-se, agora, compreender suas nuances no âmbito da Arquivologia, identificando como as instituições arquivísticas e os/as arquivistas desenvolvem ações de mediação implícita.

4.2 Mediação da informação através das funções arquivísticas: problematizando a atuação do/a arquivista para a autonomia do Sul global

Considerando-se a perspectiva teórica e empírica da literatura científica sobre arquivos, a atuação profissional no âmbito das instituições arquivísticas gira, historicamente, em torno das **funções arquivísticas**, que, segundo os seus principais propagadores, Rousseau e Couture (1998), são sete: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão. Essas funções abrangem “desde o processo de criação dos documentos até seu acesso e difusão” (Lehmkuhl; Silva, 2023, p. 2), num contexto em que o arquivo é tido como a “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (Arquivo Nacional, 2005, p. 19). Assim, as funções arquivísticas, que compõem a teoria da gestão de documentos, são utilizadas para embasar as ações realizadas pelos/as arquivistas nesses equipamentos informacionais.

A base mediacional que diz respeito aos arquivos está intrinsecamente ligada às funções arquivísticas. Tais funções têm a finalidade de guiar o/a arquivista em sua prática profissional, no âmbito gerencial e organizacional, para fazer dos arquivos dispositivos culturais ativos, organizados e preparados para receber o público. Para melhor compreensão e visualização dessas funções, apresenta-se, a seguir, a sua ilustração (figura 8).

Figura 8 - Funções arquivísticas



Fonte: Elaboração própria, com base em Rousseau e Couture (1998).

As funções arquivísticas integram formas de mediar implicitamente a informação, em processos complexos envolvidos na prática arquivística. Santos Neto e Bertolin (2016, p. 15, grifo próprio) salientam que “A mediação, seja consciente ou não, está no âmago do fazer do profissional da informação/arquivista e, portanto, precisa ser discutida”. Essa mediação, por vezes pode ser inconsciente, por não haver contato direto com o/a usuário/a. Contudo, tem um valor fundamental, até mesmo para que a mediação explícita seja bem-sucedida.

Nessa conjuntura, a mediação implícita no âmbito dos arquivos pode receber algumas denominações diferentes, como mediação arquivística (Duff, 2016) e mediação documentária, conforme comentam Oliveira e Rocha (2020). Segundo as autoras, “no caso das instituições arquivísticas, a própria gestão e a organização dos documentos de arquivo já são atividades de mediação documentária” (Oliveira; Rocha, 2020, p. 6). Nesse tipo de mediação, privilegia-se a organização dos documentos com foco na sua futura recuperação pelos sujeitos. Desse modo, nessa etapa não há presença do/a usuário/a, por englobar um conjunto de atividades de

caráter gerencial desempenhadas pelo/a arquivista – que não são neutras ou isentas de interferências –, tal qual é o processamento técnico para o/a bibliotecário/a – exemplificado anteriormente através de Santos Neto e Almeida Júnior (2017).

Nesse sentido, nessa nova roupagem, as funções arquivísticas, que integram a teoria geral da gestão de documentos e que, por muito tempo, admitiram uma atuação predominantemente técnica aos arquivos, passam a se apresentar – umas em maior evidência do que outras – como possibilidades reais da prática de mediação da informação, conforme correlações a seguir.

De acordo com o que é apresentado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 41), a função **Classificação** envolve a “organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou código de arranjo”. Para Albuquerque (2017), essa prática consiste numa elaboração intelectual que visa articular e identificar os documentos, investigando o modo como foram gerados e refletindo a estrutura, funções e atividades da entidade produtora. Trata-se, portanto, de uma etapa fundamental para organizar os arquivos com vistas à sua recuperação.

O Arquivo Nacional (2005, p. 32) considera que a **avaliação** se configura no “Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos”. Pereira e Silva (2019) elencam três problemas que podem ocorrer com a falta de uma avaliação adequada: grande massa documental acumulada; excessivo gasto com atividades de preservação e conservação; e consequentes dificuldades de recuperação. Os autores ressaltam, portanto, a importância da intervenção do/a arquivista nesse processo.

Já a função de **preservação e conservação** de documentos tem a ver com a sua salvaguarda e com técnicas que visam à prevenção de sua deterioração (Arquivo Nacional, 2005), oportunizando que eles se mantenham acessíveis e íntegros no decorrer dos anos. Pereira e Silva (2019, p. 14) afirmam que um importante objetivo da preservação é “[...] evitar que a memória se apague, seja esquecida. Quando os recursos são limitados, a escolha fica mais difícil, pois se escolherá o que será preservado e o que não será”. Uma vez que envolve a necessidade de controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (Arquivo Nacional, 2005), essa perspectiva indica que não se trata apenas de uma técnica, mas que essa função também está ligada a escolhas, decisões e posicionamentos

do/a profissional, atravessando questões éticas e políticas ligadas também às dimensões da mediação da informação propostas por Gomes (2014; 2019; 2020).

Por sua vez, a **difusão** consiste em um conjunto de ações voltadas à aproximação do público dos arquivos, convidando-o a conhecer o ambiente (físico ou virtual) e a se apropriar das informações. São ações alinhadas com o objetivo institucional, bem como pelo interesse e necessidade dos sujeitos (Pereira; Silva, 2019). Sob a ótica de Rockembach (2015, p 113), a difusão em arquivos consiste na

[...] busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional/ educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia.

Mediante essa compreensão, a difusão arquivística envolve um planejamento cuidadoso, que centraliza o sujeito e a sua apropriação nas ações, o que a configura como uma ação de mediação implícita e, também, com forte potencial de mediação explícita, à medida em que tais ações se concretizam.

Finalmente, com relação à **descrição**, o Arquivo Nacional (2005, p. 59, grifo próprio) a conceitua como um “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para a **elaboração de instrumentos de pesquisa.**” Destaca-se a importância de considerar os sujeitos nos processos de descrição, uma vez que

[...] É importante, ao descrever, conhecer o conteúdo e o público (usuário), pois a forma como ele busca e pesquisa pode ser um norteador. Embora o arquivista possa ter o usuário que utiliza o acervo como base, ele deve permitir que a busca seja ampla e visar também potenciais usuários que não tenham o hábito de pesquisar no acervo da instituição. A busca não serve apenas ao usuário externo à instituição, mas seu benefício atinge o usuário interno da própria instituição (Pereira; Silva, 2019, p. 9).

Logo, é preciso fortalecer a compreensão dos arquivos numa perspectiva pós-custodial, onde a apropriação das informações é levada em consideração. Para

tanto, é basilar que as instituições arquivísticas sejam gerenciadas por profissionais formados/as em Arquivologia, cuja compreensão da influência exercida pela representação do acervo e da própria instituição – por meio dos instrumentos de pesquisa –, subsidie ações de mediação consciente. Acerca dessa mediação,

O uso de normas de descrição arquivística como a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G) pode ser caracterizado como processo de mediação documentária em sua forma implícita (sem a presença do usuário, pautada em critérios do profissional arquivista). Outra face desta mediação é a produção de catálogos e guias dos fundos, acervos e coleções, que também se caracteriza como operação de tradução que facilita o acesso dos usuários e públicos às instituições, tarefa que habitualmente também se realiza de maneira implícita (Ferreira; Rocha, 2020, p. 6).

As normas para a descrição de documentos arquivísticos têm o objetivo de assegurar que as descrições sejam coerentes, adequadas e autoexplicativas. Figurando como uma opção além dos instrumentos de pesquisa tradicionais, a uniformização na descrição pode ajudar a economizar recursos e a otimizar a recuperação de informações. Enquanto essas normas impactam o tratamento técnico realizado pelas instituições responsáveis pelos acervos, elas também oportunizam aos/às pesquisadores/as o uso mais eficiente de ferramentas de pesquisa que estruturam a informação de maneira similar (Conselho [...], 2006).

A esse respeito, faz-se necessário contextualizar o Brasil no processo hegemônico de normalização da descrição arquivística empreendido em nível internacional a partir da década de 1980. De acordo com o que consta na apresentação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) (ver Anexo 2)⁸, a necessidade de tal normalização era uma aspiração antiga, que se intensificou com a inserção dos computadores nos arquivos. A proposta de criação de normas internacionais de descrição foi feita, então, pelo Canadá, em 1988, ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA) (Conselho [...], 2006). No ano seguinte, representantes do CIA de alguns países se encontraram em Paris e criaram uma comissão *ad hoc*, cuja primeira reunião

[...] ocorreu em 1990, na Alemanha, congregando especialistas do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia,

⁸ Para facilitar a compreensão de como a NOBRADE é aplicada, optou-se por disponibilizar, em formato de anexo, um de seus apêndices: um exemplo integral do uso da norma, a partir do acervo do Arquivo João Goulart, do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil.

Portugal e Suécia. A partir da divulgação e discussão de uma declaração de princípios quanto à descrição arquivística no Congresso Internacional de Arquivos de Montreal, o grupo passou a contar com um representante da Austrália, num esforço de conciliar e atender a tradições técnicas diversas (Conselho [...], 2006, p. 7).

Formada por cinco países da Europa, dois da América do Norte e um da Ásia, a comissão que elaborou a ISAD(G) – e que inspirou a NOBRADE – não incluiu nenhum país da América do Sul. No entanto, em 1996, durante o Congresso Internacional de Arquivos promovido em Pequim, tal comissão transformou-se no Comitê de Normas de Descrição (CND), passando a integrar o CIA permanentemente. Somente a partir dessa ocasião, o Brasil foi convidado a integrar o CND, cuja principal tarefa era “[...] realizar a revisão e a segunda edição da ISAD(G).” (Conselho [...], 2006, p. 8) – em outros termos: reforçar os moldes que aqueles países do hemisfério norte, com base em seus próprios contextos sócio-culturais, econômicos e políticos, já haviam estabelecido para compor a norma.

Uma vez que a ISAD(G) nunca havia sido impressa no Brasil e cuja única tradução existente em português havia sido publicada em Portugal, “[...] A necessidade de participar do processo de revisão impunha, então, como primeira providência, traduzir a norma e divulgá-la o mais amplamente possível. [...]” (Conselho [...], 2006, p. 8). Dessa forma, logo o país se esforçou para replicar em seu território os padrões da lógica dominante: “[...] O Arquivo Nacional assumiu essa tarefa e no início de 1998 publicou a primeira edição brasileira das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF)⁹, gratuitamente distribuídas no país [...]” (p. 8). Considera-se esse episódio um exemplo claro de que, mesmo após a independência dos países da América do Sul, continua sendo condicionada, no âmbito dos arquivos, a lógica estabelecida pela colonização, que vai de encontro à perspectiva de um conhecimento situado. Acerca disso,

[...] Os humanistas querem nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla, quando de fato não é. Em vez de compreender o globo de forma diversal, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, como dizem, quando eles falam em “globalizar”, estão dizendo “unificar”. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas. A globalização para os humanos não existe, o que existe para eles é a história do

⁹ ISAAR(CPF) é a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – utilizada juntamente com a ISAD(G) para subsidiar a elaboração da NOBRADE.

eurocentrismo – da centralidade, da unicidade. O que chamam de globalização é universalidade. Não no sentido que nós entendemos por universalidade, mas no sentido da unicidade (Santos, 2023, p. 31).

Por outro lado, justamente por ter sido projetada para ter um alcance internacional e ser aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos – além de ser compatível com sistemas de descrição tanto manuais quanto automatizados –, a ISAD(G) possui um elevado grau de generalidade. Diante desse fator, a necessidade de cada país considerar suas circunstâncias particulares para elaborar normas próprias foi enfatizada pelo próprio CND (Conselho [...], 2006) – que já não contava apenas com países do mundo ocidental. Assim, a NOBRADE, anunciada como uma adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, tem por objetivo “[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. [...]” (Conselho [...], 2006, p. 10).

É pertinente considerar o relativo caráter participativo do Brasil nesse processo, na medida em que tais normas também foram discutidas em nível nacional, o que teria ajudado a constituir, no processo de sua revisão, uma “[...] visão crítica mais afastada dos grandes centros de discussão arquivística [...]” (p. 8). Entende-se, porém, que esse fator não dispensa a necessidade da crítica ao fato de que a NOBRADE, um instrumento que viria a ser aplicado em arquivos e instituições de todo o Brasil, foi originada da “adaptação” de um modelo cuja idealização excluiu as possibilidades de contribuições que fossem oriundas do Sul global – embora, em 2006, a versão preliminar da norma tenha sido submetida a consulta pública (Conselho [...], 2006).

Por sua vez, a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) foi elaborada em 2008 pelo Comitê de Boas Práticas e Normas do CIA, em Londres, Reino Unido e, diferentemente do que se fez a partir da ISAD(G), o Brasil não passou a contar com uma norma própria para orientar a descrição das instituições que custodiam materiais arquivísticos e dos serviços que oferecem aos/às usuários/as¹⁰. Desse modo, a ISDIAH tem como principal objetivo:

¹⁰ Para facilitar a compreensão de como a ISDIAH é aplicada, optou-se por disponibilizar, em formato de anexo, um exemplo integral do uso da norma, com a descrição da Academia Brasileira de Letras (anexo 3 - originalmente apresentado nos apêndices da norma).

[...] facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja guardar arquivos e torná-los disponíveis para o público em geral. Entretanto, outras entidades, tais como instituições culturais (bibliotecas, museus), empresas, famílias ou indivíduos, podem custodiar arquivos. Esta norma, ou um subconjunto de seus elementos, pode ser aplicada a todas as entidades que deem acesso aos documentos sob sua custódia (Conselho [...], 2009).

No entanto, para Cook (2007), a aplicação de normas de descrição arquivística, embora fundamental para a organização e o acesso à informação, pode criar um distanciamento entre a forma como os dados são categorizados e a maneira como os sujeitos os compreendem. As categorias pré-definidas, muitas vezes moldadas pela visão do descritor, tendem a importar uma uniformidade que nem sempre reflete a riqueza e a diversidade dos próprios arquivos. Essa imposição de um padrão pode, em alguns casos, apenas limitar a capacidade do/a descritor/a de expressar plenamente seus objetivos, que podem variar significativamente de acordo com o tipo de serviço e de arquivo em questão.

Haja visto o que foi discutido até aqui, considera-se estabelecida a relação existente entre a representação (descrição arquivística) e a mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas, uma vez que os processos que envolvem a primeira consistem, em última análise, em ações que favorecem a segunda. Para Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 292),

[...] É no respeito ao diferente e na conduta ética que se vincula a uma visão humanizadora do mundo que devem estar pautadas todas as atividades de mediação da informação, desde a gestão do ambiente informacional, passando pelas atividades de descrição, representação e organização dos itens informacionais, até todas as atividades de interação direta com o público.

Perante essa realidade, há que se pensar em como constituir e impulsionar instrumentos de pesquisa que favoreçam a atuação dos arquivos como agentes de promoção da Justiça Social, especialmente para a autonomia do Sul global.

4.3 Representação da informação na Ciência da Informação e na Arquivologia: a mediação exercida através dos instrumentos de pesquisa

Os profissionais das áreas técnicas da documentação correm sempre um sério risco: rodeados de normas, passam a acreditar que seu trabalho, se exercido corretamente respeitando todos os padrões, estará

“acima de qualquer suspeita”, além do bem e do mal. Infelizmente para os que pensam assim, deixar de refletir sobre as implicações políticas de seu trabalho pode significar a adesão ao obscurantismo, a produção da informação numa perspectiva de uso elitista, a restrição do acesso ao conhecimento, a manutenção da exclusão social e de outras formas de injustiça que a sociedade contemporânea acabou desenvolvendo com requintes (Camargo, 2003, p. 36).

Um dos principais pontos de conexão entre a CI e a Arquivologia é aquele reconhecido como Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC)¹¹. Linden e Vital (2022) afirmam que, no âmbito dos arquivos, a classificação e a descrição de documentos estão entre as funções arquivísticas que mais fortemente desenvolvem processos de ORIC. Em suma, as funções arquivísticas de classificação e descrição contribuem com o desenvolvimento de metodologias que possibilitam a representação, a organização e a recuperação da informação nos arquivos. Dessa forma, aproximam a Arquivologia e a CI à medida em que a primeira se apropria das metodologias de tratamento e recuperação propostas pela segunda, ao mesmo tempo em que lhe oferece um espaço privilegiado de atuação (Barros, 2016).

De acordo com Orrico e Silva (2019), as instituições arquivísticas carregam a responsabilidade de garantir acesso aos documentos por meio de instrumentos de pesquisa, que representam o conteúdo desses registros. Para os/as autores/as, a efetivação do acesso à informação nos arquivos, como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de seus conteúdos, é concretizada através desses instrumentos – como os guias, os inventários e os catálogos –, que são elaborados a partir de subsídios metodológicos fornecidos pela já mencionada descrição arquivística – função do arquivo que compreende o processo em que o/a arquivista cria representações do acervo, apresentando seu contexto e conteúdo (Oliveira, 2010).

Nesse cenário, Vianna, Medeiros e Linden (2019, p. 52) relatam que

¹¹ Para os fins desta pesquisa, não se estenderá à discussão teórica que aborda as divergências e ambiguidades terminológicas que envolvem os conceitos de: Organização da Informação (OI); Organização do Conhecimento (OC); Representação da Informação (RI); e Representação do Conhecimento (RC). Aqui, todos os processos que envolvem esses conceitos são compreendidos como intrinsecamente relacionados. Adota-se, portanto, o termo Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC), para referir-se à grande área que abrange tais processos – como fazem Vianna, Medeiros e Linden (2019).

[...] em vários pontos os assuntos relacionados à OI, OC, ORIC e de Arquivística se tocam de alguma forma, o que desperta o interesse em identificar os trabalhos que abordam aspectos em comum na produção da comunidade brasileira de OC, considerando-se tanto a Arquivística como a OC, temas contemplados no âmbito da Ciência da Informação.

O relacionamento entre Arquivologia e ORIC é necessário porque, conforme compreendem Orrico e Silva (2019), é a partir do processo de representação elaborado pelos/as arquivistas que se chega ao conteúdo dos documentos. Para os autores, os instrumentos resultantes desses processos podem tanto colocar em evidência, quanto “fazer desaparecer” documentos diante dos sujeitos. A atividade de representação seria, então, uma mediação implícita exercida por esses profissionais, uma vez que

[...] o valor da informação arquivística não reside em si mesmo, ele se potencializa com a circulação e uso dessa informação mediante instrumentos que favoreçam sua significação para o cidadão gerar conhecimento; os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são, isso para que mais pessoas possam se beneficiar de seus acervos para aumentar o conhecimento, criando uma sociedade gradativamente mais instruída, mais plural e mais democrática. (Orrico; Silva, 2019, p. 257)

Com isso, é importante destacar o papel decisivo do/a arquivista em todo o decurso das ações assumidas nos arquivos, para levar os sujeitos à efetiva apropriação das informações. Para Tognoli, esse profissional é um agente ativo na construção da memória e na atribuição de sentidos, “uma vez que o significado do documento deve ser agora, constantemente renovado à medida que cada usuário o utiliza com objetivos diferentes” (Tognoli, 2012, p. 84). A autora alerta, ainda, que o maior desafio enfrentado pela Arquivologia atualmente, no que diz respeito à representação do conhecimento, é fazer o/a arquivista “compreender o sistema complexo de relações entre o documento e seu contexto (ou seja, todas as intenções existentes por trás da criação do documento e da informação que ele leva) [...]” (Tognoli, 2012, p. 90). Para tanto, a postura interdisciplinar verificada tanto na Arquivologia como na CI, que permite a sua cooperação mútua, atribui grande vantagem ao tratamento da informação com vistas à sua recuperação e apropriação, justificando, novamente, esse relacionamento.

De modo complementar à descrição, a classificação arquivística é uma função do arquivo que objetiva, de modo geral, “[...] organizar os documentos em classes (grupos), partindo das funções e atividades, explicitando as relações entre os

documentos” (Linden; Vital, 2022, s.p.). Juntas, a classificação e a descrição de documentos compõem processos intelectuais e técnicos, que têm como objetivo “classificar, ordenar, descrever e fornecer acesso” aos documentos (Vianna; Medeiros; Linden, 2019, p. 48).

Na mesma linha de raciocínio, Tognoli (2012) afirma que desde sua emergência enquanto disciplina, no século XIX, a Arquivologia tem a classificação e a descrição dos documentos como processos nucleares de sua teoria e prática, que dividem um objetivo em comum: representar o conhecimento arquivístico. Levando-se em conta, então, as transformações tecnológicas que passaram a caracterizar o Brasil atual, torna-se possível “constatar avanços na percepção sobre o uso social dos arquivos no país, tendo em vista a crescente demanda social pela transparência do Estado, o direito à informação e o direito à memória” (Orrico; Silva, 2019, p. 257).

Numa pesquisa que visou contribuir para uma sistematização teórico-metodológica da representação da informação no universo da Arquivologia, Barros e Martins (2015) esclarecem que nos arquivos, os processos de classificação e descrição são realizados no contexto das informações orgânicas, tidas como aquelas que estabelecem direitos, comprovam e testemunham ações jurídicas e administrativas. Isto é, trata-se de um tipo de informação que é essencialmente regulada e controlada por instâncias sociais e institucionais, sendo inerente ao ambiente arquivístico – mas não só a ele.

Os autores entendem que tanto a CI quanto a Arquivologia se apoiam nos recursos de síntese e resumo da informação para representá-la. Dessa forma, as duas áreas compartilham interesses ao “transformar” bibliotecas e extensos arquivos em sucintas narrações de seus respectivos acervos, denotando uma profunda relação interdisciplinar. Nesse contexto, a compreensão da descrição e da classificação enquanto atividades conjuntas conceberia a noção de Representação Arquivística como mais adequada para compreender processos e elaborações que envolvem essas duas funções dos arquivos. Nessa conjuntura,

[...] torna-se fundamental investigar sobre os instrumentos de pesquisa utilizados pelos usuários nos arquivos, não somente concernente a atividades do trabalho historiográfico, mas principalmente como recurso importante para o cidadão na construção de sua identidade e cidadania [...] (Orrico; Silva, 2019, p. 258).

Constituindo o meio que permite identificar, localizar e consultar os documentos e as informações neles contidas (Arquivo Nacional, 2005), os instrumentos de pesquisa compreendem a função de orientar a consulta, determinando quais são e onde estão os documentos (Lopez, 2002), promovendo, assim, o conhecimento do acervo. Para Bellotto (2004, p. 180), esses instrumentos são “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitude, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”.

Do mais geral para o mais específico, os instrumentos de pesquisa arquivísticos são quatro: guia, inventário, catálogo e índice. O quadro 3, a seguir, relaciona cada tipo de acordo com os níveis da descrição arquivística.

Quadro 3 – Tipos de instrumento de pesquisa de acordo com os níveis de descrição arquivística

NÍVEL DE DESCRIÇÃO	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTO
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
Fundo arquivístico/ Grupo documental/ Coleção documental	Séries	Inventário
Série documental	Unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais selecionadas, pertencentes a uma ou mais origens	Assunto/ Recorte temático	Catálogo seletivo/ Índice

Fonte: Adaptado de Lopez (2002).

Como se pode observar, enquanto o inventário, o catálogo e o índice são destinados à orientação dos sujeitos informacionais com base na descrição de uma parte do acervo, a generalidade contemplada pelo guia permite o conhecimento dos fundos que integram o arquivo, informando sobre a sua totalidade (Paes, 1997). O guia é, portanto, uma

[...] obra destinada à orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente. É o instrumento de pesquisa mais genérico, pois se propõe a informar sobre a totalidade dos fundos existentes no arquivo (Paes, 1997, p. 127).

Após investigar questões que pudessem influenciar a terminologia referente aos instrumentos de pesquisa elaborados a partir da atividade de descrição de documentos arquivísticos em diversos países, Lopes concluiu que, no idioma português, o guia para usuários/as de arquivos deve ser conceituado da seguinte forma:

[...] um instrumento de pesquisa que oferece, com informações básicas, uma visão geral do conjunto de fundos e coleções de um ou mais arquivos, composto pelo histórico e/ou biografia dos produtores da documentação, natureza do acervo, estrutura da entidade produtora, a quantidade de núcleos documentais e a quantidade de cada núcleo, datas limite e uma relação de outros instrumentos de pesquisa; além de informações de acesso ao arquivo e recursos e condições de acesso à documentação. Se o guia remete a fundos, grupos ou séries de um ou mais arquivos, sobre um determinado tema, este instrumento denomina-se guia de fontes. Há também o guia especializado, instrumento que descreve fundos ou núcleos documentais de um ou mais arquivos, ou outras entidades custodiadoras, agrupados por fatores temáticos ou cronológicos. As informações das unidades de descrição do guia baseiam-se nas informações básicas para os demais instrumentos de pesquisa (Lopes, 2009, p. 89, 90).

Quanto ao formato do guia, Linden e Vital (2015) sugerem que a sua apresentação final pode se dar de diferentes formas. Enquanto algumas instituições desenvolvem versões mais elaboradas, incluindo o uso de imagens e diferentes formatos de impressão, outras optam por um modelo mais técnico, simplificado, contendo apenas informações básicas, o que consideram igualmente importante. Para as autoras, a decisão sobre o estilo de elaboração depende da política de divulgação de cada instituição e de seus recursos disponíveis, sendo necessário atentar para o risco de que um projeto excessivamente complexo e difícil de alcançar postergue a disponibilização da ferramenta.

Ao analisar as estratégias de promoção do acesso aos acervos arquivísticos no contexto brasileiro, Orrico e Silva (2019) sinalizam a insuficiência dos instrumentos de pesquisa arquivísticos para alcançar um público amplo que normalmente não visitaria os arquivos. Nesse sentido,

[...] a descrição como operação intelectual de representar o que se descreve dentro das categorias de informação previstas pelas normas, significa uma ação do profissional em função de demandas de usuários que são antevistas, norteando a análise que vai dar ou

não visibilidade a determinados conteúdos nos acervos. O que ampliaria a concepção de descrição envolvendo o acesso seria o nível de consciência do agente em relação à mediação que exerce, escapando ao domínio de padronização estabelecido pelas normas (Orrico; Silva, 2019, p. 268).

A complexidade dos fatores que envolvem a implementação dos instrumentos de pesquisa remete à importância de se levar em consideração os aspectos éticos nos processos de ORIC, traduzindo a dimensão social envolvida. Para Pinho (2013), a questão ética se constitui à medida em que se percebe a noção de limite de poder, isto é, o controle exercido pelo/a profissional ao desenvolver os produtos da representação, tidos como dispositivos institucionalizados de memória.

Considerando-se, então, que o Brasil não possui uma norma própria para a descrição de instituições arquivísticas, adotando apenas a ISDIAH como modelo internacional – resultado de um processo hegemônico já contextualizado nesta pesquisa –, vislumbra-se o potencial contido no guia, por ser, teoricamente, o primeiro instrumento de pesquisa e divulgação disponibilizado aos sujeitos ao iniciarem o contato com o arquivo. A compreensão desse panorama pode ser útil para consolidar essa ferramenta junto aos demais instrumentos de pesquisa, aos quais Rousseau e Couture (1998, p. 137) se referem como “ponta de lança da arquivística”. É nesse cenário que se insere, nesta pesquisa, a perspectiva do guia para usuários/as do arquivo em, sendo um instrumento resultante da função de descrição arquivística – e, portanto, da representação do arquivo –, atuar em favor de uma mediação da informação que contribua para o exercício da justiça social.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Quando nós falamos tagarelado
E escrevemos mal ortografado,
Quando nós cantamos desafinado
E dançamos descompassados,
Quando nós pintamos borrando
E desenhamos enviesado,
Não é porque estamos errando
É porque não fomos colonizados.*

(Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), 2020).

Uma vez explorados os aspectos da mediação e da representação da informação em torno do objetivo da pesquisa, bem como apresentadas as especificidades das Epistemologias do Sul e o entendimento do arquivo como um dispositivo cultural, procede-se aos resultados da investigação. Isto é, a partir da análise empregada, passa-se a desenvolver, em nome da justiça social no Sul global, uma discussão que oportunize a proposição de estratégias de mediação implícita da informação – conscientes e transformadoras –, por meio do guia para usuários/as de arquivos.

5.1 Relações entre representação e mediação da informação à luz da justiça social

As transformações que atravessam uma ciência social se relacionam diretamente às mudanças ocorridas na sociedade. Pode-se citar, dentre diversos fatores no caso da Arquivologia, algumas consequências mencionadas por Soares, Pinto e Silva (2016), quando da mudança do paradigma custodial para o pós-custodial: arquivos com documentos apenas em formato analógico passaram a lidar com objetos analógicos e digitais; e a preocupação restrita à salvaguarda dos documentos foi convertida na ideia de preservar com vistas à promoção do acesso. Com isso, as instituições arquivísticas e a própria Arquivologia demonstram ter passado por mudanças para se adequar à sociedade contemporânea, sendo agora marcadas por uma ressignificação e uma dialogicidade para aproximar os sujeitos dos arquivos e, conseqüentemente, fortalecer a identidade e a cidadania (Santos; Sousa; Gomes, 2022).

Já a concepção de justiça social, começou a ser elaborada no século XIX, baseada em princípios éticos e políticos, com ênfase na igualdade e solidariedade, partindo da justiça legal, que visa o bem comum. Nesse contexto, Tognoli e Rocha (2021) destacam que o termo "justiça social" foi empregado pela primeira vez em 1840 pelo jesuíta italiano Louis Taparelli d’Azeglio, para refletir a ideia de justiça entre indivíduos. Com essas definições, é possível notar que, naquela época, a perspectiva estava ligada à busca de um equilíbrio social, de forma que todos na sociedade pudessem desfrutar dos mesmos direitos. Dessa maneira, a justiça social surgiu como um instrumento que, teoricamente, teria o potencial de garantir liberdades políticas, direitos fundamentais e oportunidades sociais. Não obstante, com relação aos arquivos,

[...] a noção de justiça social não se aplica apenas às desigualdades econômicas, mas também às estruturas de não-reconhecimento e marginalização; as manifestações e impactos da justiça social não são binários (ausente-presente) mas complexos e multidimensionais e, para nosso propósito, mudam o tempo todo; os impactos da justiça social nos arquivos podem atingir diferentes resultados para diferentes grupos e esses resultados podem ser positivos e negativos (um dos aspectos mais potentes do conteúdo dos arquivos é sua utilidade ou potencialidade de impactar na justiça social); a justiça social exibe um impacto tanto individual quanto coletivo e isso pode ser estudado sobre múltiplos níveis sociais (macro, médio e micro) (Duff *et. al*, 2013, p. 340, tradução própria).

Na contemporaneidade, percebe-se, enquanto exemplo de iniciativa brasileira para a justiça social na Arquivologia, a realização da 7ª Semana Nacional de Arquivos (SNA) (2023), um grande evento colaborativo cujo tema foi “Arquivo: território de vidas”, que visou, entre outras questões, refletir sobre o que se pode fazer para que os procedimentos arquivísticos estejam cada vez mais voltados à formação de arquivos plurais, capazes de estimular a desnaturalização de desigualdades de gênero, raça/etnia, localidade, faixa etária, dentre outros. De acordo com a organização do evento, tais preocupações apontam para a necessidade de que o uso dos documentos se dê como instrumento de promoção de pertencimento, por meio do qual todas as pessoas tenham a oportunidade de se reconhecer e promover reconhecimento com base em valores democráticos (Arquivo Nacional, 2023).

Já em 2024, com o tema “Arquivos Acessíveis”, a 8ª edição da SNA bateu vários recordes de engajamento e participação. De acordo com o relatório do

Arquivo Nacional (2024, p. 5) foram “[...] 530 ações, propostas por 222 instituições, desenvolvidas em 26 dos 27 estados brasileiros, em 98 municípios do país”. Os acervos e arquivos de movimentos sociais e territórios quase dobraram a participação, em comparação a 2023, conforme detalhado no Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Instituições e acervos participantes das últimas edições da Semana Nacional de Arquivos (SNA)

Categorias de Proponentes	ABREVIACÃO	2022	2023	2024
Acervos e Arquivos de Movimentos Sociais e Territórios	AMT	3	7	12
Acervos e Arquivos Públicos	APU	143	160	158
Acervos e Arquivos Privados	APR	28	32	30
Associações, Sociedades, Fóruns Profissionais e grupos de pesquisa	A	15	13	13
Outros (Instituições privadas)	O	4	5	9
Total		193	217	222

Fonte: Arquivo Nacional (2024).

De acordo com MacNeil (2016), quando as primeiras instituições arquivísticas públicas surgiram, elas foram defendidas como pilares dos direitos das pessoas e do Estado, numa conjuntura em que a sua razão de ser era atender aos interesses do direito, da administração e da história. Por sua vez, Orrico e Silva (2019) afirmam que, na atualidade, “[...] o acesso aos documentos de arquivo envolve conhecer práticas e discursos dos quais resultam os arquivos, que são dotadas de uma lógica de controle, governo e gestão. [...]” (p. 258). Percebe-se, portanto, que as discussões contemporâneas ampliam os objetivos dos arquivos em torno de interesses sociais, envolvendo perspectivas relacionadas à responsabilidade, à identidade, à inclusão e à justiça social. Essa configuração coaduna com o necessário reposicionamento da instituição arquivística na sociedade, pois,

[...] apesar de sua origem histórica e tradicional, ao longo do tempo, o dispositivo [arquivo] tem passado por um processo de ressignificação por meio do qual vem conquistando sua condição de ambiente dialógico, que também busca contemplar os anseios sociais de

encontro com informações que possibilitem compreender e transformar a realidade (Santos; Sousa; Gomes, 2022, p. 285).

Não obstante, faz-se necessário conjecturar, ainda, sobre as relações existentes entre algumas questões que, uma vez compreendidas, podem contribuir para a consecução dos objetivos aqui propostos. Em primeiro lugar, a baixa incidência de pesquisas brasileiras que envolvem a mediação da informação, especificamente no âmbito dos arquivos: ao terem identificado, indexados na Brapci, no intervalo de uma década (2009-2019), apenas dez artigos que apresentaram uma abordagem sobre a mediação da informação relacionada aos arquivos, Farias e Santos (2020, p. 37) ressaltam tratar-se de “[...] Uma produção muito escassa diante de uma temática tão relevante, evidenciando, assim, a necessidade de maiores espaços de discussão e reflexão [...]”.

Em segundo lugar, a hegemonia europeia e norte-americana evidenciada a partir dos referidos artigos analisados: depois do brasileiro Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, com 63 citações, a segunda mais citada, com 18 citações, é a autora portuguesa Fernanda Ribeiro, seguida pelo autor também português Armando Malheiro, com 17 citações. Depois destes, quem aparece é o autor canadense Terry Cook, com 15 citações (Farias; Santos, 2020).

Sobre essa questão, não surpreende que o autor mais citado nestes poucos estudos seja Almeida Júnior, pois, além de ser brasileiro – fato que, obviamente, torna a divulgação de suas obras facilitada pelos fatores linguístico e geográfico –, trata-se, seguramente, da maior influência sobre o tema, haja vista a sua trajetória de pesquisa e publicações, que pode ser evidenciada pela própria conceituação (2009) e atualização (2015) do conceito de mediação da informação. O que cabe questionar, no entanto, é a tamanha influência, no Brasil, de autores de origem europeia e norte-americana logo depois deste, em detrimento do baixo aparecimento de outros/as pesquisadores da América do Sul, cuja proximidade territorial com os principais contextos de alcance de Almeida Júnior deveria ser um fator facilitador para o desenvolvimento do tema nesta região.

Diante disso, efetivar questionamentos e problematizações para que pesquisadoras/res compreendam como se dá seu entendimento acerca da dominação, no âmbito da justiça social, é imprescindível para que se consiga desvendar as relações de poder no mundo e a forma como a comunidade e suas pesquisas se inserem dentro delas. Essa internalização, muitas vezes inconsciente,

molda sua percepção sobre os jogos de poder e influencia a maneira como o sujeito se posiciona nessas relações – num cenário onde os/as profissionais da informação não estão isentos/as. Isso justifica que

[...] os estudos sobre os aspectos éticos na organização e representação do conhecimento são necessários, uma vez que a questão ética se estabelece à medida que se evidencia a noção de limite de poder (controle), pois a atitude ética se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de ideologias específicas. Tangenciando, então, a dimensão social da organização e representação do conhecimento, porque os seus produtos – catálogos, índices, registros bibliográficos, notações, ou seja, as informações documentais – são dispositivos institucionalizados de memória, que são evidenciados, principalmente, em espaços destinados à memória como, por exemplo, as bibliotecas, os arquivos, os museus e os centros de documentação, que são locais de memória socialmente instituídos cuja finalidade é a de preservar (Pinho, 2013, p. 56).

Silva *et. al* (2021) explicam que, apesar do tema justiça social despertar interesse de pesquisas no campo da CI, ainda não há ferramentas suficientes para direcionar como ela pode ser praticada dentro das bibliotecas, por exemplo. Além disso, tem-se, também, a baixa incidência de pesquisas sobre a justiça social nos arquivos, conforme evidenciado por Tognoli e Rocha (2021) (já mencionados), e a ainda menor existência de iniciativas que envolvam o guia para usuários/as de arquivos¹², tanto no contexto dos estudos em ORIC quanto na **descrição arquivística**, por meio da qual

[...] o arquivista é capaz de elucidar o contexto de produção do documento, contando sua história enquanto parte de um conjunto de documentos produzidos por uma pessoa ou instituição no decorrer de uma atividade específica. Essa história, no entanto, pode ser contada ou representada com inúmeros desvios terminológicos (*terminological bias*) e preconceitos, causando um desconforto e afastando o usuário que não se sente representado nos instrumentos arquivísticos [...]. Assim, no contexto da descrição, a justiça social poderá atuar como norteadora, uma vez que defende, por meio das teorias críticas, um cuidado com o outro no momento da representação (Tognoli; Rocha, 2021, p. 18).

Portanto, infere-se que, juntos, os fatores mencionados exercem forte influência na baixa visibilidade facilmente identificada nos arquivos brasileiros – uma invisibilidade que se reflete na ausência dos mais diversos tipos de políticas que

¹² Conforme identificado na fase exploratória da pesquisa e relatado na introdução.

poderiam transformar a realidade dos arquivos, tanto através de investimentos para a sua estruturação quanto no incentivo à sua apropriação pelas comunidades. Tal panorama da teoria e da prática arquivística não consegue ocultar a importância dos arquivos no cenário do exercício da justiça social, que, segundo Tognoli e Rocha (2021, p. 5) “[...] engloba, também, valores éticos e morais do profissional, seja no tocante ao processo de organização, seja no tocante à disseminação das informações no acervo”. Isso remete para os apontamentos de Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 287):

[...] da prática emerge uma realidade a ser compreendida e, na teoria, encontra-se um caminho reflexivo por meio do qual será possível compreender essa complexa realidade em que se está atuando. Por outro lado, quando as teorias apresentam lacunas impeditivas dessa compreensão, a prática impulsiona novas formulações teóricas. Assim, por estar ligada ao desenvolvimento do protagonismo social, inevitavelmente, a mediação da informação precisa ser consciente, cuidadosa e conduzida pelo exercício da práxis, que favorece o desenvolvimento do conhecimento e do autoconhecimento.

Para melhor contextualizar a posição pretendida para a justiça social nesta investigação, pode-se citar duas pesquisas recentes em que, para dar conta da complexidade dos processos que envolvem o fenômeno da **globalização**, foram adotadas as perspectivas de Nancy Fraser, filósofa política, intelectual e feminista estadunidense, que propõe que tal fenômeno não seja tratado “[...] nem como fatalidade nem como utopia, mas como um **contexto** para as lutas de justiça social” (Fraser, 2002, p. 17, grifo próprio):

Na primeira pesquisa, que visou analisar o papel de “arquivistas e bibliotecários críticos” no desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento (SOC) orientados para a Justiça Social, Corrêa e Tognoli (2022) adotam a proposta conceitual apresentada por Fraser (2002), de uma justiça social como **paridade de participação**, a qual justifica que nem as teorias da **distribuição** nem as de **reconhecimento** – fruto de suas concepções anteriores – conseguiriam resolver o problema da justiça social em sua totalidade. Assim, a nova formatação permitiria pensar tanto em uma distribuição de recursos materiais que garantiria independência e voz para todos, quanto em padrões institucionalizados de valor cultural que exprimiriam igual respeito por todas as pessoas, garantindo igualdade de oportunidades para alcançarem a consideração social por meio da participação.

Na outra pesquisa, Duque-Cardona, Mazo e Uribe (2023), ao abordarem a necessidade de uma concepção contra hegemônica para a Biblioteconomia e a CI, recorrem à distinção feita por Fraser (2000) para os dois tipos de soluções possíveis para o problema das injustiças sociais: as soluções **afirmativas**, que buscam corrigir os efeitos injustos da ordem social sem alterar o sistema implícito que os ocasiona, e as soluções **transformadoras**, que visam corrigir esses efeitos justamente por meio da reestruturação do sistema.

Com base nas duas publicações abordadas acima e, considerando-se o foco da intervenção pretendida por esta pesquisa, adota-se a perspectiva de Fraser (2002) sobre a justiça social como **paridade de participação**, tendo, como solução para injustiças que envolvem o acesso e a apropriação da informação arquivística, propostas do tipo **transformadoras** (Fraser, 2000) – o que explica a presença do termo no título do presente trabalho.

Para Mathiesen (2015), a justiça social está ligada aos aspectos sociais e diários da vida de um indivíduo em sociedade, abrangendo desde o acesso aos direitos fundamentais como educação e saúde, até a tomada de decisões políticas que afetam sua realidade social. Assim, corrobora-se o que constatam Tognoli e Rocha (2021), sobre a necessidade de uma revisão teórica na Arquivologia brasileira, que abarque o imperativo da justiça social, por meio da qual as ideias de neutralidade e a imparcialidade do/a arquivista sejam discutidas como valores na formação, organização, difusão e preservação do arquivo.

Já em 2022, em coautoria com Corrêa, Tognoli considera o relativo desenvolvimento do tema justiça social nos arquivos e bibliotecas nas últimas quatro décadas, o que teria produzido uma comunidade discursiva no campo da Organização do Conhecimento. Segundo os/as autores/as, os/as pesquisadores/as que compõem essa comunidade têm buscado superar vieses preconceituosos que reproduzem, em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) hegemônicos, a exclusão de comunidades historicamente subalternizadas. Além disso, esforçam-se para formular soluções práticas e situadas para os problemas enfrentados, especialmente nesses equipamentos informacionais (Corrêa; Tognoli, 2022).

Para Silva (2023), o debate sobre o direito de acesso à informação está intimamente ligado à discussão sobre justiça social, destacando a importância dos arquivos e arquivistas na sociedade. Esse discurso contribui para a formação de

cidadãos/ãs que possuam uma compreensão mais profunda de seu passado e de sua história.

[...] só com o acesso público à informação é possível construir uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, consideramos que as ações políticas que envolvem os mecanismos de reparação de uma sociedade historicamente marcada por ditadura e repressão encontram nos arquivos os instrumentos que contribuem efetivamente para a justiça social (Silva, 2023, p. 1260).

De modo semelhante, o autor americano Jimerson (2007) faz uma correlação entre justiça social, arquivos e arquivistas, destacando os arquivos como ferramentas para promover a justiça social. Em suas palavras, “[...] preservando registros que podem fornecer evidências de injustiça, os arquivistas podem contribuir positivamente para as tentativas /de superar os usos passados de arquivos e registros pelas elites para garantia de poder” (Jimerson, 2007, p. 266, tradução própria). Assim, a justiça social encontra nos arquivos recursos essenciais para avançar em suas iniciativas voltadas para igualdade, democracia, acesso e reparação.

5.2 Princípios, tendências e significados: conclusões obtidas pela análise de conteúdo

Mediante a exploração dos materiais bibliográficos e documentais que compuseram o estudo, as técnicas de análise de conteúdo empregadas tornaram possível a transformação dos dados brutos em dados falantes. Nesse sentido, para materializar as inferências e interpretações realizadas, optou-se pela sua categorização entre **princípios, evidências e significados**, os quais foram extraídos de cada uma das quatro categorias analíticas formuladas anteriormente, e que se sobressaíram como base teórica da literatura analisada. Os quadros 4, 5, 6 e 7, a seguir, sintetizam esses resultados:

**Quadro 4 – Princípios, tendências e significados acerca da mediação
implícita da informação**

<p align="center">Princípios</p>	<p>A mediação da informação é um processo histórico-social que envolve a relação entre os sujeitos e o mundo.</p> <p>A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários.</p> <p>A mediação da informação envolve a dialética entre o profissional da informação e o usuário, e também entre o profissional e o acervo.</p> <p>A descrição arquivística é um processo que envolve a mediação implícita da informação, pois visa organizar e representar os documentos de forma que sejam acessíveis e compreensíveis para os usuários.</p> <p>Integração das funções arquivísticas: as funções de produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão estão intrinsecamente ligadas à mediação implícita da informação.</p> <p>As atividades de mediação da informação nos arquivos devem estar pautadas em uma visão humanizadora do mundo e em uma conduta ética que respeite a diversidade e a autonomia dos sujeitos.</p>
<p align="center">Tendências</p>	<p>A mediação da informação encontra-se em crescente evidência dentre os estudos do fenômeno informacional.</p> <p>A mediação implícita teve seus estudos potencializados com o advento das tecnologias digitais e a crescente demanda por acesso à informação.</p> <p>A mediação da informação está se tornando mais consciente da importância da ética e do empoderamento dos usuários.</p>
<p align="center">Significados</p>	<p>A mediação implícita da informação é um conceito que destaca a importância da mediação da informação mesmo na ausência do usuário.</p> <p>A mediação da informação é um processo que envolve a relação entre os sujeitos e o mundo, e que pode ser influenciado por fatores sociais, culturais e políticos.</p> <p>A mediação da informação, enquanto campo de estudo,</p>

	<p>está em constante evolução.</p> <p>A mediação implícita da informação é um processo complexo que envolve a integração das funções arquivísticas.</p> <p>A mediação implícita da informação nos arquivos requer uma abordagem interdisciplinar, crítica e reflexiva.</p> <p>A mediação implícita da informação apresenta potencial para a mobilização social, combate a estigmas e preconceitos em diversos contextos.</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 5 – Princípios, tendências e significados acerca da representação da informação em arquivos

Princípios	<p>A representação da informação em arquivos envolve a integração de diferentes funções arquivísticas, incluindo a classificação e a descrição de documentos.</p> <p>A descrição arquivística é um processo fundamental para a representação da informação em arquivos, pois permite a criação de instrumentos de pesquisa que facilitam o acesso aos documentos.</p> <p>A Arquivologia e a Ciência da Informação compartilham interesses e objetivos comuns, especialmente em relação à representação da informação e ao acesso aos documentos.</p>
Tendências	<p>A representação da informação em arquivos tem aprimorado processos, produtos e instrumentos, tornando-os mais ágeis e facilitando o acesso, especialmente com o advento das tecnologias digitais.</p> <p>A necessidade de normas e padrões para a descrição arquivística e a representação da informação está se tornando cada vez mais evidente.</p>
Significados	<p>O/a arquivista desempenha um papel decisivo na representação da informação em arquivos, especialmente em relação à descrição arquivística e à criação de instrumentos de pesquisa.</p> <p>Os arquivos enfrentam desafios para promover a Justiça Social, especialmente em relação à autonomia do Sul</p>

	global, e precisam desenvolver instrumentos de pesquisa que favoreçam essa promoção.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 6 – Princípios, tendências e significados acerca da justiça social em arquivos

Princípios	<p>A justiça social é abordada como um conceito que pode ser aplicado e promovido por meio dos arquivos e da prática arquivística.</p> <p>O acesso à informação é considerado fundamental para a promoção da justiça social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.</p> <p>Os/as arquivistas são vistos/as como agentes que podem contribuir para a promoção da justiça social por meio da preservação e do acesso aos registros.</p>
Tendências	<p>Há um aumento da conscientização sobre a importância da justiça social e sua relação com os arquivos e a prática arquivística.</p> <p>Há um desenvolvimento de teorias e práticas críticas que buscam questionar e transformar as estruturas de poder e as práticas arquivísticas tradicionais.</p> <p>Há um aumento da colaboração e da participação entre os arquivistas, os usuários e as comunidades na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais justa e democrática.</p>
Significados	<p>A justiça social é um direito humano fundamental que deve ser promovido e protegido por meio dos arquivos e da prática arquivística.</p> <p>Os arquivos são ferramentas essenciais para a promoção da justiça social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.</p> <p>Os arquivistas são agentes que podem contribuir para a promoção da justiça social por meio da preservação e do acesso aos registros.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quadro 7 – Princípios, tendências e significados acerca dos estudos e práticas decoloniais e anticoloniais na Arquivologia

<p align="center">Princípios</p>	<p>Reconhecimento da necessidade de uma abordagem decolonial e anticolonial na Arquivologia, questionando e desafiando as estruturas de poder e conhecimento dominantes é um tema recorrente.</p> <p>A valorização epistêmica da diversidade de saberes e perspectivas é tida como fundamental para uma abordagem intercultural, decolonial e anticolonial, visando a inclusão de grupos invisibilizados.</p> <p>A crítica à epistemologia científica dominante e à sua exclusão de saberes não ocidentais é um tema comum, incluindo a crítica à abordagem tradicional da Arquivologia.</p>
<p align="center">Tendências</p>	<p>Ainda que incipiente, percebe-se uma tendência de incluir saberes não ocidentais e de comunidades marginalizadas na Arquivologia, promovendo uma abordagem mais inclusiva e diversa.</p>
<p align="center">Significados</p>	<p>A decolonização do conhecimento é um conceito fundamental, que implica questionar e desafiar, no âmbito dos arquivos, as estruturas de poder e conhecimento dominantes.</p> <p>A justiça social é um valor central a ser adotado pelos/as arquivistas, em quaisquer contextos de atuação.</p> <p>A perspectiva local e contextual é fundamental para uma abordagem decolonial e anticolonial, pois permite valorizar a diversidade de saberes e perspectivas.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Após esta síntese, serão finalmente propostas, a seguir, estratégias de mediação implícita da informação em arquivos por meio do guia para usuários.

5.3 O guia para usuários/as de arquivos na luta pela justiça social: intervenções para a autonomia do Sul global

Para Lopez (2002), dentre os instrumentos de pesquisa de que um arquivo pode dispor, o guia é aquele que deve ser elaborado primeiro, por ser a “porta de entrada” da instituição e permitir uma visão geral do acervo. Segundo o autor, através do guia as pessoas passam a conhecer as condições de acesso e de consulta aos documentos e a definir quais conjuntos lhes interessam, programando, assim, suas visitas. Em suas palavras:

A primeira atividade de descrição de qualquer instituição detentora de acervos arquivísticos deve ser a elaboração de um bom guia – o que não implica, necessariamente, edições esteticamente agradáveis. É a maneira mais rápida e mais eficiente de disponibilizar aos pesquisadores em geral uma visão mais global do acervo e da instituição de guarda. Mesmo em instituições cujo acervo ainda não esteja completamente organizado, o mapeamento geral feito por um guia é fundamental para que se possa conhecer melhor a situação dos documentos e, assim, elaborar estratégias de organização (Lopez, 2002, p. 37).

Com isso, uma vez que “[...] o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa [...]” (Paes, 1997, p. 126), considera-se contraditório e problemático que o guia para usuários/as não tenha recebido dos arquivistas, ao longo dos anos, a atenção merecida na teoria e na prática da área. Ademais,

[...] a inexistência do guia se configura como fator de limitação do acesso às informações pelos usuários, que ainda não têm disponíveis instrumentos que indiquem uma efetiva representação das informações do acervo, o que também dificulta a obtenção de conhecimento pelos potenciais pesquisadores – que poderiam se interessar pelo arquivo, mas, não o fazem por não terem consciência de suas potencialidades (Teixeira, 2019, p. 11).

É verdade que o avanço tecnológico possibilitou o desenvolvimento de ferramentas potentes para a difusão de arquivos, como é o caso do *ICA-Atom*. Contudo, Soares e Cé (2023), que analisaram a mediação arquivística exercida por meio dessa ferramenta nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sugeriram, justamente, a elaboração de **guias**, manuais, oficinas e treinamentos para capacitar as pessoas a utilizá-la. Isso coaduna com a afirmação de Duff

(2016), de que quanto mais aumentam e se diversificam os grupos de usuários/as que acessam os arquivos em meio eletrônico, mais aumenta a necessidade de mediação. De acordo com a autora, cabe ao/à arquivista instruir os sujeitos a percorrer os sistemas e localizar informações. Sob esse viés,

[...] Seja quando o usuário busca documentos sobre sua família, sua comunidade, sua sociedade, ou seu país, seja quando ele procura documentos que possibilitem corrigir uma injustiça ou responsabilizar alguém, o arquivista de referência desempenha um papel vital na mediação entre o usuário e o arquivo, além de auxiliar na melhoria do acesso a informações relevantes. O arquivista de referência contrabalança as necessidades dos arquivos com as necessidades dos usuários e, num cenário ideal, encontra o ponto perfeito para esse equilíbrio (Duff, 2016, p. 196).

Nesse contexto, “[...] o guia, além de servir aos usuários internos, reais, possibilita que o arquivo seja notado também por aqueles que, a partir desse conhecimento, possam despertar interesses pelo arquivo” (Teixeira; Santos, 2024, p. 145). Considerando-se, então, que a mediação da informação é a “[...] ação central que coloca a informação em favor do desenvolvimento do protagonismo” (Gomes, 2019, p. 11), esse fator pode contribuir, no processo de difusão informacional, para o empoderamento dos sujeitos por meio da aplicação da ferramenta.

Segundo Cook, a descrição arquivística precisa levar em conta a perspectiva dos/as usuários/as. Simplesmente automatizar o processo com softwares e normas para categorizar as informações não é suficiente para atender às necessidades de um público diversificado: “Por detrás das normas estão várias suposições culturais que podem precisar ser ajustadas” (Cook, 2007, p. 130). Diante disso, tendo em vista que “[...] os arquivistas podem assumir um papel proativo ou reativo na promoção e facilitação do uso dos documentos [...]” (Duff, 2016, p. 172), aposta-se na primeira postura para reafirmar a relevância da implementação do guia para usuários/as como forma de ampliar a mediação implícita consciente da informação em arquivos – entendendo que a implementação plena desse instrumento não se resume a uma rigorosa elaboração através de critérios de descrição, mas inclui o estabelecimento de estratégias de planejamento, implantação, divulgação e avaliação que, juntas, efetivem os impactos do trabalho de descrição e contribuam para a justiça social.

Em contraponto a isso, retornando à questão da teoria arquivística

“tradicional”, ressalta-se que o vácuo existente acerca da **mediação** e da **difusão** em arquivos é expresso através da inexistência destes conceitos no próprio Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), lançado em 2005 pelo Arquivo Nacional. A partir de outras lacunas conceituais também existentes no dicionário – que não se inserem no escopo desta pesquisa –, infere-se que o trabalho que resultou neste instrumento não conseguiu incluir alguns conceitos que, embora contemporâneos à época, já se mostravam imprescindíveis – além do que, em 2005, a difusão em arquivos consistia numa função arquivística já consolidada, conforme difundida a partir de Rousseau e Couture (1998). Dito isso, a ausência dos conceitos de difusão e mediação em arquivos no dicionário de terminologia da área pode indicar uma baixa preocupação de seus/uas idealizadores/as, à época, com a quase sempre negligenciada necessidade de popularização dos arquivos no Brasil.

De outro modo, os conceitos mais próximos, apresentados pelo DBTA, são o de **disseminação da informação** – “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (Arquivo Nacional, 2005, p. 63); e o de **divulgação** – “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, através de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (Arquivo Nacional, 2005, p. 64). Diante disso, recomenda-se a atualização do dicionário, atentando-se para a urgência ao que Brandão e Lima (2016) se referem como **mediação pós-custodial**:

[...] uma mediação voltada para o usuário ativo [...] que reconhece sua necessidade informacional, busca informações para satisfazê-la, que critica e avalia a informação recebida e não mais para o usuário passivo que esperava seu problema ser resolvido pelo profissional da informação. [...] (Brandão; Lima, 2016, p. 120).

Mesmo diante dessas possibilidades, há que se considerar os diversos desafios presentes nas instituições, que podem ser de natureza empírica, teórica e/ou epistemológica, uma vez que

[...] a discussão em torno da mediação focada no arquivo, só pode ser realizada a partir do momento que se reconhece o usuário neste ambiente. Sem a presença, física ou virtual, do usuário não faria sentido o arquivo e o acervo nele armazenado. No entanto, a percepção e valorização do usuário nos arquivos é recente e, conseqüentemente, a discussão em torno da mediação nesses. (Santos Neto; Bortolin, 2016, p. 14)

Percebe-se, porém, que, para a consecução de uma mediação arquivística comprometida com a justiça social por meio do guia para usuários/as de arquivos, nem as obras “clássicas” da Arquivologia brasileira, nas quais as orientações sobre o guia são lançadas (Paes, 1997; Lopez, 2002; Bellotto, 2004), nem tampouco as normas internacionais direcionadas à descrição arquivística (ISAD-G, ISDIAH, ISAAR-CPF, etc.) – e suas eventuais adaptações brasileiras (NOBRADE) –, são suficientes. Como o escopo dessas obras se restringe à atividade de descrição, a reflexão necessária à combinação de interferências para que este instrumento alcance um feito emancipatório exige, dos/as arquivistas, o redirecionamento do seu foco de atuação, passando a conceber como prioritárias determinadas condutas até então não atribuídas à sua responsabilidade, já que “[...] a justiça social não é verdadeiramente uma categoria de registros, mas sim uma atitude ou conjunto de princípios e métodos para obter uma documentação mais equilibrada e diversificada da sociedade em toda a sua complexidade” (Jimerson, 2013, p. 340, tradução própria).

Assim, impera-se contemplar, nas estratégias de mediação implícita voltadas à implementação do guia, os marcadores sociais da diferença – características atribuídas a indivíduos ou grupos que influenciam a forma como são percebidos e tratados na sociedade. Esses marcadores incluem gênero, raça, etnia, classe social, sexualidade, idade, deficiência, entre outros. Não são apenas categorias descritivas, mas sim construções sociais que determinam acessos, oportunidades e desigualdades, muitas vezes reproduzindo relações de poder e exclusão em espaços como os arquivos. Para minimizar as relações de privilégios ou discriminação em ambientes informacionais, Santos *et. al* (2024, p. 64) asseveram que:

Os marcadores sociais da diferença permeiam as relações em sociedade de forma histórica e estrutural, inclusive nas unidades de informação, cujas políticas institucionais são pautadas numa dominação exercida pelo colonialismo e capitalismo modernos, que violenta e invisibiliza os sujeitos informacionais que não atendem aos critérios instituídos como “normais”. No entanto, nos limites da atuação do(a) profissional da informação, ações mediadoras exercidas de forma consciente contribuem para a criação de um espaço de acolhimento às diversas diferenças, no qual a apropriação da informação seja possível e, de fato, transformadora, a partir do protagonismo social.

Diante das informações estratégicas – tanto sobre o acervo quanto sobre a instituição arquivística e suas práticas inclusivas e de justiça informacional – que

podem ser trabalhadas na composição do guia para usuários/as, fica evidente que difundir esse instrumento consiste no método mais prático para tornar o arquivo conhecido e compreendido pelo público. Além do que, enquanto estratégia para este fim, o guia pode assumir diferentes formatos, pois, “[...] independente do suporte ou meio em que está sendo divulgado, o guia ainda mantém suas características” (Linden; Vital, 2015, p. 315). Isso implica reconhecer que, quando se refere à elaboração desse instrumento, a premissa que deve ser mantida é que “[...] a ele podem ser anexados ou suprimidos elementos, evitando assim qualquer rigidez de normalização, prática incabível em arquivística” (Bellotto, 2004, p. 194).

Ainda que a plenitude da implementação do guia para usuários/as de arquivos seja assumida sempre como um fim a ser alcançado, o delineamento de ações específicas para subsidiar o seu encadeamento, alicerçado numa perspectiva intercultural, anticolonial e contra hegemônica, pode apoiar as iniciativas para que esse instrumento exerça a devida influência no favorecimento da luta pela justiça social no Sul global. Sob esse viés, propõe-se, finalmente, a partir das inferências e interpretações provenientes da análise, estratégias de mediação implícita da informação para uma exploração emancipatória do guia para usuários/as de arquivos, em detrimento do formato padronizado que é preconizado pela literatura existente e pelas hegemônicas normas de descrição:

Quadro 8 - Estratégias de mediação implícita da informação na divulgação do guia para usuários/as de arquivos

FORMATO	DETALHAMENTO
<i>Folder impresso</i>	Enquanto material gráfico dobrável em várias partes, o folder impresso apresenta várias vantagens na divulgação de guias. Dentre elas, pode-se destacar: Apresentação das informações de forma concisa; inclusão de imagens atrativas; facilidade de distribuição, tanto em eventos, quanto em locais estratégicos, como escolas, sedes de movimentos sociais e recepções de instituições públicas; baixo custo em relação a campanhas publicitárias mais robustas; design personalizado, gerando impacto visual; possibilidade de integração com outras mídias, por meio de <i>QR codes</i> .
Conteúdos para <i>websites</i>	As vantagens de publicar os conteúdos informacionais do guia na <i>web</i> não se limitam aos sítios eletrônicos das

	respectivas instituições que mantém os arquivos, mas se estendem aos demais ambientes de informação digital que possuam qualquer tipo de interesse no acervo, o que ajuda a promover sua popularização. Dentre as vantagens dessa modalidade, pode-se enfatizar: Acesso global e a qualquer momento, superando limitações geográficas e promovendo a inclusão; atualização em tempo real, à medida em que novas informações sejam tidas como pertinentes; integração com outros recursos, como links e ferramentas de busca; exibição de diversos tipos de mídias, como imagens, áudios e vídeos.
Conteúdos para redes sociais	Dentre as vantagens que a natureza visual e interativa das redes sociais pode oferecer à divulgação de conteúdos de guias de usuários/as de arquivos, destaca-se: alcance amplo e global; apelo visual, por meio de imagens e vídeos do acervo (a exemplo de documentos raros de contextos específicos); interação direta com os/as usuários/as; atualizações rápidas e frequentes.
Conteúdos para plataformas de vídeos on-line	As vantagens da produção de vídeos para a divulgação do guia em plataformas como o YouTube incluem: Apelo visual e conexões emocionais, por meio da combinação de imagens, sons e narrativas; enriquecimento das narrativas, possibilitando explorar não apenas os documentos e instituições, mas também relatos e curiosidades sobre o seu contexto; engajamento e integração com outras mídias; possibilidade de <i>feedback</i> e opiniões do público.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Todas as formas de divulgação propostas se aproximam por incluir a possibilidade de compartilhamento entre diversos sujeitos, oportunizando a noção de pertencimento e favorecendo a formação de comunidades em torno dos arquivos, além de contribuir no processo de educação continuada. Não obstante, algumas ações podem ser desenvolvidas para potencializar o alcance dos arquivos a públicos mais diversos, por meio das informações do guia. Dentre elas, destacam-se a oralidade, pela capacidade de criar conexões por meio do acesso à informação, oportunizando a inclusão social e a autonomia de pessoas não letradas; e as artes de guerrilha, tidas como “[...] uma forma de arte politicamente engajada, crítica e instigadora de pensamentos e ações” (Rodrigues, 2013), e que podem incluir diversas atividades, como colocação de cartazes e adesivos com mensagens nas ruas, grafites, performances em locais públicos, entre outras formas de protestos artísticos.

As alternativas supracitadas constituem, portanto, formas atualizadas de mediação implícita da informação nos arquivos, com efetivo potencial para a inclusão de grupos subalternizados por meio do guia. Ademais, ao contrapor a ideia de desenvolvimento e globalização preconizada pelas normas e pela literatura arquivística “tradicional”, tais alternativas revelam que “[...] não se trata de desenvolver, mas de envolver” (Santos, 2023, p. 30).

Ressalte-se a importância de, na medida do possível, serem adotadas ferramentas que possibilitem a inclusão de pessoas com deficiência, quais sejam, as legendas textuais, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), os aplicativos de leituras para cegos, entre outras tecnologias que ampliem o alcance do instrumento.

Com base no que foi apresentado, fica nítido que as funções arquivísticas estão, em maior ou menor grau, cotidianamente subsidiando ações de mediação implícita da informação nesses dispositivos informacionais. Faz-se necessário, portanto, incentivar a consciência do papel dialógico, estético, formativo, ético e político das ações mediadoras, para que se viabilize a promoção da justiça social tanto pelo profissional quanto pelos sujeitos que consultam os acervos.

Ao problematizar o dilema enfrentado pelas organizações públicas e privadas com mais de dois anos de existência no tratamento de sua massa documental acumulada, Lopes (1993) argumenta que a solução para esse problema requer, sobretudo, uma mudança na mentalidade das pessoas envolvidas. Para o autor, “[...] não precisamos de utopias pós-modernas. É necessário trabalhar com os pés no chão, rejeitando soluções miraculosas que esqueçam a imensa significação da inteligência humana e dos uso racional dos recursos tecnológicos” (Lopes, 1993, p. 42). Passados mais de 20 anos de ininterrupto desenvolvimento tecnológico, acredita-se que essa máxima prevalece, e mais, sua aplicação não se restringe à área de gestão de documentos, mas estende-se à atuação dos/as arquivistas de modo integral.

Reconhecer as raízes históricas que envolvem o estabelecimento das instituições arquivísticas é um passo fundamental para combater silenciamentos que ocorreram no passado, transformando práticas do presente e possibilitando novas perspectivas de democratização da informação nos arquivos. Defende-se que essas instituições devem caracterizar um “ambiente dialógico, que também busca contemplar os anseios sociais de encontro com informações que possibilitem compreender e transformar a realidade” (Santos; Sousa; Gomes, 2022, p. 285).

A busca pela justiça social, a busca pela memória liberadora, ambas são desafiadoras, árduas e complexas. Essa batalha incomoda, causa dor, traumatiza e aborrece. Por vezes, no entanto, essas emoções também nos estimulam a combater as injustiças e o racismo sistêmicos e a ajudar a construir um mundo melhor (Duff, 2023, p. 38).

Tal comprometimento aponta para a importância de incluir os sujeitos no processo de implementação de guias, inclusive na avaliação da qualidade do conteúdo selecionado para compor a ferramenta – no que se refere tanto ao conteúdo informacional quanto à estrutura e disposição dos tópicos e seções, seja qual for o formato do guia apresentado. Isso porque a implementação de instrumentos de pesquisa arquivísticos não deve refletir uma visão unilateral de seus autores, mas sim incluir, no que for possível, os múltiplos olhares da diversidade de usuários/as de cada comunidade.

A avaliação pelos sujeitos informacionais possibilita a reescrita e correção de trechos, além da inserção e/ou supressão de informações específicas. Nesse momento, deve ser considerada, ainda, a influência do/a usuário/a externo/a, que, “[...] por não fazer parte do cotidiano da instituição, poderá demonstrar maior curiosidade sobre as informações ora estabelecidas, possibilitando uma relevante contribuição para o seu aperfeiçoamento” (Teixeira, 2019, p. 32).

A inclusão dos sujeitos na implementação de guias pode contribuir para a identificação de limitações nos arquivos, o que corresponde a uma contribuição efetiva para a justiça social no âmbito desses equipamentos. Ademais, o aumento da demanda de acessos aos arquivos, a partir da divulgação de guias, pode ajudar a sensibilizar as pessoas gestoras das instituições quanto à necessidade de maiores investimentos para a sua estruturação. Compreender que todos/as têm direito à memória e atuar em busca disso é, portanto, uma forma de promover a justiça social.

Em contraponto, o arquivista norte americano Mark Greene (2013) acredita que a recomendação para adotar uma agenda de justiça social ultrapassa o que ele considera ser o objetivo profissional dos arquivistas, o que poderia resultar em uma politização da profissão. Precisamente, o expoente do hemisfério norte afirma:

[...] por mais elevada e universal possa parecer, eu acredito que buscar a “justiça social” corre o risco de politizar e, em última instância, prejudicar a profissão arquivista. Embora os seus proponentes acreditem fortemente que a justiça social não é apenas um imperativo ético profissional, mas um meio de implantação para

contribuir adequadamente ao “poder” dos arquivistas, temo que tal alteração de objetivos arquivísticos possa enfraquecer nossa posição ética e nosso poder (Greene, 2013, p. 303, tradução própria).

Contrariando esse pensamento, acredita-se que foi possível demonstrar, na presente pesquisa, o quanto a atuação política não é apenas intrínseca à profissão arquivista, como também é imprescindível para o seu desenvolvimento – ao menos no contexto do Sul global. Assim, defende-se que o redirecionamento de determinadas posturas profissionais pelos/as arquivistas não torna o seu trabalho menos arquivístico: ele possibilita uma expansão da compreensão do que vem a ser a Arquivologia, em favor da necessária inclusão de grupos histórica e contemporaneamente invisibilizados, ajudando, assim, a constituir, enquanto responsabilidade de todos/as, uma sociedade mais justa.

Dentre os aspectos evidenciados pela pesquisa, cabe destacar os seguintes resultados:

1. Embora as discussões contemporâneas ampliem os objetivos dos arquivos em torno de interesses sociais, a baixa incidência de pesquisas envolvendo a mediação da informação e a justiça social nesses equipamentos, e as ainda menos frequentes iniciativas envolvendo o guia para usuários/as de arquivos, são fatores que inibem o desenvolvimento de políticas que poderiam atuar no seu reposicionamento na sociedade.
2. A forma como se deu o estabelecimento das normas de descrição arquivística no Brasil evidencia que, mesmo após a independência dos países da América do Sul, a lógica estabelecida pela colonização continua, de algum modo, operando no âmbito dos arquivos e da Arquivologia.
3. Reconhecer os arquivos como dispositivos culturais oportuniza o delineamento de ações cuja abrangência pode extrapolar os limites de uma atuação arquivística institucionalizada e voltada estritamente ao acesso à informação.
4. A justiça social é um valor central a ser adotado pelos/as arquivistas, em quaisquer contextos de atuação.
5. A perspectiva local e contextual é fundamental para uma abordagem decolonial e anticolonial, pois permite valorizar a diversidade de saberes e perspectivas, favorecendo o desenvolvimento de uma ciência comprometida

com as demandas de cada lugar.

6. As atividades de mediação da informação nos arquivos devem estar pautadas em uma visão humanizadora do mundo e em uma conduta ética que respeite a diversidade e a autonomia dos sujeitos.
7. A mediação implícita da informação apresenta potencial para a mobilização social, combate a estigmas e preconceitos em diversos contextos.
8. Os arquivos são ferramentas essenciais para a promoção da justiça social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.
9. A conquista de um feito emancipatório por meio do guia exigirá, dos/as arquivistas, uma certa flexibilização no seu foco de atuação, passando a conceber como prioritárias determinadas condutas até então não atribuídas à sua responsabilidade.
10. A divulgação do guia por meio de *folders* impressos, conteúdos para *websites*, redes sociais e plataformas de vídeo *on-line*, bem como a sua exploração por meio da oralidade e de artes de guerrilha, constituem ações inovadoras de mediação implícita da informação arquivística, dotadas de potencial para a inclusão de grupos subalternizados.
11. A implementação plena do guia inclui, pelo menos, cinco etapas: planejamento, elaboração, implantação, divulgação e avaliação do instrumento.
12. Para o alcance efetivo das potencialidades do guia, constitui tarefa imprescindível consultar e incluir a maior diversidade possível de sujeitos em sua implementação, seja qual for o formato proposto.

Para Nêgo Bispo, “[...] Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos” (Santos, 2023, p. 30). Nesse sentido, considerando-se o papel dos instrumentos de pesquisa para a efetivação do acesso às informações nos arquivos, aposta-se na ação mediadora dos arquivistas para que o guia para usuários/as favoreça o protagonismo dos potenciais atores envolvidos nos processos de produção e uso dessa ferramenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi exposto até aqui, percebe-se que ainda não havia, na literatura, em particular na conjuntura brasileira, possíveis respostas para que se pudesse delimitar estratégias eficazes de mediação da informação voltadas para a implementação do guia para usuários/as de arquivos, especialmente à luz da justiça social. Doravante, por meio da reflexão exaustiva realizada em torno desta problemática, aliada aos procedimentos metodológicos empregados, torna-se possível concluir que a presente pesquisa apresenta sua contribuição ao alcançar o objetivo ora estabelecido, de propor, à luz das Epistemologias do Sul, estratégias de mediação implícita da informação por meio do guia.

Nessas circunstâncias, recomenda-se a adoção do guia às instituições arquivísticas públicas e privadas em todos os níveis, bem como às organizações não arquivísticas que tencionem a difusão de seus acervos, seja interna ou externamente às suas dependências. Por sua vez, recomenda-se, aos cursos de Arquivologia, uma maior exploração do guia como objeto de estudo, tanto nas disciplinas quanto em projetos de pesquisa – de modo a ampliar sua aplicação na formação acadêmica – e, de igual modo, em projetos de extensão, visando seus impactos diretos à sociedade (um exemplo de iniciativa nesse sentido seria a parceria com associações de arquivistas, tendo como finalidade a construção e manutenção de repositórios digitais de acesso aberto, voltados à descrição e difusão de arquivos de determinados territórios, categorizados por tipo de instituição¹³).

Prováveis boas ideias indicam um bom início, mas, somente as ações apresentam efetivo potencial para transformar a realidade. Diante disso, importa projetar o impacto social dessa nova abordagem, por meio do fomento ao debate sobre a responsabilidade dos acervos e instituições arquivísticas na promoção da justiça social no hemisfério Sul. Assume-se essa posição apoiando-se em Almeida Júnior (2015), quando lembra que o universo informacional não se restringe a nenhum acervo específico, e que a interferência do/a profissional da informação deve abarcar todas as áreas – físicas ou não – em que a informação circula.

¹³ Exemplo sugerido: Repositório “Arquivos da Paraíba” – um site com as diferentes categorias institucionais distribuídas no menu, constituindo diversas abas (ex.: Arquivos municipais; Arquivos de instituições públicas; Arquivos de instituições privadas; Arquivos de movimentos sociais; Arquivos de comunidades etc.).

A partir da execução dos objetivos específicos, foi possível concluir que a área ainda carece de aprofundamento voltado à discussão dos diversos aspectos que envolvem a mediação da informação no contexto da Arquivologia, de modo que se oportunize o entendimento, por parte dos/as arquivistas e pesquisadores/as, de que a representação da informação em arquivos se enquadra como prática de mediação implícita.

Em consonância com essa necessidade, pretende-se dar continuidade aos estudos e ações desenvolvidas, visando ao aprofundamento das relações entre Arquivologia, justiça social e as epistemologias do Sul na Ciência da Informação. Como projeto futuro, visando contribuir para o fortalecimento das políticas arquivísticas e evidenciar as interseções entre teoria e prática, objetiva-se a continuidade da pesquisa no processo de doutoramento – com foco particular numa colaboração entre as temáticas aqui exploradas e o movimento associativo de arquivistas no Brasil.

Espera-se que a discussão aqui proposta seja útil para, de algum modo, decolonizar formas de pensar, ao passo que isso também confira aos arquivos um melhor posicionamento no seio da sociedade sul-americana. Espera-se, igualmente, que essa limitada articulação possa contribuir para a reflexão sobre a importância da mediação implícita da informação em arquivos e o seu papel na luta por justiça social.

No cenário ideal, o guia para usuários/as de arquivos, bem como os demais produtos da descrição arquivística, serão encarados não apenas como ferramentas para flexibilizar o acesso aos documentos, mas, mais do que isso, como uma possibilidade concreta de subversão da lógica dominante, ao conceber a participação das comunidades na vida dos arquivos, em favor de sua dignidade e emancipação. Portanto, finaliza-se conclamando que, se os processos de representação da informação são irremediavelmente arbitrários, que também sejam objetivamente inclusivos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C. Classificação arquivística e Teoria do Conceito: elementos para Organização do Conhecimento. *In*: PINHO, F. A.; GUIMARA ES, J. A. C. (Org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 129-137.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. D. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 18 jul 2023.
- ALMEIDA, L. M.; FARIAS, G. B.; FARIAS, M. G. G. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1274>. Acesso em: 11 jul 2024.
- ALMEIDA, M. A.; SANTOS, G. F. D. Novos desafios epistêmicos e sociais da ciência da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92952>. Acesso em: 18 jul 2023.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: 2005.
- ARQUIVO NACIONAL. **7ª Semana Nacional de Arquivos: “ARQUIVOS - TERRITÓRIOS DE VIDAS”**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/eventos-1/7a-semana-nacional-de-arquivos-201carquivos-territorios-de-vidas201d>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 21 mai. 2023.
- ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10518: informação e documentação: guias de unidades informacionais: elaboração**. Rio de

Janeiro: ABNT, 2023.

AtoM. **Open Source Archival Description Software**. 2022. Disponível em: <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARROS, T. H. B.; MARTINS, W. R. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **Ágora**, 2015. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/819729/A-info-macao-organica-enquanto-um-objeto-interdisciplinar.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023..

BECK, U. **Que es la globalización?** Falacias del globalismo, respuestas a la globalizacion. Paidós, 1998.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTH, J. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte MG: Letramento: Justificando, 2018.

BRANDÃO, G. S.; LIMA, J. B. Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, 2016. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0118-0136.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023..

BUFREM, L. S.; ALVES, E. C. **A dinâmica da pesquisa em ciência da informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

CABRÉ, M. T. La Teoría Comunicativa de la Terminología, una aproximación lingüística a los términos. **Revue française de linguistique appliquée**, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-linguistique-appliquee-2009-2-page-9.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CAMARGO, C. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. *In: CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003, p. 21-44.). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/dd0e8e24-8531-49de-9a26-d55909297d02/content>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.

CARMO, A. L. S. **Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior**. 106 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/download/23056/18639/66364>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH**: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, M. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/77/77>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CORRÊA, L. S. ; TOGNOLI, N. B. Arquivistas e bibliotecários críticos: intelectuais orgânicos orientados para a justiça social. **Revista EDICIC**, 2022. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/revistaedicic/article/view/167>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DUFF, W. Mediação arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

DUFF, W. Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça. *In*: PINHA, M. L.; VITORIANO, M. C. C. P.; SANTOS, P. R. E. (Org.). **Arquivos, Democracia e Justiça Social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 26-41. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

DUFF, W. *et al.* Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 317-348, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10502-012-9198-x>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DUQUE-CARDONA, N. Ciência da informação para quê e para quem? Aproximação aos paradigmas da ciência da informação no contexto universitário. *In*: DUQUE-CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2020. p. 45-71.

DUQUE-CARDONA, N. Una mirada amefricana a la Bibliotecología y la CI: fundamentación desde el Sur. **Revista EDICIC**, 2022. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/187>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DUQUE-CARDONA, N. (Org.). **Lenguaje, memoria e información**: fundamentación para la Biblioteconomia y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023.

DUQUE-CARDONA, N.; MAZO, J.D.L.; URIBE, W. P. Abordagens e quadros analíticos para pensar em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *In*: DUQUE-CARDONA, N. (Org.). **Lenguaje, memoria e información**: fundamentación para la Biblioteconomia y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023.

DUQUE-CARDONA, N. Paradigma intercultural-anticolonial: una oportunidad por la justicia epistémica en las Ciencias de la Información. **INFOhome**, 2024. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/pesquisa_conteudo.php?cod=1540. Acesso em: 11 jul. 2024.

DUQUE-CARDONA, N. RESTREPO-FERNÁNDEZ, M.C. Bibliotecología para América Latina y el Caribe, propuesta teórica y filosófica para la discusión. **Liinc em Revista**, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5727>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FACHIN, J. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3096>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FARIAS, D. D. S.; SANTOS, T. H. N. A produção científica sobre mediação da informação em arquivos: uma análise bibliométrica. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/248583>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FIDELES, L. S. O.; GOMES, H. F. Hashtag #vidasnegrasimportam como dispositivo de mediação implícita da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1850>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FORNET-BETANCOURT, R. La filosofía Intercultural. *In*: MENDIETA, E.; BOHÓRQUEZ, C. **El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000)**: historia, corrientes, temas y filósofos. México: Siglo XXI:

Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe. p. 639- 646.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era "pós-socialista". In: BUTLER, J.; FRASER, N. (Eds.), **Redistribuição ou reconhecimento?** Um debate entre marxismo e feminismo. Traficantes de sonhos, 2000.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/49xzkXKxWSbxPRCKx6RfX8t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/19090>. Acesso em: 28 abr. 2023.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: filosofia da informação**, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & sociedade: estudos**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 28 abr. 2023.

GOMES, H. F.; REIS, D. P. S. D.; JESUS, J. N. Mediação explícita e implícita: atividades, atributos e zonas de interseção para o alcance das dimensões da mediação da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1841>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GONDIN, L. LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual**. São Carlos: EdUfscar, 2006.

GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos.

Pro-posições, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 20 maio 2024.

GREENE, M. A critique of social justice as an archival imperative: What is it we're doing that's all that important? **The American Archivist**, v. 76, n. 2, p. 302-334, 2013.

JIMERSON, R. C. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

JIMERSON, R. C. Archivists and social responsibility: a response to Mark Greene. **The American Archivist**, v. 76, n. 2, p. 335-345, 2013.

LEHMKUHL, C. S.; SILVA, E. C. L. A organização do conhecimento e da informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. **Em Questão**, 2023. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/125811>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LINDEN, L. L.; VITAL, L. P. Cartão de visita dos arquivos: análise dos guias de arquivos catarinenses. **Ágora**, 2015. Disponível em:

<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/566>. Acesso em: 13 set. 2022.

LINDEN, L. L.; VITAL, L. P. Classificação e descrição à moda brasileira: uma análise em arquivos públicos estaduais brasileiros. **Brazilian Journal of Information Science**, 2022. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/12861>. Acesso em: 18 jun. 2023.

LOPES, L. C. Arquivópolis: uma utopia pós-moderna. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/20097>. Acesso em: 10 mai. 2024.

LOPES, C. B. **Descrição arquivística**: diferenças e divergências terminológicas sobre os instrumentos de pesquisa. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22751>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002.

LOUSADA, M. A mediação da informação e Arquivologia: aproximações teóricas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/28204>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MACNEIL, H. Introdução. In: MACNEIL, H. (org). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>. Acesso em: 11 out. 2024.

OLIVEIRA, L. M. V. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo: FFLCH, 2010.

OLIVEIRA, G. A. A.; ROCHA, E. C. F. A mediação em arquivos. **Memória e Informação**, 2020. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/122>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85152>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754>. Acesso em: 21 ago. 2024.

PINHO, F. A. Apresentação. In: PINHO, F. A. (Org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Editora Universitária da UFPE. Recife, 2013.

PINHO, F. A. A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural. In: PINHO, F. A. (Org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Editora Universitária da UFPE. Recife, 2013.

PINTO, L. P. Bibliotecas Comunitárias: Dispositivos de Ação. In: PINHO, F. A. Apresentação. In: PINHO, F. A. (Org.). **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Editora Universitária da UFPE. Recife, 2013.

PRADO, M. A. R. O acolhimento como princípio da mediação da informação. **Revista Folha de Rosto**, v. 6, n. 3, p. 5-13, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/398>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PRADO, M. A. R. Acolhimento e receptividade pela mediação da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1729>. Acesso em: 21 ago. 2023.

REDIGOLO, F. M.; SILVA, M. V. A representação temática como mediadora implícita da informação em bibliotecas universitárias. **Ponto de Acesso**, v. 11, n. 2, p. 49-69, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/14307>. Acesso em: 19 fev.

2024.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: Estudos**, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4440/3420>. Acesso em: 19 fev. 2024.

RODRIGUES, W. Trabalhando com arte de guerrilha no Ensino Superior: Uma experiência do pensar e agir criticamente. **Revista Didática Sistemática**, v. 15, n. 1, p. 69-83, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsist/article/view/3626/2245>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F. LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**, 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, A. B. **Nêgo Bispo**: vida, memória e aprendizado. Itaú Cultural. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em 16 ago. 2024.

SANTOS, A. K. A. dos; MAIA, A. M. S.; CÔRTEZ, G. R.; MARTINS, G. K.; ALVES, E. C. Marcadores sociais da diferença no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 48–68, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/206360>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SANTOS, B. S. (Aula Magistral). **O lugar da ciência nas epistemologias do Sul**. You Tube, 01 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9sx5WUYysKU>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Prefácio. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.) **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS NETO, J. A. D.; ALMEIRA JÚNIOR, O. F. Institucionalização do campo da mediação da informação no Brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/509>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/29249>. Acesso em: 24 maio 2023.

SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Mediação da informação: afinando o foco na Arquivologia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E CARIBE (EDICIC), 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joao-Arlindo-Santos-Neto/publication/323487015_MEDIACAO_DA_INFORMACAO_AFINANDO_O_FOCO_NA_ARQUIVOLOGIA_MEDIATION_OF_INFORMATION_TUNING_FOCUS_ON_ARCHIVOLOGY/links/5a9827dda6fdccecff0d1967/MEDIACAO-DA-INFORMACAO-AFINANDO-O-FOCO-NA-ARQUIVOLOGIA-MEDIATION-OF-INFORMATION-TUNING-FOCUS-ON-ARCHIVOLOGY.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS NETO, J. A.; BORTOLIN, S. Mediação da informação no campo da Arquivologia. **Transinformação**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/X9xTMN3DDwYCvVRb3HfwQb/?lang=pt#>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, R. R.; SOUSA, A. C. M.; GOMES, H. F. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112753>. Acesso em: 16 jul. 2023.

F. C. G. SILVA,; *et al.* Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência Da Informação**, 21., 2021. Anais [...] XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2021. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2024.

SILVA, I. C. A justiça social e as funções dos arquivos no contexto das ações de acesso à informação. In: PINHA, M. L.; VITORIANO, M. C. C. P.; SANTOS, P. R. E. (Org.). **Arquivos, Democracia e Justiça Social**. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 1253-1261. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Arquivos-democracia-e-justica-social_FINAL-1.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas A&B**, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), 2015. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/996>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOARES, A. P. A.; CÉ, G. A mediação da informação na plataforma digital ICA-AtoM. **Em Questão**, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/127577>. Acesso em: 19 abr. 2024.

TEIXEIRA, V. H. **O guia do arquivo como estratégia de difusão informacional: a experiência da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/xmlui/handle/123456789/24340>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TEIXEIRA, V. H.; SANTOS, E. C. O guia de usuários como estratégia de difusão em arquivos: o caso da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa).

Biblionline, João Pessoa, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/69380>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1729>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, 2021. Disponível em:

<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TOGNOLI, N. B. A justiça social na prática arquivística: caminhos possíveis para um repensar da ética arquivística. **Boletim do Arquivo Geral da USP**, Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2021/06/2022n05-SAUS P.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TORRES-GARCÍA, J. **Universalismo Constructivo**. Contribución a la unificación del arte y la cultura de América. Colección Aristarco. Editorial Poseidón: Buenos Aires, 1944.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, W. B.; MEDEIROS, M. B. B.; LINDEN, L. L. Aspectos relevantes da arquivística contemporânea no âmbito da organização do conhecimento no Brasil.

Brazilian Journal of Information Science, 2019. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8117>. Acesso em: 16 ago. 2022.

WALLACE, D. A. Defining the relationship between archives and social justice. *In*:

WALLACE, D. A.; DUFF, W.; SAUCIER, R.; FLINN, A. (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London, Taylor & Francis, 2021.

ANEXOS

Anexo 1 – Protótipo do Guia para Usuários do Arquivo Técnico da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa)

Esta ferramenta foi elaborada para orientar o uso do Arquivo Técnico da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa)

Endereço: Av. Feliciano Cirne, 220, Jaguaribe – Bloco 6 da Sede Administrativa da Cagepa, em João Pessoa-PB.

Telefone: (83) 3218-1278

E-mail: arquivotecnicocagepa@gmail.com

Horários de funcionamento e consulta: segunda a sexta, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30 (exceto em feriados, expedientes facultativos e afins).

Facilidades para acesso: possui estacionamento, recepção, jardins e lanchonete. Fica próximo a outros órgãos públicos estaduais, como a CINEP (Companhia de Desenvolvimento da Paraíba) e a SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado).

Transporte público e itinerário: Linha 201 (Shopping Sul ↔ Unipê ↔ Ceasa ↔ Jaguaribe ↔ Integração); Linha 003 (Jaguaribe ↔ Integração).

Instrumentos de Pesquisa: o Arquivo Técnico conta com um catálogo, distribuído em pastas por município, nas quais os documentos são descritos individualmente, em língua portuguesa.

Recursos Técnicos oferecidos: além do acesso aos originais no local e do empréstimo autorizado aos servidores da Cagepa, o arquivo disponibiliza acesso à internet, digitalizações de documentos, compartilhamento via e-mail, pen drive e através de pastas públicas contidas no Sistema computacional da instituição. A Cagepa conta também com um setor para reprografia de documentos (não gratuito para o/a usuário/a externo/a).

Requisitos exigidos do/a pesquisador/a: por ser especializado, o acervo do arquivo técnico possui uma classe de usuários/as específica: engenheiros/as e técnicos/as servidores/as da Cagepa, que têm livre acesso ao arquivo. Entretanto, atendendo à Lei de Acesso à Informação, a Cagepa também disponibiliza o acesso gratuito aos documentos ao público em geral. Para isso, é necessário apenas a formalização da solicitação no setor de protocolo da instituição.

HISTÓRICO DO ARQUIVO

O Arquivo Técnico da Cagepa é subordinado à Gerência Executiva de Planejamento e Projetos (GEPP), que tem por objetivo planejar, executar, coordenar, analisar e controlar a elaboração de projetos de água e esgoto referentes aos municípios paraibanos.

O arquivo surgiu no ano de 1969, por determinação de Wolf Gang – primeiro diretor técnico da empresa – e sob a mediação de José Reynolds – primeiro gerente do setor de projetos – com a finalidade de propiciar a custódia, manutenção, tratamento e acesso aos documentos.

Trata-se de um arquivo permanente, ou seja, os seus documentos não são passíveis de eliminação.

São algumas atribuições da GEPP:

- Elaborar, em conjunto com a Diretoria de Expansão (DEX), o orçamento de investimento anual da Cagepa, levando em conta as previsões de crescimento e expansão previstas nas visões de médio e longo prazo.
- Elaborar estudos dos sistemas existentes e das localidades ainda não atendidas, visando implantação, ampliação, adaptação, adequação e melhoria nos sistemas de água e esgotos.
- Desenvolver planos de programas visando melhorar a eficiência técnica dos sistemas projetados de abastecimento de água e esgoto.
- Elaborar/Analisar projetos de sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários, e tomar as medidas necessárias para a sua aprovação.
- Realizar estudos dos sistemas existentes e das localidades ainda não atendidas, visando à implantação, ampliação, adaptação, adequação e melhoria dos sistemas de água e esgotos.
- Realizar estudos técnicos para elaborar e desenvolver planos de programas para melhorar a eficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotos.
- Supervisionar, organizar e executar o controle, registro, classificação e arquivamento dos documentos, relatórios e dos projetos elaborados e executados, através do gerenciamento informatizado.

- Manter um banco de dados de projetos para auxiliar a Diretoria de Expansão (DEX) no processo de planejamento.

Como se vê, algumas atribuições da GEPP estão diretamente ligadas ao Arquivo Técnico. Dessa forma, para o cumprimento de suas funções, o Arquivo conta com a colaboração de um servidor técnico-administrativo e com o auxílio de 2 estagiários/as do curso de Bacharelado em Arquivologia – um/a para cada expediente.

NATUREZA DA DOCUMENTAÇÃO

O acervo é constituído de variados tipos de projetos de engenharia, referentes ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário dos municípios do estado da Paraíba, cuja descrição e ordenação foi iniciada já em 1969, com a contribuição da servidora Elizete Atanásio de Oliveira, então secretária da gerência.

Em sua maioria, o acervo contempla projetos do tipo básico, executivo, estrutural, elétrico e de automação. Além dos projetos em gênero textual registrados em pastas e encadernações, o acervo abrange também: pranchas em papel vegetal acondicionadas em canudos e mapotecas (gênero cartográfico); CDs (gênero digital, cujos conteúdos incluem tanto textos como plantas, desenhos e planilhas); e alguns documentos especiais, como desenhos elaborados à mão pelo histórico escritório do renomado engenheiro Saturnino de Brito, além de uma pasta contendo as propostas de criação do logotipo da Cagepa, desenvolvidos na época do surgimento do órgão.

Os documentos mais antigos do acervo são datados da década de 1930. O arquivo continua incorporando novos projetos frequentemente, totalizando, na atualidade, mais de cinco mil unidades de arquivamento, que passam por atualização constante.

ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

Por se tratar de um arquivo especializado, o fundo não contém séries documentais distintas – todos os documentos, sejam de suporte físico ou digital, dizem respeito ao saneamento básico em território paraibano. Desse modo, o acervo não se encontra classificado entre coleções, grupos e séries específicos.

As encadernações dos projetos que integram o acervo estão organizadas em estantes segundo o método de ordenação cronológico. Os projetos de abastecimento de água são arquivados separados dos que abordam o esgotamento sanitário, em estantes de metal. Os projetos de abastecimento de água são arquivados em caixas-arquivo na cor azul, enquanto aqueles referentes ao esgotamento sanitário são arquivados em caixas na cor amarela.

Além da identificação do conteúdo das caixas por meio da sua cor, o número de cada caixa e de cada volume, em suas etiquetas, é antecedido pelas letras OA (para identificar os projetos Originais de Água) e OE (Originais de Esgoto). Assim, sabe-se que a encadernação etiquetada com o código OA-2715, por exemplo, diz respeito a um projeto de abastecimento de água e está arquivado em sua respectiva caixa de cor azul, numa fileira de estantes específica.

A necessidade da letra O, de original, na etiquetagem das encadernações e caixas, se dá pelo fato de que o arquivo também condiciona algumas cópias de documentos, devido a perdas dos originais ao decorrer dos anos. Dessa forma, para especificar as encadernações e caixas que condicionam esses documentos, seus códigos de ordenação são antecedidos pelas letras CA (Cópia de Água) e CE (Cópia de Esgoto). Pelo fato de cada cópia ser, atualmente, o único exemplar do respectivo documento que a gerou, esses itens documentais, distribuídos em aproximadamente 700 unidades de arquivamento, passam a receber o mesmo tratamento dos originais, não podendo ser descartados.

Os documentos cartográficos do acervo, constituídos em sua maioria por plantas e desenhos acondicionados em canudos, são arquivados em mapotecas de aço horizontais (com gavetas) e verticais (nas quais as plantas são mantidas abertas e suspensas). Esses documentos ocupam 100 gavetas e mais de 20 móveis. Para a sua localização, foi adotado um método de ordenação específico: a cada mapoteca é atribuído um número, o que também ocorre com as gavetas e canudos. Assim, o documento referente a um projeto cuja notação, por exemplo, seja expressa no catálogo pelo código H10.G4.C8, estará arquivado na mapoteca horizontal (H) de número 10, na gaveta (G) de número 4 e no canudo (C) de número 8.

Os CDs abrangem os mesmos conteúdos informacionais dos projetos impressos. Tais conteúdos passaram a ser produzidos e arquivados a partir do surgimento dessa tecnologia, o que significa que apenas a parcela mais recente da documentação está contemplada nesse tipo de suporte. A sua exigência se dá pela facilidade de acesso e reprodução, também porque isso possibilita que as plantas e desenhos que compõem os projetos permaneçam acessíveis em AutoCad – software utilizado na elaboração de desenho técnico. Os CDs são arquivados em móveis de madeira com gavetas fabricados sob medida. Para a sua localização, cada CD recebe uma etiqueta com o mesmo código referente ao respectivo projeto impresso (Ex.: OE-311). No entanto, para facilitar o acesso, eles também são classificados por cores, que são atribuídas às regiões geográficas do estado às quais pertencem os municípios abrangidos pelos projetos. Cada região, do litoral ao sertão, é representada por uma cor, a saber: Litoral: azul; Brejo: rosa; Borborema: verde; Espinharas: amarelo; Rio do Peixe: branco; e Alto Piranhas: vermelho. Dessa forma, nas capas dos CDs referentes a cada município, são fixadas fitas adesivas com a cor correspondente à região. Por fim, os CDs são arquivados nas gavetas referentes a cada região, seguindo-se a ordem alfabética dos municípios.

Quanto às condições físicas gerais do acervo, o estado de conservação dos documentos pode ser considerado regular.

REFLEXÃO AOS/ÀS USUÁRIOS/AS

O Arquivo Técnico da Cagepa consiste não apenas em um depósito destinado à guarda de documentação para servir à administração da companhia: ele representa a história do desenvolvimento da Paraíba sendo continuamente contada pela esfera da engenharia de saneamento. Assim, preservar e difundir o seu vasto acervo, além de garantir maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços pela Cagepa, significa contribuir com o desenvolvimento social e científico, a transparência pública, a visibilidade profissional do arquivista e o enriquecimento da memória institucional e coletiva.

Agende uma visita e faça bom uso do arquivo! Ele é seu!



GUIA DO ARQUIVO TÉCNICO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA (CAGEPA)



Fonte: Teixeira e Santos (2024).

Anexo 2 - Exemplo de uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Acervo descrito: Arquivo João Goulart - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil

NÍVEL FUNDO

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG
1.2 Título	Arquivo João Goulart
1.3 Data(s)	1950-1975
1.4 Nível de descrição	(1) fundo
1.5 Dimensão e suporte	Textuais 1m; Bibliográficos 0,10m; Iconográficos 136 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	Goulart, João; Outras formas – Jango; Goulart, João Belchior Marques
2.2 História administrativa/ Biografia	Nasceu em 1º de março de 1919, no município de São Borja, no Rio Grande do Sul (Brasil), filho de Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart. Seu pai, estancieiro em São Borja, era um dos proprietários da firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. Ltda. Em 1939, formou-se em Direito, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre (RS), mas não exerceu a profissão. Em 1943, com a morte do pai, tornou-se responsável pela gestão dos negócios da família. Em 1945, após a eleição de Eurico Dutra para a Presidência da República, Jango ingressa na política através do presidente deposto Getúlio Vargas, participando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, do Rio Grande do Sul, do qual seria posteriormente presidente regional e nacional. Foi deputado estadual e presidente do PTB, no Rio Grande do Sul, de 1946 a 1950. Foi um dos principais articuladores da campanha de Vargas à Presidência da República, em 1950. Entre os anos de 1950 e 1960, foi uma das grandes lideranças políticas do país, tendo chegado à Presidência da República, após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, do qual era vice. Em 1964, foi deposto por um golpe de Estado, tendo se exilado no Uruguai. No exílio, além de se dedicar a ativida-

des de empresário, foi um dos integrantes da chamada Frente Ampla, movimento político que articulou as principais lideranças políticas brasileiras, de oposição ao regime militar. Morreu em dezembro de 1976, em uma de suas fazendas, na Argentina.

2.3 História arquivística

Com o exílio do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, seu arquivo pessoal foi disperso entre alguns antigos colaboradores, entre os quais Hugo de Faria e Raul Riff. Em 1989, durante a realização do Guia de Acervos Privados dos Presidentes da República, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entrou em contato com Raul Riff, com os filhos do ex-presidente João Goulart, e com o prof. Luiz Alberto Moniz Bandeira, que afirma ter recebido por intermédio de Hugo de Farias parte da documentação para elaboração do seu livro **O governo Goulart**. Os documentos que se encontravam sob a guarda de Raul Riff foram doados ao CPDOC, após a sua morte, por sua esposa Beatriz Riff, no dia 28 de junho de 1990. Esses documentos estão organizados e foram liberados à consulta no final de 2002. Os documentos que ficaram com o prof. Moniz Bandeira foram encaminhados ao CPDOC em março de 2003 e incorporados ao restante do acervo, estando igualmente disponíveis para consulta. Comenta-se, ainda, sobre a existência de um baú, contendo documentos, sobretudo das propriedades do titular, que teria sido visto por Moniz Bandeira durante uma visita ao ex-presidente Goulart, em uma das suas fazendas, no Uruguai. Segundo João Vicente, filho do ex-presidente, esse baú teria desaparecido.

2.4 Procedência

Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo

A documentação concentra-se no período em que João Goulart esteve exilado, no Uruguai, após ter sido deposto da Presidência da República pelo golpe militar, em 1964. As articulações das lideranças políticas de oposição ao regime, visando à constituição da Frente Ampla (1966-1968), constituem tema privilegiado na série Exílio. Em contrapartida, sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Vice-Presidência e Presidência da República encontra-se escassamente documentada, merecendo, contudo, destaque os

documentos sobre a greve dos marítimos em 1953 (série Ministério do Trabalho) e a documentação referente à conjuntura política do país, particularmente o projeto de desapropriação de terra, visando à reforma agrária, durante sua gestão na Presidência da República, entre setembro de 1961 e março de 1964 (série Presidência da República). Os documentos iconográficos apresentam registros sobre sua atuação como presidente da República, destacando-se ainda seus encontros com personalidades nacionais e internacionais e manifestações sindicais ocorridas em seu apoio. Há também registros sobre o período em que exerceu a Vice-Presidência da República e dois retratos do exílio no Uruguai. Período abrangido: 1951-1976. Os documentos bibliográficos dizem respeito à Presidência da República, ao período de exílio no Uruguai e à vida pessoal. Período abrangido: 1961-1983.

3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade

3.3 Incorporações

3.4 Sistema de arranjo

O fundo encontra-se organizado em 11 séries: Documentos pessoais; Presidente do diretório do PTB/RS; Presidente do PTB; Ministro do Trabalho; Vice-Presidente da República; Presidente da República; Exílio; Post-mortem; Recortes de jornais; Fotografias; Bibliográficos.

4 Área de condições de acesso e uso

4.1 Condições de acesso

Sem restrição de acesso

4.2 Condições de reprodução

Os documentos textuais e bibliográficos podem ser reproduzidos por via eletrostática, fotográfica ou digital; os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico ou digital. No caso das fotos é necessária a assinatura de um "termo de cessão de uso de imagens".

4.3 Idioma

Português

4.4 Características físicas e requisitos técnicos

4.5 Instrumentos de pesquisa

Gua de fundos do CPDOC e sistema *Accessus*, *on-line*

5 Área de fontes relacionadas

5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	Fotografias digitalizadas
5.3 Unidades de descrição relacionadas	Parte do arquivo foi doada pela esposa do titular ao Arquivo Nacional (Brasil)
5.4 Nota sobre publicação	Bandeira, Moniz. O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil – 1961-1964 . Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p.187. Navegando na História – dossiê Trajetória de João Goulart, disponível em www.cpdoc.fgv.br

6 Área de notas

6.1 Notas sobre conservação	Documentos em bom estado de conservação
6.2 Notas gerais	

7 Área de controle da descrição

7.1 Nota do arquivista	O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Metodologia de organização de arquivos pessoais : a experiência do CPDOC. 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa Estagiária – Viviane Marins Fagundes.
7.2 Regras ou convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	março-dezembro de 2003

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político; censura; Carlos Lacerda; campanhas eleitorais; crises políticas; Estados Unidos da América; felicitações e congratulações; Frente Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967); governo Costa e Silva (1967-1969); governo João Goulart (1961-1964); greves; Guanabara; João Goulart; homenagens póstumas; imprensa; Inquérito policial mi-
--	---

litar; Juscelino Kubitschek; manifestação de apoio; Ministério do Trabalho; partidos políticos; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); política estadual; política municipal; política nacional; política trabalhista; política sindical; propriedade rural; redemocratização; reforma agrária; regime militar; repressão política; segurança nacional; sindicatos; Uruguai.

NÍVEL SÉRIE

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG e
1.2 Título	Exílio no Uruguai
1.3 Data(s)	abril de 1964 a 1975
1.4 Nível de descrição	(3) série
1.5 Dimensão e suporte	textuais 0,65m e 2 fotografias

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
2.2 História administrativa/ Biografia
2.3 História arquivística
2.4 Procedência

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Os documentos referem-se ao período em que João Goulart esteve no exílio, no Uruguai, após o golpe de Estado que o depôs da Presidência da República. Abordam questões relativas às suas propriedades no Brasil, à repressão política durante os governos dos generais Castelo Branco e Costa e Silva, incluindo os aspectos relacionados à censura aos meios de comunicação, às articulações políticas visando à formação da Frente Ampla de oposição ao regime militar, entre outros assuntos.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	A série é constituída de dossiês temáticos, ordenados cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

- 4.1 Condições de acesso Sem restrição de acesso
- 4.2 Condições de reprodução
- 4.3 Idioma
- 4.4 Características físicas
e requisitos técnicos
- 4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

- 5.1 Existência e localização
dos originais
- 5.2 Existência e localização
de cópias
- 5.3 Unidades de descrição
relacionadas
- 5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

- 6.1 Notas sobre conservação
- 6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

- 7.1 Nota do arquivista
- 7.2 Regras ou convenções
- 7.3 Data(s) da(s)
descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

- 8.1 Pontos de acesso
e indexação de assuntos agradecimentos; anticomunismo; Argentina; asilo político;
Carlos Lacerda; censura; Estados Unidos da América; Frente
Ampla; golpe de 1964; governo Castelo Branco (1964-1967);
governo Costa e Silva (1967-1969); imprensa; Inquérito
policial militar; João Goulart; manifestação de apoio; política
nacional; propriedade rural; repressão política; redemocrati-
zação; regime militar; segurança nacional; Urugual.

NÍVEL DOSSIÊ

1 Área de identificação

1.1 Código de referência	BR CPDOC JG e 1966 05 05
1.2 Título	Formação da Frente Ampla
1.3 Data(s)	05 05 1966 a 1968
1.4 Nível de descrição	(4) dossiê
1.5 Dimensão e suporte	textuais 0,20m

2 Área de contextualização

2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Os documentos do dossiê pertenciam à parcela do fundo doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira, ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em março de 2003.

3 Área de conteúdo e estrutura

3.1 Âmbito e conteúdo	Documentos enviados por políticos e ex-colaboradores de governo ao ex-presidente João Goulart, durante seu período de exílio no Uruguai, relativos à conjuntura política do governo Costa e Silva (1967-1969). Inclui cartas e relatórios informando sobre: o endurecimento do regime; as articulações de vários setores de oposição ao governo visando à constituição da Frente Ampla e as posições assumidas pelas principais lideranças políticas em relação à Frente. Merece destaque carta de João Goulart justificando por que não assinou o primeiro manifesto da Frente e encaminhando o texto do referido manifesto com observações suas na margem do documento.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	O dossiê está ordenado cronologicamente.

4 Área de condições de acesso e uso

- 4.1 Condições de acesso Sem restrição de acesso
- 4.2 Condições de reprodução
- 4.3 Idioma
- 4.4 Características físicas
e requisitos técnicos
- 4.5 Instrumentos de pesquisa

5 Área de fontes relacionadas

- 5.1 Existência e localização
dos originais
- 5.2 Existência e localização
de cópias
- 5.3 Unidades de descrição
relacionadas
- 5.4 Nota sobre publicação

6 Área de notas

- 6.1 Notas sobre conservação
- 6.2 Notas gerais

7 Área de controle da descrição

- 7.1 Nota do arquivista
- 7.2 Regras ou convenções
- 7.3 Data(s) da(s)
descrição(ões)

8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

- 8.1 Pontos de acesso
e indexação de assuntos Carlos Lacerda; censura; Frente Ampla; Governo Costa e
Silva (1967-1969); João Goulart; Juscelino Kubitschek; po-
lítica nacional; regime militar; repressão política.

Anexo 3 - Exemplo de uso da Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH). Instituição descrita: Academia Brasileira de Letras (ABL)

5.1 ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
5.1.1 Identificador	BR/ABL
5.1.2 Forma(s) autorizada(s) do nome	Academia Brasileira de Letras. Arquivo Múcio Leão
5.1.4 Outra(s) forma(s) do nome	Academia Brasileira de Letras ABL
5.1.5 Tipo	Instituição privada com finalidade cultural
5.2 ÁREA DE CONTATO	
5.2.1 Endereço(s)	Av. Presidente Wilson, 203 – Castelo 20030-021 – Rio de Janeiro – RJ Brasil www.academia.org.br
5.2.2 Telefone, fax, correio eletrônico	Tel.: XX (55) (21) 3974-2547; 3974-2564 Fax.: XX (55) (21) 2533-2460 arquivo@academia.org.br
5.2.3 Responsáveis para contato	Chefe: Paulino Lemes de Sousa Cardoso Endereço eletrônico: paulino@academia.org.br
5.3 ÁREA DE DESCRIÇÃO	
5.3.1 História da instituição com acervo arquivístico	<p>A Academia Brasileira de Letras foi fundada a 20/7/1897 e teve Machado de Assis como seu primeiro presidente. Inicialmente, não possuía sede própria e seus membros se reuniam em diversas salas e prédios públicos da antiga capital federal. Com a doação pelo governo francês do Petit Trianon, o Pavilhão Francês da Exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922), conquistou, enfim, o seu espaço definitivo, que lhe serviu de sede administrativa até que, com a construção do Palácio Austregésilo de Athayde, com seus 30 andares, a administração transferiu-se para o novo prédio e adquiriu independência econômica.</p> <p>A história da criação e formação do Arquivo da ABL aparece, basicamente, em algumas falas de acadêmicos nas sessões plenárias iniciais, ditas Preparatórias (1896), e registradas nas atas da Casa. No entanto, a primeira referência direta à estruturação de um arquivo na ABL aparece na ata do dia 9 de dezembro de 1926, quando o acadêmico Constâncio Alves propôs que fosse criado o cargo de arquivista, independente das funções do bibliotecário.</p> <p>Mais tarde, na sessão de 16 de dezembro de 1943, quando a ordem do dia era a "discussão do Projeto de Reforma do Regimento Interno" da ABL, o sr. Múcio Leão, referindo-se à necessidade de dar-se definitiva organização aos arquivos da Academia, apresenta uma emenda para ser aditada ao projeto que estabelece, entre outras, normas para a eleição do diretor do Arquivo e a sua competência.</p> <p>O Projeto de Reforma do Regimento Interno foi aprovado, por unanimidade, na sessão do dia 23 de dezembro de 1943. Alguns anos mais tarde, na sessão de 23 de dezembro de 1948, o acadêmico Múcio Leão é reeleito diretor do Arquivo, cargo que ocupou até o seu falecimento, em 12 de agosto de 1969, portanto, por 26 anos consecutivos. No dia 30 de dezembro de 1969, quatro meses após a morte desse grande acadêmico, realizou-se a sessão pública para a posse da diretoria de 1970. Nesse dia, o presidente, acadêmico Austregésilo de Athayde, ao ler o relatório da diretoria e o programa para o ano de 1970, indicou o nome de Múcio Leão, a ser "dado a tão importante departamento da Academia Brasileira de Letras".</p> <p>Em consulta às atas da Academia, constatamos que o Arquivo já funcionou em uma das salas do porão do Petit Trianon – Salão Medeiros e Albuquerque. O projeto para a revitalização e reorganização do Arquivo da ABL foi desenvolvido a partir de fevereiro de 1997, quando se iniciaram os primeiros levantamentos do acervo encontrado. A partir desse momento, o Arquivo ganhou instalações apropriadas e modernas; compraram-se equipamentos condizentes com a nova realidade; foi instalado o Núcleo de Conservação e Higienização de Documentos; e passou a ser administrado apenas por profissionais com formação de nível superior em arquivologia. Conseqüentemente, estabeleceram-se rotinas e normas referentes ao recebimento, tratamento e disponibilização do acervo para consulta; criaram-se programas de esclarecimentos sobre a importância e o cuidado para com o acervo, para os demais funcionários da ABL; e foi dada a oportunidade, para os funcionários e estagiários do Arquivo, de participarem de programas de reciclagem e aprimoramento.</p>

5.3.2 Contexto geográfico e cultural	Por sua especificidade, o Arquivo da ABL é uma fonte inesgotável de cultura e conhecimento, em que os originais manuscritos de obras-primas da literatura nacional e internacional convivem, lado a lado, com o epistolário de três ou quatro gerações de homens de letras. Está localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
5.3.3 Mandatos/Fontes de autoridade	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. <i>Estatutos</i> . Rio de Janeiro, 28 jan. 1897. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. <i>Regimento interno</i> . Rio de Janeiro, 2004.
5.3.4 Estrutura administrativa	A administração do Arquivo da ABL está discriminada no Regimento Interno da Academia. Possui um diretor acadêmico que, necessariamente, é membro efetivo. O Arquivo é chefiado por um arquivista com formação de nível superior em arquivologia e, para coordenar o Arquivo Institucional e o Arquivo dos Acadêmicos, tem, sob sua orientação, duas arquivistas, igualmente formadas em curso superior de arquivologia. O mesmo pode ser dito sobre o Núcleo de Conservação do Arquivo, coordenado por uma arquivista-conservadora. Completam o quadro de funcionários uma arquivista-conservadora e uma arquivista auxiliar. Para dar suporte a todo trabalho desenvolvido pelo Arquivo, são contratados dez estagiários, todos estudantes de arquivologia.
5.3.5 Políticas de gestão e de entrada de documentos	Cabe ao Arquivo Institucional realizar a gestão documental em todos os documentos produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da Instituição. Ao Arquivo dos Acadêmicos cabe dar definitiva guarda aos documentos referentes à vida e à obra dos acadêmicos e dos patronos das cadeiras, bem como dos Sócios Correspondentes. Em geral, este acervo chega à Academia por doação do próprio acadêmico ou de seus familiares. A ABL não compra acervos. Todo e qualquer documento que entra no Arquivo passa anteriormente pelo Núcleo de Conservação, que dá estabilidade ao suporte do documento, além de mantê-lo higienizado.
5.3.6 Prédio(s)	O prédio em que está situado o Arquivo da Academia Brasileira de Letras é um edifício moderno, inteligente, e está situado no coração da cidade do Rio de Janeiro. Possui 30 andares, tem um conjunto de 11 elevadores sociais e um de serviço, garagem, jardins, um teatro com 280 lugares, todo equipado com instrumentos de última geração, uma sala de conferências, uma biblioteca toda informatizada, um bistrô, uma livraria e uma galeria de arte. O Palácio é administrado por uma empresa de grande porte – ENGEPRÉD – e possui uma brigada contra incêndios.
5.3.7 Acervo arquivístico e outro(s)	O Arquivo da Academia Brasileira de Letras tem por finalidade a preservação, a organização e a criação de facilidades para o acesso à documentação produzida, recebida e acumulada pela Academia e por seus membros, individualmente, entendidos como tais aqueles cujos arquivos pessoais foram doados em vida ou após a sua morte, por familiares e/ou sucessores. Para tratar essa documentação existente em seus arquivos, optou-se por um arranjo que separa o acervo em duas grandes linhas administrativas: o Arquivo dos Acadêmicos, constituído pela documentação privada e pessoal de cada acadêmico e/ou sócio correspondente, e o Arquivo Institucional, formado pela documentação administrativa e funcional da Academia. Além do acervo arquivístico, a Academia possui uma riquíssima coleção de obras de arte, pinturas e bustos de artistas plásticos de renome nacional e internacional, como Cândido Portinari, H. Bernadelli e tantos outros. Possui também uma valiosa coleção de medalhas, colares e comendas de seus membros. No âmbito da iconografia e do audiovisual, destacamos filme produzido por Roquete-Pinto, uma série de Depoimentos Acadêmicos e fotografias de renomados fotógrafos atuantes no Rio de Janeiro, além de daguerreótipo e exemplos de outros processos dos primórdios da fotografia.
5.3.8 Instrumentos de pesquisa, guias e publicações	O Arquivo desenvolve vários instrumentos de pesquisa, como listagens, índices e guias. Recentemente, o Arquivo produziu o <i>Guia geral do Arquivo dos Acadêmicos</i> e o seu primeiro inventário, o <i>Inventário do arquivo Machado de Assis</i> , este modelo para uma série de outros que já estão prontos para serem editados.
5.4 ÁREA DE ACESSO	
5.4.1 Horário de funcionamento	Segunda a sexta-feira, das 10h às 17h. Horário limite para ingresso, 16h; para solicitação de documentos, 16h45min. Fechado para o público nos feriados regionais e nacionais.

5.4.2 Condições e requisitos	<p>Acesso livre e gratuito a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro com apresentação de documento de identificação (identidade e passaporte).</p> <p>É obrigatório o preenchimento da ficha de cadastramento de usuário do Arquivo ABL e agendamento da consulta por telefone ou pelo correio eletrônico arquivo@academia.org.br.</p> <p>O acesso a documentos sigilosos, reservados e confidenciais só será liberado respeitando os prazos previstos, conforme legislação em vigor, mediante autorização do titular ou família, no caso dos arquivos dos acadêmicos, e da direção da ABL, no caso de documentação institucional.</p>
5.4.3 Acessibilidade	<p>O Arquivo está localizado em um prédio com instalações preparadas para pessoas com necessidades especiais: rampas, banheiros e estacionamento (a reserva deverá ser feita no agendamento da consulta).</p> <p>Ônibus: todas as linhas com destino ao Castelo, à Cinelândia e à av. Rio Branco.</p> <p>Metrô: estação Cinelândia.</p> <p>Trem: estação Cinelândia.</p> <p>Estacionamento: Cinelândia e Santa Luzia.</p>
5.5 ÁREA DE SERVIÇOS	
5.5.1 Serviços de pesquisa	<p>Na Sala de Consultas, o usuário requisita e examina os documentos textuais e iconográficos. Nas cabines, o usuário consulta os documentos audiovisuais, em formato digital e microfilmes.</p> <p>A equipe do Arquivo oferece orientação quanto aos acervos disponíveis, auxilia no manuseio dos instrumentos de pesquisa (inventários, índices, catálogos em papel e em meio eletrônico) e nos procedimentos para a requisição dos documentos.</p> <p>É também essa equipe que encaminha os pedidos de cópias à autoridade competente, intermediando todos os contatos necessários com as áreas de guarda, tratamento e conservação do acervo às quais os usuários não têm acesso.</p> <p>Atendimento a distância: o pesquisador também pode realizar pesquisa através de correio eletrônico.</p>
5.5.2 Serviços de reprodução	<p>Os documentos, uma vez reformatados (fotografados, microfilmados, digitalizados etc.), serão reproduzidos, exclusivamente, a partir de matriz de reprodução da respectiva tecnologia.</p> <p>Os documentos originais não microfilmados, não fotografados ou não digitalizados só serão liberados para reprodução, por qualquer meio, se estiverem em bom estado de preservação e se o processo a ser utilizado para sua reprodução não lhes trouxer danos.</p> <p>A reprodução dos documentos do Arquivo dos Acadêmicos para terceiros poderá ser feita pela ABL, respeitando-se o termo de doação da documentação e a legislação em vigor.</p> <p>Os serviços de reprodução serão efetuados pela ABL, a expensas do solicitante.</p> <p>A partir da solicitação de reprodução de documentos, o Arquivo reserva-se um prazo de até dez dias úteis para o atendimento do pedido.</p> <p>Toda e qualquer reprodução de documento do acervo arquivístico da ABL depende de autorização por escrito da presidência da ABL ou da chefia do Centro de Memória.</p>
5.5.3 Áreas públicas	<p>A instituição possui uma programação cultural com diversos eventos sobre a vida e obra de seus membros, entre outros temas relacionados à língua, literatura e cultura nacional. Como, por exemplo, ciclos de conferências, mesas-redondas, exposições, concertos, recitais, lançamentos de livros, peças teatrais, leituras dramatizadas, entre outros. Conta, ainda, com o Espaço Machado de Assis, destinado à pesquisa e à difusão do universo machadiano, formado pela Galeria de Exposições, Sala de Projeções e Núcleo de Referência e Informação.</p> <p>Há uma livraria e um bistrô.</p>

5.6 ÁREA DE CONTROLE	
5.6.1 Identificador da descrição	BR RJABL ABL
5.6.2 Identificador da instituição	BR RJABL Arquivo da Academia Brasileira de Letras
5.6.3 Regras e/ou convenções utilizadas	INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. <i>ISDIAH</i> : International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings. Paris: International Council on Archives, 2008. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). <i>CODEARQ</i> : código de entidades custodadoras de acervos arquivísticos. Disponível em: www.conarq.arquivonacional.gov.br . Acesso em: 22 fev. 2009.
5.6.4 Status	Versão preliminar
5.6.5 Nível de detalhamento	Descrição integral
5.6.6 Datas de criação, revisão ou obsolescência	Data da criação: 9/5/2008 2008-05-09 (ISO 8601)
5.6.7 Idioma(s) e sistema(s) de escrita	Português – Port
5.6.8 Fontes	Sites: www.academia.org.br e www.machadodeassis.org.br
5.6.9 Notas de manutenção	Descrição elaborada por: Paulino Cardoso, chefe do Arquivo; Cíntia Mendes, responsável pelo Arquivo Institucional; e Maria Oliveira, responsável pelo Arquivo dos Acadêmicos.

Fonte: Conselho Internacional de Arquivos (2009).